



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA, CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS VISEU
MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITETURA

A ARQUITETURA DO BAIRRO SOCIAL

DA PARTICIPAÇÃO À APROPRIAÇÃO, 1945-PRESENTE,
VISEU-PORTO-VISEU

PROVA FINAL | DISSERTAÇÃO DE MESTRADO (MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO II)

ORIENTADOR | PROFESSOR DOUTOR EMANUEL DE SOUSA

FRANCISCA PINTO DE SOUSA

VISEU, OUTUBRO DE 2015



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
CENTRO REGIONAL DAS BEIRAS
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA, CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS VISEU
MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITETURA

A ARQUITETURA DO BAIRRO SOCIAL

DA PARTICIPAÇÃO À APROPRIAÇÃO, 1945-PRESENTE,

VISEU-PORTO-VISEU

PROVA FINAL | DISSERTAÇÃO DE MESTRADO (MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO II)

ORIENTADOR | PROFESSOR DOUTOR EMANUEL DE SOUSA

FRANCISCA PINTO DE SOUSA

VISEU, OUTUBRO DE 2015

AGRADECIMENTOS

Primeiro que tudo, quero agradecer ao professor Emanuel, por todo o apoio, orientação, disponibilidade e incentivo constante demonstrado. Obrigada!

A todos os outros, que nesta etapa, me acompanharam, incentivaram e motivaram para continuar, o mais sincero agradecimento.

Nota |

A presente Dissertação foi escrita em concordância com o novo acordo ortográfico.

Todas as entrevistas integrais estão em anexo, sendo que ao longo do texto aparecem excertos que complementem o texto principal.

As imagens associadas às entrevistas que não têm legenda são de autoria própria.

| RESUMO

Pretende-se com esta prova final analisar os bairros sociais na cidade e a sua localização em relação a ela, se há vantagens ou desvantagens na localização do bairro social tanto no centro da cidade como na periferia. À partida sabe-se que o bairro social é sinónimo de exclusão social. Será a localização, o tipo de arquitetura do bairro social, o tipo de classes que lá habita ou conflitos que se geram entre habitantes e também entre habitantes e o resto da cidade, que levam a que essa exclusão aconteça?

Tem-se como intenção inicial, estudar o Bairro Municipal em Viseu e perceber o contexto em que ele foi construído em 1948 (época do Estado Novo) e o porquê de ter sido erguido na periferia, para assim servir de ponto de partida para a análise da inserção dos bairros sociais na cidade. A localização de um bairro vai definir como o bairro se insere na cidade e é visto por ela. É portanto um fator de análise fundamental para o que pode conduzir diretamente à exclusão social. Tendo em conta as regras e condicionantes da habitação social no Estado Novo, vai-se analisar o Bairro em 48 para verificar se já na altura o bairro era excluído pela cidade e o porquê de tal exclusão. Após este ponto inicial pretende-se passar para o estudo de bairros (casos de estudo) na cidade do Porto, particularmente bairros que tenham sido construídos ou intervencionados de modo a serem melhorados no período pós-Estado Novo, nomeadamente no âmbito do Processo SAAL. Ou seja, análise de situações completamente diferentes, pois enquanto que no Estado Novo as regras relativamente à habitação e ao modo de projetar eram intransigentes e sem qualquer parecer por parte da população, no SAAL a situação mudava completamente. A população era a chave do projeto, estando integrada em todas as fases do mesmo.

Com o estudo destes bairros edificados depois da extinção do regime ditatorial em Portugal, vai ser possível averiguar as mudanças sentidas na disciplina na vertente da Arquitetura Social, nomeadamente na questão da implantação de novos bairros sociais. Através da análise do Bairro da Bouça (2 fases, 1975 e 2000) e do Bairro de S. Victor (1974), ambos no Porto, será possível perceber em que medida este modo de planear, projetar e executar, resultante foi benéfico para a prática da arquitetura. Perceber quais as suas vantagens do Processo SAAL nestes bairros, e, principalmente, versando sobre a participação. Retroativamente analisando, se a participação aliada a localização do bairro social na cidade, pode ser propícia à inclusão social dos seus habitantes.

Uma das finalidades do processo participativo é a própria integração da população nas decisões do projeto ainda na fase da conceção, como durante e também após, através de entrevistas, inquéritos e reuniões com os arquitetos ou encarregados das obras.

O crescimento da cidade ao longo dos anos, reintegra situações originalmente periféricas em situações centrais. Ao analisar os bairros do Porto, até à atualidade, para perceber as mudanças que ocorreram com o tempo, percebemos se foram benéficas ou não, e se podem ser aplicadas no Bairro de Viseu para resolver a questão da exclusão social a que está sujeito. Neste seguimento, depois da análise dos bairros sociais no Porto, retorna-se

à investigação em Viseu. Daqui advém a necessidade de perceber se desde a origem do Bairro Municipal até à data, existiram mudanças especialmente na questão da participação e apropriação por parte da população, ao contrário do que aconteceu na época do antigo regime.

Metodologicamente, uma série de entrevistas foram realizadas, tanto no Bairro Municipal como nos bairros caso de estudo do Porto. Foram entrevistadas pessoas que habitavam em qualquer um dos bairros casos-de-estudo ou que tivessem alguma ligação para com ele, nomeadamente responsáveis pelos mesmos, arquitetos ligados ao Processo SAAL e outros arquitetos dispostos a falar sobre esta temática. Esta investigação tem um complemento fotográfico de modo a apurar como as pessoas vivem a sua casa, o bairro e como se apropriam dele.

Com isto, a pergunta que se coloca é se a localização de um bairro na cidade, pode ser a causa que conduz à sua inclusão ou exclusão por parte da restante população? E que tipo de mudanças podem ocorrer num bairro social para que a sua dinâmica e o modo como é visto e vivido mude?

Palavras-chave | Cidade, bairro, exclusão, participação, apropriação

ABSTRACT

| ABSTRACT

The aim of this showdown analyze the housing estates in the city and its location in relation to it, if there are advantages or disadvantages on the location of the housing estate both in the center as in the periphery. At the outset it is known that the housing estate is synonymous with social exclusion. Will be the location, the type of housing estate architecture, the type of classes that live there or conflicts that are generated entre people and between people and the rest of the city, which lead to exclusion to happen?

It has as initial intention to study the Municipal neighborhood of Viseu and understand the context in which it was built in 1948 (time of the New State) and why it was erected on the periphery, so as to serve as a starting point for analysis the insertion of social housing in the city. The location of a neighborhood will define how the neighborhood is included in the city and is seen by her. It is therefore a key factor for analysis which may lead directly to social exclusion. Taking into account the rules and constraints of social housing in the New State, will be analyzed the neighborhood in 48 to verify that already at the time the neighborhood was excluded by the city and why such exclusion. After this threshold is intended to move on to the study of neighborhoods (case studies) in Oporto, particularly neighborhoods were constructed or intervened in order to be improved in the post-New State period, particularly under the SAAL Process. So analysis in completely different situations, because while the New State rules regarding the housing and the way of design were intransigent and without any advice from the people in the SAAL the situation changed completely. The population was the key in the project and is integrated into all phases of the project.

With the study of these neighborhoods built after the extinction of the dictatorship in Portugal, it will be possible to ascertain the changes experienced in the discipline aspect of Social Architecture, particularly on the issue of implementation of new housing estates. Through the analysis of the Bouça neighborhood (2-phase, 1975 and 2000) and the St. Victor neighborhood (1974), both in Oporto, you can realize to what extent this way of planning, design and execute resulting was beneficial to practice of architecture. Understand their advantages of SAAL process in these neighborhoods, and especially, dealing with participation. Retrospectively analyzing the participation coupled with the location of the housing estate in the city, can be conducive to social inclusion of its inhabitants.

One of the purposes of the participatory process is the very integration of people in decisions project still at the stage of design, during and also after, through interviews, surveys and meetings with architects or charge of the works.

The city's growth over the years, reintegrates originally peripheral situations in central situations. By analyzing the neighborhoods of Porto to the present day, to understand the changes that have occurred over time, we realized it was beneficial or not, and whether they can be applied in Viseu neighborhood to address the issue of social exclusion to which it is subject. In this follow-up, after the analysis of social housing in Oporto, returns to the investigation in Viseu. From this stems the need to understand if from the beginning of the Municipal District to date, there have been

changes especially on the issue of participation and ownership by the population, unlike what happened at the time of the former regime.

Methodologically, a number of interviews were conducted in both the Municipal neighborhood and in neighborhoods case study of Oporto. People were interviewed who lived in either case-of-study neighborhoods or had some connection to him, namely responsible for them, architects connected to the SAAL process and other architects willing to talk about this subject. This research has a photographic supplement in order to determine how people live their home, the neighborhood and how to appropriate it.

With this, the question that arises is whether the location of a neighborhood in the city, may be the leading cause to its inclusion or exclusion from the rest of the population? And what kind of changes can occur in a housing estate for its dynamic and how it is seen and experienced change?

RÉSUMÉ

| RÉSUMÉ

Le but de cette épreuve de force analyser les lotissements de la ville et son emplacement par rapport à elle, si il avantages ou les inconvénients sur l'emplacement du lotissement à la fois dans le centre que dans la périphérie. Au début, il est connu que le lotissement est synonyme d'exclusion sociale. Sera l'emplacement, le type d'architecture de lotissement, le type de classes qui y vivent ou qui sont générés conflits entre les personnes et entre les gens et le reste de la ville, qui conduisent à une telle exclusion ne se produise?

Il a l'intention de départ pour étudier le district municipal de Viseu et de comprendre le contexte dans lequel il a été construit en 1948 (époque de la Nouvelle-État) et pourquoi il a été érigé à la périphérie, de manière à servir de point de départ pour l'analyse l'insertion de logements sociaux dans la ville. L'emplacement d'un quartier va définir comment le quartier est inclus dans la ville et est considéré par elle. Il est donc un facteur clé pour l'analyse qui peut conduire directement à l'exclusion sociale. En tenant compte des règles et des contraintes de logements sociaux dans le nouvel État, seront analysés dans le district 48 pour vérifier que déjà à l'époque le quartier a été exclue par la ville et pourquoi une telle exclusion. Après ce seuil est destiné à passer à l'étude des quartiers (études de cas) à Porto, en particulier les quartiers ont été construits ou sont intervenus afin d'améliorer dans la période post-New Etat, en particulier dans le cadre du processus SAAL. Analyse-à-dire dans des situations complètement différentes, parce que tandis que l'état de nouvelles règles concernant le logement et la manière de la conception ont été intransigeant et sans l'avis des gens dans le SAAL la situation a complètement changé. La population était la clé du projet et est intégrée dans toutes les phases du projet.

Avec l'étude de ces quartiers construits après l'extinction de la dictature au Portugal, il sera possible de déterminer les changements vécus dans l'aspect de la discipline de l'architecture sociale, en particulier sur la question de la mise en œuvre de nouveaux lotissements. Grâce à l'analyse du quartier Bouça (2 phases, 1975 et 2000) et quartier S.Victor (1974), à la fois à Porto, vous pouvez réaliser à quel point cette façon de planifier, concevoir et exécuter résultant a été bénéfique pour pratique de l'architecture. Comprendre leurs avantages de processus SAAL dans ces quartiers, et surtout, face à la participation. Analysant rétrospectivement la participation couplée avec l'emplacement du lotissement dans la ville, peut être propice à l'intégration sociale de ses habitants.

L'un des objectifs du processus participatif est l'intégration des personnes en très décisions projeter encore au stade de la conception, pendant et aussi après, à travers des interviews, des enquêtes et des rencontres avec les architectes ou les responsables des travaux.

La croissance de la ville au fil des ans, réintègre situations périphériques à l'origine dans des situations centrales. En analysant les districts de Porto, à nos jours, de comprendre les changements qui se sont produits au fil du temps, nous avons réalisé qu'il était bénéfique ou non, et si elles peuvent être appliquées à Viseu District d'aborder la question de l'exclusion sociale à laquelle elle est soumise. Dans ce suivi, après l'analyse de logements sociaux à Porto, renvoie à l'enquête dans les États-Unis. De là découle la nécessité de comprendre si, dès le début du district

municipal à ce jour, il ya eu des changements en particulier sur la question de la participation et l'appropriation par la population, contrairement à ce qui est arrivé à l'époque de l'ancien régime.

Méthodologiquement, un certain nombre d'entrevues ont été menées à la fois dans le district municipal et dans l'étude de Porto quartiers de cas. Les gens ont été interviewés qui vivaient dans des quartiers deux cas-de-étude ou avaient un lien avec lui, à savoir la responsabilité pour eux, architectes liés au processus SAAL et d'autres architectes disposés à parler de ce sujet. Cette recherche a un supplément photographique afin de déterminer comment les gens vivent leur maison, le quartier et comment se l'approprier.

Avec cela, la question qui se pose est de savoir si l'emplacement d'un quartier de la ville, peut-être la principale cause de son inclusion ou l'exclusion du reste de la population? Et quel genre de changements peuvent se produire dans un lotissement pour sa dynamique et comment elle est perçue et le changement connu?

|ÍNDICE

RESUMO	
ABSTRACT	
RÉSUMÉ	
INTRODUÇÃO	23
O “BAIRRO SOCIAL” NA CIDADE – PASSADO, PRESENTE	23
ESTADO DE ARTE	35
O BAIRRO SOCIAL	35
CAPÍTULO I	49
O ESTADO NOVO E A CASA ECONÓMICA	49
O MUNDO PORTUGUÊS	64
A APLICAÇÃO DA MATRIZ “SEMI-RURAL” E NACIONALISTA: BAIRRO MUNICIPAL DE VISEU,1948	70
CAPÍTULO II	83
PROCESSO SAAL: O QUE É?	83
S.VICTOR	94
O BAIRRO DA BOUÇA	101
CONCLUSÃO	107
O BAIRRO – FUTURO: UMA CONCLUSÃO EM ABERTO	107
A TRANSFORMAÇÃO DO BAIRRO MUNICIPAL DE VISEU	124
BIBLIOGRAFIA	133
ICONOGRAFIA	137
ANEXOS	141

“ O HOMEM PERSONALIZA-SE NA MEDIDA EM QUE
PARTICIPA DA VIDA COMUNITÁRIA.”

Nuno Portas

INTRODUÇÃO

O “BAIRRO SOCIAL” NA CIDADE – PASSADO, PRESENTE

“Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”

Artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa

O Bairro Social. Qual o conceito? Denominação de uma área onde habitam pessoas de classe baixa? Quem habita na cidade precisa de um local para viver, por isso os bairros independentemente de serem sociais ou não, vão estar sempre presentes, quer seja no centro ou na periferia. É concreto dizer que o Bairro social está sempre presente na cidade. No entanto, apesar de ser uma constante na cidade, existe um estigma em relação às pessoas que lá vivem, o que leva a que sejam excluídos socialmente pelo resto da população. Qual é/são a(s) causa(s) desta exclusão? Poderá estar diretamente relacionada à segregação que existe dos bairros sociais em relação aos outros bairros na cidade e vice-versa?

Segundo Ana Tostões¹, na década de 60, o arquiteto Nuno Teotónio Pereira apresentou juntamente com Costa Martins, uma tese que tinha como foco principal a questão da exclusão social. No desenvolvimento da mesma, apresentaram um conjunto de soluções para serem aplicadas à escala da cidade. Referiam na altura que um dos modos de integrar os habitantes assenta no facto de a organização do fogo se adaptar a quem o vai habitar e acompanhar as necessidades e inovações da época. Este tipo de abordagem durante a época do Estado Novo era uma grande inovação pois a exclusão social de grande parte da população era uma constante. Ao fazerem um estudo aprofundado sobre esta temática tendo como resultado final uma tese, estão a abrir portas para que outros estudassem e desenvolvessem soluções para resolver esta questão.

O Bairro social, segundo Dina Monteiro no seu livro –“*O outro lado da linha*”- , “...tem do resto da cidade confinante uma impiedosa, dissimulante e imensurável distância.”² Com isto, uma questão que se coloca é se a distância do Bairro Social ao centro da cidade será a causa desta “distância”? Ou então, por outro lado, se independentemente da localização do bairro no plano de uma cidade, quando associado à palavra social é que surge esta “distância” que Dina Monteiro refere? Como o próprio título do livro sugere, as pessoas que habitam num bairro social, independentemente da sua localização, estão

¹ Ana Tostões, Nuno Grande, *Nuno Teotónio Pereira – Nuno Portas*

² Dina Monteiro, *Dou outro lado da linha*, p.9

separadas da população por barreiras imaginárias mas que são vistas por a população como barreiras reais, estando assim de facto os habitantes do bairro social “*do outro lado da linha*”.

Já na Constituição da República Portuguesa, está escrito no artigo 13.º que “Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.” Assim é preciso perceber concretamente o porquê da exclusão social para com as pessoas que habitam em bairros sociais situados na cidade, a qual lhes pertence tanto quanto os demais habitantes de outras zonas ou bairros dessa mesma cidade.

Nuno Miguel Augusto considera que a implantação de Bairros sociais na periferia é a causa principal que leva à exclusão social. Segundo ele,

“A periferização dos bairros sociais, conjugada com a sua homogeneidade socioeconómica, garantiu a estes espaços uma condição de segregação relativamente ao centro urbano e às próprias atividades da cidade. O seu distanciamento relativamente à continuidade do tecido urbano, para além de físico, é igualmente simbólico e exprime-se numa estandardização dos seus modelos arquitetónicos. À sua homogeneidade interna (arquitetónica e socioeconómica), contrapõe-se uma forte heterogeneidade relativamente a outros espaços que compõem o tecido urbano.”³

Esta consideração de Augusto vai de encontro à ideia de Monteiro relativamente ao que propicia exclusão social. Quando um bairro destinado a classes sociais mais baixas é erguido numa cidade mas separado de bairros de outras classes está logo uma divisão física a ser criada. A questão socioeconómica é um fator de diferenciação entre classes, mas a palavra “social” agregada à denominação de bairro, ainda vai enfatizar mais a diferença e conduzir diretamente à exclusão social. Ou seja, de facto, independentemente da localização do bairro na cidade, a questão da palavra “social” é que vai marcar a diferença. Passa assim, a não ser um problema apenas físico mas também de simbologia do que a palavra social acarreta, ou seja, o que a palavra “social” sugere para quem não habita nesse tipo de bairros. A restante população da cidade associa o termo bairro social a um local onde ninguém quer ir, onde predominam problemas sociais do foro económico, de integração e de criminalidade.

Por outro lado, quem vive num bairro social acredita que esta ideia de como o bairro é visto por quem não vive nele, um dia vai mudar. No entanto não é isso que está a acontecer. A restante população carece de preocupação “como se o estigma de “caso

³ Nuno Miguel Augusto é docente de Sociologia na Universidade da Beira Interior. Escreveu o artigo Habitação social – da intenção de inserção à ampliação da exclusão com base na Tese de Mestrado sob o título Apropriação do Espaço e Desenvolvimento em Bairros Sociais.

perdido” apenas infetasse os que são de fora...⁴. Ou seja, quem está de fora tem a ideia pré-definida do tipo de lugar que um bairro social é, no entanto desde que não tenha de se relacionar diretamente com ele, não se importa com o que se lá passa, nem tem intenção de contribuir com soluções para a integração do bairro social na cidade.

Mudanças têm de ser tomadas não só a nível da arquitetura da cidade mas também do modo de pensar da população. O arquiteto Nuno Portas tendo começado a sua carreira profissional durante o período do Estado Novo e continuado a trabalhar em arquitetura no pós revolução, aborda o tema da problemática da cidade no seu livro -“*A cidade como arquitetura*”. Ele diz que,

Entretanto, vivemos em cidades, ou não-cidade, cada vez mais feias, que nem por isso funcionam melhor; muitos técnicos se têm proposto salvá-las, em muitos casos à custa de novas lacerações no seu tecido, típicas de quem trata de um órgão sem perseguir o organismo; outros (novos) técnicos se propõem agora explicar melhor o que acontece nas cidades e que precisam os homens que elas sejam, mas deixam ainda eles a cidade sem forma, sem vulto...⁵

As cidades portuguesas passam por condicionantes no período do Estado Novo⁶. Há uma repressão por parte de novas ideias e modos de projetar que fez com que Portugal se tenha fechado para o mundo, fazendo com que existisse uma grande repressão dos ideais vindos da Europa. Nessa altura, existia uma demora acentuada e propositada por parte do estado em aceitar as ideias propostas por arquitetos relativamente à arquitetura moderna já em plena aplicação noutros países.

Fora de Portugal vivia-se um clima diferente. O modernismo⁷ surge e existe uma adesão pelo estilo por grande parte dos países europeus. Deste modo, com o intuito de criar um local onde fosse possível discutir os estilos e o rumo que a arquitetura moderna tomava na Europa na década de 20, foi fundado na Suíça em 1928, o Congresso Internacional da Arquitetura Moderna (CIAM). Tendo tido várias edições em sítios e anos diferentes, o material mais importante que resultou dos CIAM foi a *Carta de Atenas* redigida por Le Corbusier no 4º Congresso Internacional da Arquitetura Moderna. Enquanto manifesto urbanístico tem como objetivo criar uma cidade funcional onde os edifícios passam a ser

⁴ Maria do Carmo Séren, *Do outro lado da linha*, p.11

⁵ Nuno Portas, *A cidade como arquitetura*, p.15

⁶ Estado Novo – regime ditatorial que se viveu em Portugal entre 1933 até 25 de Abril de 1974

⁷ O modernismo foi um movimento cultural que surgiu no início do século XX. Tendo repercussões em diversas áreas artísticas, nomeadamente na arquitetura, pretendia romper com as formas e ideias tradicionais de modo a inovar e a criar novidades.

em altura, de modo a deixar mais área do território livre para enquadrar os edifícios em grandes zonas verdes. Tem-se como exemplo máximo da aplicação da *Carta de Atenas*, o plano da cidade de Brasília da autoria do arquiteto e urbanista Lúcio Costa. Estas abordagens à arquitetura que aconteciam na Europa eram o oposto do que se passava em Portugal. É portanto necessário voltar a analisar a situação do país naquela época para perceber o porquê da recusa da Arquitetura moderna.

Assim, analisa-se de novo a época do estado novo em Portugal. Viviam-se num clima de opressão em quase todas as áreas e a arquitetura não era exceção. Projetava-se de maneira austera e de acordo com as regras impostas pelo estado. Não se verificava avanço nenhum em termos de técnicas, os materiais usados eram apenas os que caracterizavam o país rural que era Portugal, e havia uma rejeição clara em acompanhar a arquitetura moderna que surgia no resto da Europa. É neste clima e com a ânsia de o ultrapassar que surge por parte de um grupo de arquitetos do Porto a Organização dos Arquitetos Modernos no país. Tinham como objetivo principal defender e propagar as características da arquitetura moderna em Portugal.

A arquitetura do Estado Novo é caracterizada por assentar em ideais como “Deus, Pátria, Família” e “Tudo pela Nação, nada contra a Nação”. A questão da pátria, dos símbolos que a caracterizavam e a Família eram o mais importante. A postura que a família tinha na sociedade era muito importante, na medida em que por exemplo, para se ser proprietária de uma casa, e segundo o Estado Novo todas as famílias deviam possuir uma, era necessário que os moradores tivessem casado pela igreja e que dessa união resultassem filhos. Era um país que vivia de “fachadas”, pois se a família era assim tão importante porquê colocar logo restrições e condições para possuir uma simples casa? Se todos a deviam ter? Outra questão que se coloca é o porquê de a família ser tão importante e no entanto a maior parte da população continuar a viver em “ilhas” e locais sem condições que iam contra todos os ideais e pressupostos que a “casa de família” devia ter? Na tentativa de resolver essa questão apareceram, alguns programas como a construção de “casas económicas” e mais tarde o Fundo de Fomento da Habitação.

O Fundo de Fomento da Habitação foi criado no ano de 1969 e extinto em 1982, contando portanto uma existência relativamente breve de 13 anos. O Decreto-Lei 49033 de 28 de Maio de 1969 cria esta instituição sob a forma de organismo com autonomia administrativa e financeira e com os propósitos simples mas ambiciosos de inserir o fomento de habitação social na política de equipamento e integrar a política nacional de habitação com o planeamento urbano. Este objetivo justificava,

segundo o Decreto-Lei, a fusão destas duas valências funcionais numa única estrutura orgânica.⁸

Tal como já referido o programa de “Casas Económicas” visava a construção de casas para famílias pobres e era representativa da casa ideal do Estado Novo, mantendo a imagem rural que pretendia para o país. Um dos bairros construídos por via deste programa de construção de casas para classes pobres, foi o Bairro Municipal em Viseu, que tinha o objetivo de alojar as famílias mais carenciadas, numa zona periférica da cidade. A construção do Bairro Municipal foi concluída em 1948, composto por 123 fogos habitacionais, sendo eles habitações unifamiliares, de apenas 1 piso, com logradouro, tanto na frente da casa, como na zona posterior.

Assim, tem-se como intenção, analisar o contexto em que o projeto para o Bairro Municipal surge, na época do antigo regime ditatorial, para depois passar para a cidade do Porto e analisar o Bairro Social pós Estado Novo integrado no Processo SAAL. Apesar de todos os casos de estudo serem bairros sociais, primam pela diferença por uns terem englobado a população na tomada de decisões (Bouça e S. Victor) e outros não (Bairro Municipal).

É de salientar que o Bairro da Bouça localizado no porto, da autoria do arquiteto Álvaro Siza Vieira, teve o seu projeto inicial já no âmbito do FFH, mas acabou por ser construído por meio do Serviço de Apoio Ambulatório local, em 1976. Apesar das bases em que o FFH assentava, grande parte dos projetos começadas nesse programa acabaram por nunca chegarem a ser terminados ou então concluídos após a sua extinção, como foi o caso do Bairro da Bouça.

Após a revolução do 25 de Abril de 1974, e com o intuito de resolver os problemas da habitação social em Portugal, Nuno Portas é nomeado secretário de Estado da Habitação e Urbanismo. O arquiteto alcançou meios que o levaram a criar elementos que favorecessem o “direito à habitação”, nomeadamente,

...a criação das Cooperativas de Habitação Económica; os Contratos de Desenvolvimento para a Habitação; os Comissariados para a Reabilitação Urbana de áreas degradadas (como o CRUARB); e o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL).⁹

⁸ Retirado do site <http://pesquisa.adporto.pt/details?id=409301>

⁹ Nuno Grande, *Nuno Teotónio Pereira – Nuno Portas*, p.25

O Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) surge no ano da revolução, e segundo José António Bandeirinha¹⁰, foi concebido para apoiar pessoas que viviam em habitações precárias ou mesmo que não tinham mesmo um local para viver. O SAAL funcionava com “brigadas”, uma espécie de “equipa” onde participavam desde arquitetos até à população que ia habitar nas novas construções, e davam apoio tanto na parte do projeto como na parte da construção. Atuavam essencialmente em bairros degradados, mas também construíam novos bairros de raiz. Independentemente da situação, o objetivo final era comum: fornecer habitações com qualidade à população.

Atualmente o assunto do Processo SAAL, volta a estar em voga numa exposição no Museu de Serralves. O Processo SAAL: Arquitetura E Participação, 1974-1976, foi o nome escolhido por Delfim Sardo, diretor artístico da Trienal de Arquitetura de Lisboa de 2010 e pelo Museu de Serralves em colaboração com o Canadian Center for Architecture, Montreal para a exposição que se realizou no Museu de Serralves, entre 1 de Novembro de 2014 a 1 de Fevereiro de 2015. Esta exposição sobre o Processo SAAL aborda este tema desde a necessidade da população de uma mudança na vertente da arquitetura social até à exposição de painéis representativos de vários bairros alvo do SAAL em todo o país. Numa vertente mais prática, ocorreram em paralelo à exposição no museu, reuniões em bairros do SAAL, presididas por arquitetos e membros das brigadas entre 1974 a 1976. Salienta-se ainda a importância desta temática, pois a mesma exposição esteve em ativo no Centro Canadano de Arquitetura¹¹ em Montreal, desde 12 de Maio até 4 de Outubro de 2015. Esta associação entre Serralves e o CCA acontece pela primeira vez à voz da exposição do SAAL e devido à decisão de Siza Vieira em levar para a frente este projeto e facultar os documentos que tinha do tempo do SAAL.

Mirko Zardini¹² considera esta exposição essencial nesta altura porque é uma

...revisitação daquele que foi “um momento histórico incrível, que simbolizou a transformação de uma sociedade, não é só História, antes uma lição para a arquitetura contemporânea”, para quem a faz, os arquitetos, naturalmente, mas também “para os responsáveis políticos e para a sociedade em geral.”¹³

¹⁰ José António Bandeirinha, *O Processo SAAL e a arquitetura do 25 de Abril*

¹¹ O Centro Canadano de Arquitetura (CCA) é mundialmente conhecido por ser um local onde se investiga, trata, guarda e recolhe elementos na área da arquitetura.

¹² Miko Zardini é o atual diretor do CCA

¹³ Retirado do site do Público <http://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/mirko-zardini-por-que-estamos-interessados-nos-arquivos-de-siza-porque-siza-permitenos-pensar-a-arquitectura-de-uma-forma-diferente-1675230>

Zardini reforçou ainda que levar esta exposição ao Canadá faz com que as pessoas se interroguem acerca das políticas de habitação social em diferentes países e as comparem com as atuais. Já em Portugal, Suzanne Cotter¹⁴ considera esta exposição como uma inspiração e um modo de os jovens de hoje contactarem com o que aconteceu à cerca de 40 anos acerca da integração da população na tomada de decisões do seu bairro.

Relativamente à expectativa que se tinha de realizar a exposição num lugar tão longe de Portugal, não só a nível de distância mas também da realidade do país e da História, Delfim Sardo¹⁵ evidencia que só o facto de a exposição “O Processo SAAL: Arquitetura e participação 1974-1976” ser exposta no CCA faz com que seja uma exposição divulgada à escala mundial e não só em Montreal. Na generalidade, a população portuguesa sabe o que é o Processo SAAL e o seu objetivo. Mas fora do país já não é assim. No estrangeiro rara é a pessoa que sem ter tido qualquer contato com Portugal, sabe o que foi o Processo SAAL. Com a exposição no Canadá isto vai mudar. O CCA vai expor o que foi o Processo SAAL ao mundo.

Referentemente ao Bairro Municipal em Viseu salienta-se o facto de nos últimos tempos ter sido alvo de notícia devido às mudanças que têm ocorrido. No ano de 2014 foi declarado que o plano de pormenor que definia a destruição de quase a totalidade do bairro deixou de estar em vigor, para se passar assim a reabilitá-lo em vez de o destruir, o que levou a que fosse considerado Património Municipal. Outro elemento importante de referir é que de entre várias propostas presentes no 1º Orçamento Participativo de Viseu, foi uma proposta que tinha como finalidade a realização de obras no Bairro Municipal que venceu. Considera-se importante a questão da participação porque engloba a população na tomada de decisões do bairro que vai ser o seu.

Tal como Nuno Portas defende na “Cidade como Arquitetura”, a habitação social deve ser pensada para e com a população, de acordo com as necessidades de quem lá vai habitar.

Em Viseu a questão da participação por parte dos habitantes de bairros sociais começa a ter algum impacto, tanto na população do bairro como na restante cidade. Como Nuno Portas diz na -“*Cidade como arquitetura*”, o homem reflete as decisões que toma. Ao participar ativamente nas decisões do bairro, está não só a contribuir para um bairro melhor mas também no desenvolvimento da sua capacidade social de integração e relação com o outro. Mas será que a relevância da participação está presente com o intuito de

¹⁴ Suzanne Cotter é a atual diretora do Museu de Serralves

¹⁵ Devido à exposição, Delfim Sardo já foi contactado por várias revistas, tanto de Inglaterra como dos EUA, para dar entrevistas a propósito da exposição sobre o SAAL no CCA, o que revela mais uma prova da potencialidade em termos de divulgação que aquele espaço no Canadá tem e um modo de divulgação das vantagens da participação da população no projeto de arquitetura.

melhorar a vida da população ou é apenas uma questão política? Alves da Silva diz que têm sido desenvolvidas políticas com o intuito de melhorar as condições de vida de habitantes de bairros de classe baixa. Considera que são um contributo essencial para que a população desses bairros acredite que não está esquecida e que no futuro o objetivo é que tenham melhores condições de habitabilidade nas suas casas.¹⁶

Considera-se assim que os objetivos principais da tese compreendem a análise da localização do bairro na cidade, começando pelo caso de estudo do Bairro Municipal, tentando perceber até que ponto a localização do bairro social na cidade é fator de exclusão social para quem lá habita, ou então, se não será a localização um fator favorável à apropriação do lugar pelos habitantes e por consequente, fator de inclusão social?

Ao analisar os bairros da cidade do Porto (Bouça e S.Victor), que foram alvos do Processo SAAL, pretende-se verificar se existe diferença do modo de projetar relativamente aos bairros do Estado Novo. Se sim, que diferenças se verificam e se são benéficas?

E se há vantagem na participação da população em questões relacionadas com um novo bairro ou em melhorar o existente, nomeadamente nos bairros sociais onde esteja patente a questão da participação (bairros do SAAL).

Por fim, ao voltar a analisar o Bairro Municipal em Viseu, mas agora numa época mais próxima da realidade atual pretende-se verificar o que o crescimento da cidade, integrando assim o bairro, favoreceu ou não os seus habitantes e retroativamente perceber se as mudanças que ocorreram no Bairro da Bouça II podem ser aplicadas no bairro de Viseu.

¹⁶ Alves da Silva, *Do outro lado da linha*, pág. 23

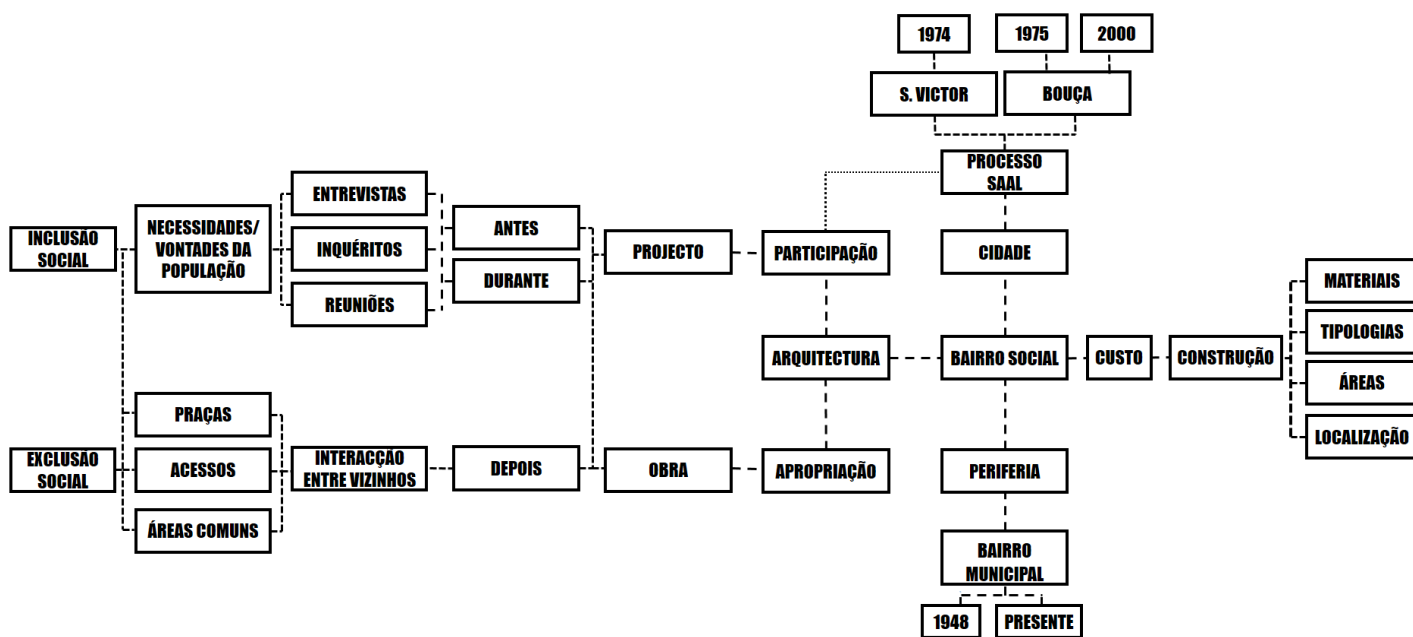


Figura 1 | Mind Map referente ao esquema do que se pretende abordar na prova final

Metodologicamente, a investigação dividiu-se em duas partes. Uma primeira parte teórica, referente à recolha de informação sobre os temas em questão (Cidade, bairros sociais, arquitetura do Estado Novo, Processo SAAL, participação, apropriação, Bairro Municipal de Viseu, Bairro da Bouça I e II, Bairro de S. Victor). Uma segunda parte incidiu numa vertente mais prática, onde uma série de entrevistas foram feitas aos habitantes dos bairros e a pessoas relacionadas diretamente com eles, nomeadamente arquitetos e responsáveis, complementadas com uma componente fotográfica, que acompanhem a análise das estratégias tomadas na projeção e execução bem como a vivência do bairro social, quer em Viseu, quer no Porto.

A investigação desenvolveu-se na procura de um equilíbrio de uma ideia ambígua inicial em torno da noção de bairro social: autores tanto referem o problema da exclusão social e dos bairros sociais como difícil ou impossível de resolver, enquanto que outros consideram até, que a questão já está a ser abordada de maneira a chegar a uma possível resolução. O que se verifica nos casos de estudo em questão? É a questão que surge como mote para o desenrolar desta dissertação.

ESTADO DE ARTE
O BAIRRO SOCIAL

Para que haja cidade, tem de haver arquitetura. Sem arquitetura não há cidade. Rogério de Azevedo¹⁷, arquiteto de profissão, considera que a arquitetura divide-se em dois tipos de arquitetura distintos. Arquitetura monumental, associada ao traçado das cidades e a edifícios de caráter público, e Arquitetura Doméstica, relacionada com a questão da habitação e dos seus anexos. O autor reforça esta diferença de tipos de arquitetura ao dizer que já se verifica desde o tempo dos faraós, passando pelo renascimento e até aos dias de hoje. É então a Arquitetura Monumental que esteve sempre em voga e teve mais importância e interesse por parte dos governantes, No Egipto eram erguidas pirâmides monumentais, no Renascimento grandes palácios. Estes monumentos serviam como ostentação do poder, descurando assim as necessidades habitacionais das classes mais baixas. Sendo que para 2º plano ficou sempre a Arquitetura Doméstica, pois não despertava interesse como a outra e por isso não tinha direito a que tanta atenção lhe fosse dedicada., especialmente a arquitetura habitacional para classes baixas. Era através da Arquitetura monumental que se demonstrava o poder, por via da construção de edifícios públicos, palácios e monumentos. Por isso era neste tipo de arquitetura que se apostava. Com este tipo de pensamentos e ações, não se estava a contribuir para que o problema da habitação que existia e que hoje persiste se agrava-se, em vez de se resolver? Analisando hoje, e mesmo em tempos antigos, o contexto social das sociedades, verifica-se que sim. De facto foi e é um erro deixar para segundo plano a arquitetura que define a casa onde se vai habitar. Todo o ser humano tem direito a uma casa. Deste modo as opções que têm sido tomadas referentemente à habitação não têm sido as mais corretas, nem as que permitem chegar a uma solução relativamente à questão da habitação, visto que hoje, é por esta mesma questão que se define o grau de civilização em que cada povo se encontra.

Voltando atrás no tempo, mais concretamente à Revolução Industrial, verificou-se um êxodo rural dos agricultores e população que habitava os campos para a cidade. A cidade teve assim um crescimento descontrolado provocando um desequilíbrio populacional entre o campo e a cidade, fruto do mau urbanismo característico do pós-guerra.

O Urbanismo como foco essencial de adaptação pelo condicionamento de melhor vida, só produz desequilíbrio quando ele próprio não é equilibrado. Urbanizar o

¹⁷ Rogério dos Santos de Azevedo nasceu em 1898, no Porto, onde posteriormente também estudou na Escola de Belas-Artes. Foi um dos pioneiros do estudo e prática do modernismo em Portugal, mas sempre com o condicionamento das regras impostas pelo Estado Novo, Faleceu em Setembro de 1983.

centro sem atender à periferia dá resultado idêntico ao do barco que, concentrando todo o peso da sua carga num dos lados, se submerge por falta de equilíbrio.¹⁸

O homem muda-se para a cidade com intuito de arranjar trabalho que lhe permita ter melhor qualidade de vida que no campo. Na cidade, vai viver em zonas localizadas nas imediações das indústrias onde vai trabalhar. Desde Bairros operários a “ilhas¹⁹”, a cidade ficou povoada de habitações que fizessem jus à população que aumentava de dia para dia. Sendo o Homem a matéria-prima para o trabalho fabril, devia habitar em locais saudáveis, pois quanto mais saudável fosse, mais produzia. No entanto não era isto que acontecia. Os locais onde vai habitar caracterizam-se por serem habitações de renda barata, com poucas ou nenhuma condições de habitabilidade.

Considere-se assim, que em relação à cidade e aos seus componentes, têm sido tomadas boas e más decisões. Ou seja os erros ou avanços repetem-se, em contextos diferentes, mas a intenção é então a mesma de sempre. Fazer e planejar cidade sem ter em conta todos os seus constituintes e as necessidades de toda a população que lá habita.

O rumo normal de uma cidade é estar em constante crescimento e desenvolvimento. Para José Luís Sert²⁰,

A cidade é uma parte de um conjunto económico, social e político. A ela se subordina imediatamente a complexidade das atividades psicológicas e biológicas do indivíduo e da coletividade.

O seu desenvolvimento depende:

- a) A situação geográfica e topográfica: água e terra, natureza do solo, clima.
- b) A situação económica: recursos da região e contatos artificiais ou naturais com o exterior.
- c) A situação política: sistema administrativo.²¹

Sert diz que no plano de uma cidade, a localização e a construção de novos bairros deve ser prognosticada. Para indicar o local mais favorável à implantação de bairros, elementos como a topografia, a orientação dos ventos dominantes, as principais vias de circulação,

¹⁸ Rogério de Azevedo, A arquitetura no plano social, Teoria e crítica da arquitetura do século XX, pág. 246

¹⁹ Os bairros de lata e barracas ganham esta nomenclatura de “ilhas” na zona do Porto, sendo que podem existir em outros locais, mas com outra denominação.

²⁰ José Luís Ser foi um arquiteto catalão que nasceu em 1902. Aprofundou o seu estudo da arquitetura com a análise do planeamento das cidades. Faleceu em 1983.

²¹ José Luís Sert, Caso de aplicação: Cidade, Teoria e crítica da arquitetura do século XX, pág. 269

a situação da indústria e a situação da habitação em relação ao centro da cidade devem ser tidos em conta.²²

No entanto, Sert refere que

Com os meios empregues até aos nossos dias, as habitações insalubres persistem e o desenvolvimento de novas zonas de “tugúrios²³”, continuam e crescem, na maioria das cidades, a um ritmo acelerado.²⁴

Como é possível alterar esta situação? É necessário que novas habitações sejam criadas, de acordo com as necessidades e com o mínimo de condições requeridas para que a população viva. O ideal seria até que a população fosse incluída nesse processo, como Giancarlo de Carlo declara no seu texto “Uma Arquitetura de Participação” de 1980. Este texto de de Carlo, reflete o ponto de vista de Sert, mas já numa vertente mais prática onde soluções são pensadas. O autor diz que

a arquitetura no futuro será caracterizada por uma participação crescente do utilizador na sua definição em termos de organização e forma.²⁵

Para que essas habitações sejam criadas, é necessário que a cidade seja planeada a contar com elas. Ou seja, o objetivo é ter cidades planeadas a todos os níveis. Mas é isso que está a ser feito?

Para Nuno Portas²⁶, o planeamento das cidades, não tem sido de todo, o correto, conforme refere em, “A cidade como arquitetura”,

... o nosso objetivo é a arquitetura da cidade e esta tem sido geralmente mal fundamentada no planeamento urbanístico, certamente pela impotência das administrações locais no controle de operações de terrenos e execução dos empreendimentos. Situação que faz do plano de urbanização o mais ambíguo e desprestigiado instrumento: como plano propõe um “zoning” elementar e planificado, as mais das vezes abstrato em relação ao desenvolvimento (ou retração) do aglomerado.²⁷

²² I José Luís Sert, Caso de aplicação: Cidade, Teoria e crítica da arquitetura do século XX, pág. 269

²³ É considerado um “tugúrio” uma barraca ou cabana com a função de dar refugio e abrigo segundo o que está definido no dicionário.

²⁴ José Luís Sert, Caso de aplicação: Cidade, Teoria e crítica da arquitetura do século XX, pág. 271

²⁵ Giancarlo de Carlo, “Uma arquitetura da participação”, pág. 753, “Teoria e crítica da arquitetura do século XX”

²⁶ Nuno Portas nasceu a 23 de Setembro de 1934. Licenciou-se em arquitetura, na Escola Superior de Belas-Artes do Porto, em 1959. Enquanto ainda estudava, juntou-se a Nuno Teotónio Pereira, e posteriormente integrou a direção da revista *Arquitectura*. É quando entra no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), em 1962, que vai investir na pesquisa de Arquitetura, Habitação e Urbanismo, como coordenador. Além de arquiteto, com as investigações que faz, vai escrever livros que lhe permitem abordar temáticas como a de a “cidade ser um instrumento da arquitectura”.

²⁷ Nuno Portas, “A cidade como arquitectura”, pág.75

Nuno Portas contextualiza ainda a situação a que Rogério de Azevedo alude acerca da questão da habitação ser deixada para segundo plano. Portas diz que as decisões arquitetónicas de uma cidade são tomadas por figuras que se preocupam apenas com o desenvolvimento económico e não com a vertente social do que é habitação, como deve funcionar e quem é o público-alvo.

Assim, do menosprezo que se verifica pelas necessidades da população e do Bairro, começam a surgir problemas sociais entre os seus habitantes e para com as pessoas de fora, o que leva diretamente a que seja excluído de alguma forma pelo resto da cidade.

Portas responde com o seu -“*Cidade como Arquitetura*”- a um outro livro influente no panorama internacional e nacional, nomeadamente -“*A arquitetura da cidade*”- de Aldo Rossi no qual Rossi analisa a cidade em várias vertentes, nomeadamente na arquitetura, na história, na geografia e na parte social. Rossi enuncia que se estes elementos precisam de ser analisados e pensados sempre relacionados uns com os outros e não individualmente. Semelhante ao conceito de “Arquitetura monumental” de Rogério de Azevedo, Aldo Rossi também considera que em qualquer núcleo urbano há um elemento, neste caso algo monumental, que agrega toda a cidade. Pode ser um palácio, um parque ou até um mercado. É da monumentalidade que a cidade contém que a história da mesma advém e é contada. É através do artefacto urbano que se atribuem épocas, se conhece a história, se verifica a passagem do tempo. Estes monumentos são os elementos primordiais de uma cidade. As características que a cidade contém, nomeadamente na vertente história, é que vão definir se o crescimento da mesma é acelerado ou atrasado.

Se “*a cidade... é aqui entendida como uma arquitetura*”²⁸,

Rossi atribuiu uma importância fulcral à localização das áreas residenciais na cidade. Estas áreas tornam-se pertinentes uma vez que remetem às necessidades e costumes da população sendo também um dos problemas principais na malha da cidade, pois incide sobre a dinâmica social e por conseguinte sobre as classes que vão habitar cada área/bairro.

“O bairro torna-se, por conseguinte, um momento, um sector da forma da cidade, intimamente ligado à sua evolução e à sua natureza, constituído por partes e à sua imagem”.²⁹

²⁸Aldo Rossi, “A arquitetura da cidade”, pág. 31

²⁹ Ibid, pág. 88

“... o bairro é uma unidade. Morfológica e estrutural; é caracterizado por uma certa paisagem urbana, por um certo conteúdo social e por uma função própria; logo, a transformação de um destes elementos é suficiente para fixar os limites do bairro.”³⁰

O Bairro vai ter limites fixados, como diz Rossi, mas será que os limites vão ser físicos e fechar o Bairro à cidade ou serão apenas limites imperceptíveis? E esses limites vão definir o tipo de Bairro que vai ser?

Os bairros sociais não podem continuar a ser construídos de um modo isolado sem uma estrutura que os integre, socialmente e arquitetonicamente, na cidade.

Tal como Nuno Portas refere, quando diz na -“*A cidade como arquitetura*”- que,

A política de habitação atuada por organismos de financiamento e administração ocupados com a tal “solução do problema”, resultou quase sempre anti urbana (mesmo quando de alta densidade e concentrada junto às cidades), na medida em que espalhou bairros-dormitório convencionais, para populações de baixo nível de vida (nível por vezes ainda agravado pelos novos transportes e rendas contraídas com a nova casa) que ficavam a constituir novas necessidades de serviços, sempre atrofiados porque pontualmente dispersos. Sob pena de se virar contra os seus próprios objetivos sociais, e, se se não quiser tornar aos erros acumulados por nós ou pelos outros, a política da habitação terá de ser um instrumento da política urbana ou, o que é o mesmo, o que se resolve para certos grupos sociais deve, pelo mesmo ato de desenho, contribuir para a melhoria do serviço urbano e não ficar parasitário em relação à cidade do maior número.³¹

Jane Jacobs, no livro “*Morte e Vida das cidades*” considera tal como ele, que as cidades de hoje apresentam ao mesmo tempo casos de sucesso, como de insucesso. Relativamente à questão do Bairro, refere que a questão e o significado que a palavra vizinhança acarreta, é desfavorável ao planeamento urbano pois leva a que dentro da cidade, pequenas cidades mais fechadas ou subúrbios apareçam. Há bairros que até podem sobreviver assim e lidar com os problemas que lá acontecessem, e nesse caso são considerados bem-sucedidos. No entanto existe a outra face da moeda. Para se considerar que há bairros bem-sucedidos é porque também existem mal sucedidos segundo Jacobs. Esses bairros estão repletos de carências e com problemas cada vez mais difíceis de resolver. Apesar de a autora analisar estas questões na América, nomeadamente nos EUA, mais concretamente em meados do

³⁰ Aldo Rossi, “A arquitetura da cidade”, pág. 88

³¹ Nuno Portas, “A cidade como arquitetura”, pág. 148

século XX, será que podemos estabelecer pontos de contacto entre este cenário aparentemente diferente, ou paradoxicamente semelhante, ao que acontece em Portugal?

Quando Jane Jacobs escreve -“*Morte e Vida das cidades*”- tem como exemplo cidades em expansão nos Estados Unidos da América. Contudo ao se analisar cidades portuguesas naquela época, verifica-se a mesma realidade social. Com o pôs 25 de Abril, as cidades crescem sem controlo e o problema habitacional que existia, ainda se agrava mais. Grande parte da população vivia em barracas localizadas em bairros de lata e para combater este tipo de habitação a construção de habitação social disparou. Embora integrada em alguns programas que já tinham como objetivo primordial envolver a população, a habitação social continuava a ser vista como um local que os não habitantes evitavam ao máximo ir. Acontecia em Portugal e estava também a acontecer na América.

A habitação³², apesar de independentemente da classe a que se destina ter o mesmo propósito, varia bastante quando uma classe se associa a ela. Ou seja, habitação para classes pobres, denominada geralmente de habitação social vai automaticamente afastar as pessoas daquele local. Só a palavra “social” cria um estigma perante a população. Está associada a locais onde habitam desempregados, delinquentes, onde a droga e os assaltos são uma constante. Será que ao segregar as habitações por classe, sem as misturar não se está a contribuir ainda mais para que problemas surjam em vez de soluções? Decompondo o título do livro de Jacobs, chega-se à conclusão que duas realidades completamente distintas estão presentes.

Ao falar em “Vida” associa-se a algo de bom, ou seja às qualidades e pontos fortes de algo. Por outro lado, “Morte” remete para algo mau e rejeitado. Deste ponto, facilmente se verifica que também nas cidades portuguesas podem ser detetados sinais de “Vida” e de “Morte”. Transpondo para a vertente social pode-se dizer que esta “Vida” que Jane Jacobs fala pode estar associada à questão de apropriação pela cidade, ou seja sinal de adaptação e integração pela população na cidade em contrapartida ao conceito de “Morte” que leva à ideia de exclusão por parte de algo, neste caso do Bairro Social e da população que lá vive.

³² Significado de Habitação

s.f. Lugar em que se habita; casa, lugar de morada; residência, vivenda; domicílio: habitação ampla e confortável.
Dir. Direito real de habitar, gratuitamente, casa alheia. <http://www.dicio.com.br/habitacao/>
Habitação coletiva, casa de cômodos.

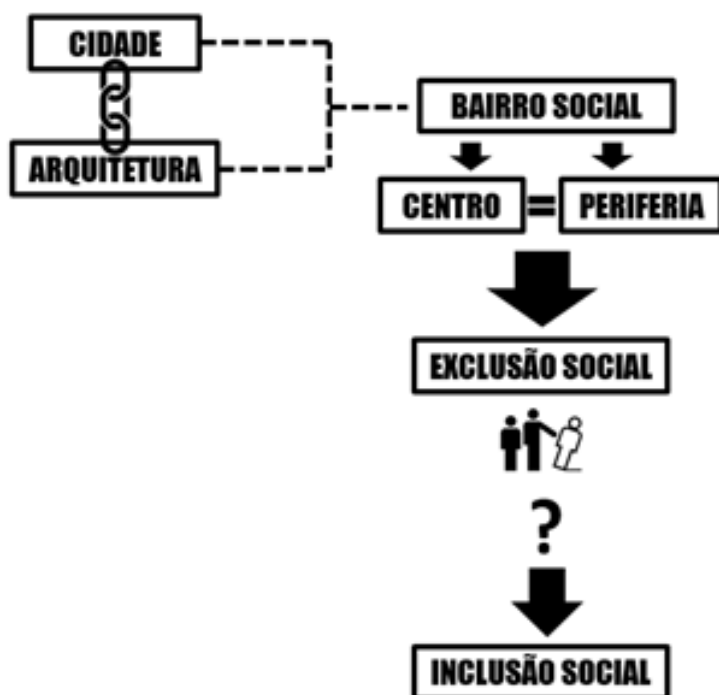


Figura 2 – Esquema representativo

Voltando ao texto de Rogério de Azevedo, qualquer pessoa, independentemente do seu extrato social, tem direito a “ter um teto”, um lugar condigno à qualidade de ser humano para viver. Acaba assim, por a Arquitetura doméstica ser a que tem mais seguidores e praticantes, independentemente de exercerem a profissão de arquitetos ou não. Pode-se afirmar que “ *A casa de habitação entra hoje no domínio universal.*”³³ Atualmente, o objetivo passa, não por construir edifícios imponentes, mas por construir casas para toda a população. No seu texto sobre “ A arquitetura no plano social”, Rogério de Azevedo suporta esta ideia com a metáfora em que diz que “... o pão não basta como direito de cada um, e que qualquer coisa mingua para que o pensamento se complete – o direito à habitação.”³⁴ No entanto, sem uma razão lógica, este direito parece que continua a ser deixado para 2º plano, e o que ainda agrava mais a situação é que não se avistam soluções próximas.

São fatores como o negar o direito a uma habitação condigna e a marginalização de habitantes de bairros sociais que vão conduzir diretamente à exclusão social de parte da população. A exclusão social só vai agravar ainda mais a apropriação indevida pelos

³³ Rogério de Azevedo, A arquitetura no plano social, Teoria e crítica da arquitetura do século XX, pág 245

³⁴ Ibid, pág. 246

indivíduos que habitam em bairros sociais. Sendo excluídos pela população, vão criar também uma espécie de exclusão perante a população que os exclui. O bairro passa assim a ser seu, e em alguns casos podem reivindicar o mesmo impedindo ou criando mau ambiente para quem é de fora. Um modo de integrador da população no bairro e na cidade é a participação ativa na comunidade e na tomada de decisões referentes ao bairro em questão, tal como Rogério de Azevedo, Robert Castel³⁵, diz que a marginalização dos bairros sociais só contribuiu para agravar ainda mais o problema da exclusão. Castel realizou um estudo sobre exclusão social que lhe permitiu estudar a parte social da cidade, e aprofundar conceitos como “exclusão social”. Tendo começado por estudar psiquiatria, acabou por se dedicar ao estudo do homem e as relações sociais que lhe ocorrem. Posteriormente focou-se em analisar essas relações de acordo com o meio em que se vive, conduzindo diretamente ao estudo da vivência em habitação social e que inevitavelmente o conduz ao conceito de exclusão social. Castel define exclusão social como,

a fase extrema do processo de “marginalização”, entendido este como um percurso “descendente”, ao longo do qual se verificam sucessivas ruturas na relação do indivíduo com a sociedade. Um ponto relevante desse percurso corresponde à rutura em relação ao mercado de trabalho, a qual se traduz em desemprego (sobretudo desemprego prolongado) ...A fase extrema – a da “exclusão social” – é caracterizada não só pela rutura com o mercado de trabalho, mas por ruturas familiares, afetivas e de amizade.³⁶

As condições de vida nos grandes centros urbanos atraem uns mas ao mesmo tempo desagradam outros. Por exemplo, se o homem tem o privilégio de viver na cidade mas não pode usufruir do que lá existe por não ter condições nem hipótese de tal, os locais onde habita vão assemelhar-se a locais não convidativos a pessoas exteriores, tanto a nível da aparência dos mesmos como de quem lá habita. Estes locais, denominados de “Bairros sociais”, tornam assim o bairro ainda menos apetecível, devido à insegurança e insalubridade que se lá vive, para os habitantes e para quem é de fora.

No entanto nos dias que correm, não são só os bairros sociais que ficam “esquecidos”. Devido á pouca fiscalização que existe, “ilhas” continuam a ser construídas. Nestas “ilhas” vive-se num clima insalubre, sem segurança e sem qualidade. Estes fatores de falta de higiene contribuem ainda mais para o problema da inferioridade social, o que leva à

³⁵ Robert Castel, nascido em 1933 e falecido em 2013, foi um sociologista francês. Ao longo da sua carreira, aprofundou o estudo sobre a temática da exclusão social.

³⁶ « João Francisco citado por Robert Castel, Pobreza e Exclusão social, pág. 5

exclusão das pessoas que habitam nestes locais por parte do resto da cidade. São lugares onde não há ar respirável, nem há luz, nem há água corrente.

Olhai agora o número:- Se por cada casa houver uma família de 4 membros temos cerca de 60.000 indivíduos, intoxicando-se corrompendo-se e deprimindo-se física e moralmente. Lembrai-nos que progressivamente esses 60.000 indivíduos deixarão como património a seus filhos a doença gerada e o martírio do covil, que será de louvar a Deus se houverem. Se o mau ambiente é prejudicial ao adulto, que ele muitas vezes sossobra, falta de higiene de corpo e de alma, quanto não é desejar que a criança adote de princípio, quando ainda “débil infante”, os hábitos da comodidade e de higiene que de regressivos, transformam os indivíduos em células progressivas do conjunto positivo que é a humanidade....³⁷

A exclusão social é de facto um problema grave na sociedade. Quais são as hipóteses para uma possível inclusão em vez de exclusão? Primeiro verificar o porquê da exclusão e o que contribui para que a exclusão persista? É óbvio que está inerente à palavra “social” quando associada ao bairro, pois é completamente diferente dizer que se vive num bairro ou que se vive num bairro social. Como resolver o problema? O contrário de exclusão é inclusão, portanto a solução passará por através de processos como a participação, integrar a população na cidade. No entanto, será que essas pessoas estão dispostas a ser incluídas numa sociedade que outrora os excluía?

Será um processo moroso mas que com o tempo pode levar a resultados altamente benéficos. É preciso incluir a população na sociedade, através de métodos e meios que demonstrem que também eles são importantes e têm voto na matéria. Um dos instrumentos mais importantes será a participação, que apesar de sempre ter existido, raramente ter sido utilizada para esta finalidade. A participação na arquitetura será, portanto essencial para aos poucos, funcionar como elemento condutor de inclusão social. Um caso concreto de sucesso da utilização da participação foi o Processo SAAL, entre 1974 e 1976. Nos dias de hoje será que a resolução do problema da exclusão social na habitação passa por a existência de um outro processo semelhante ao que foi o SAAL?”. Se a participação começasse a ser integrada no processo de projeto e construção seria já uma reinterpretação do que foi o SAAL.

³⁷ Rogério de Azevedo, A arquitetura no plano social, “Teoria e crítica da arquitetura do século XX”, pág. 247

“*N’A Arquitetura de Participação*” - de Carlo³⁸, manifesta a ideia de que a população deve estar ativa em todas as fases do projeto, ou seja, deve participar ao mesmo nível que o arquiteto. Segundo o autor, a arquitetura da participação ainda não existe.

De facto só temos participação quando toda a gente toma parte igual na gestão da estrutura do poder, ou quando a estrutura do poder deixa de existir porque toda a gente está direta e igualmente envolvida no processo da tomada de decisões.³⁹

Em termos teóricos, o autor considera que a intervenção arquitetónica atravessa três fases distintas. A primeira denomina-se definição do problema, a segunda elaboração da solução e por fim a terceira, que consiste na avaliação dos resultados. Mas tal como referido anteriormente, esta separação por fases é apenas teórica? O que acontece quando se passa à prática? Normalmente o que ocorre é que apenas o arquiteto acompanha estas fases de início ao fim. Mas para de Carlo isso não é o correto. Para que exista uma arquitetura participativa, a comparência dos futuros utilizadores em todas as fases é fundamental. Deste modo as “fases fundem-se e a operação deixa de ser linear, unidirecional e autossuficiente.”⁴⁰

Para o futuro da arquitetura e por consequente da participação há duas hipóteses possíveis. Uma delas é continuar o sentido que arquitetura tem tomado até agora. A outra hipótese, e a que devia ser tomada segundo de Carlo, é a da arquitetura da participação, desviando-se assim da primeira hipótese e tomando uma orientação completamente diferente.

Numa perspetiva mais radical, de Carlo assume que “na realidade, a perspetiva que a mim me parece muito interessante é tirar a arquitetura aos arquitetos e devolve-la às pessoas que a utilizam.”⁴¹

Toma esta atitude porque diz que as pessoas estão a ser anuladas da arquitetura. Um exemplo que de Carlo dá, é que numa revista arquitetónica quase sempre que as pessoas são anuladas da imagem final. Os *renders* aparecem limpos de qualquer presença humana, e dando destaque apenas ao projeto. Qual é a intenção de eliminar as pessoas, dando evidência à obra, quando sem as pessoas ela deixa de ter uso? O que deveria ser representado eram as vivências das pessoas no local e só assim é que se pode verificar se

³⁹ Giancarlo de Carlo, “Uma arquitetura da participação, Teoria e crítica da arquitetura do século XX”, pág. 753

⁴⁰ Ibid, pág. 754

⁴¹ Ibid, pág. 755

o projeto resultou ao ir de encontro às necessidades de quem o vai utilizar. Neste caso é quem projeta, ou seja o arquiteto, que acaba por anular as pessoas. A situação não funciona, mas se for ao contrário será que vai ter outro tipo de resultado?

Ao anular totalmente o arquiteto, que tipo de arquitetura iria existir? Com esta perspetiva, a arquitetura de participação que ainda não existe passaria a estar presente a 100%. A população passaria a tomar as suas decisões, e ser ela quem define a cidade, independente de o urbanismo ser o correto ou não consoante o definido até à data, mas totalmente de acordo com as necessidades dos habitantes. É de facto demasiado radical pois é impossível agradar a todos por igual. A arquitetura de participação precisa urgentemente de ser implementada, mas sempre com arquitetos integrados no projeto para que a cidade cresça de uma forma pensada. No entanto, Saskia Sassen⁴² vai de encontro a este pensamento de de Carlo na medida em que assume que a população é que devia ser a voz ativa na cidade. Ela diz que uma cidade global devia ser criada. “Open-cities”, é um conceito que define que a cidade deve ser dinâmica, permitindo transformações simultâneas em diferentes níveis. Para isto, a população, denominada de “atores”, quando unidos podiam fazer a cidade à sua imagem. E é neste ponto que vai de encontro a Giancarlo de Carlo na medida em que também, atribui a maior importância na tomada de decisões do fazer cidade à população que lá habita e usufruiu do que aos próprios arquitetos.

Qual será a melhor opção? Uma arquitetura participada ativamente pela população ou uma arquitetura que anula o papel do arquiteto, onde todas as decisões são tomadas exclusivamente pela população? Logicamente que o arquiteto é necessário no modo de planear arquitetura. Portanto, seria lógico que se optasse pela solução que levasse ao combate da exclusão social e conduzisse diretamente à apropriação do espaço por toda a população. Mas será esta decisão tão linear? Cada caso é um caso, e podendo a participação estar envolvida, é preciso adaptar os processos e o modo de intervir a cada caso. Parte-se por isso para a análise de situações concretas que tanto excluem totalmente a participação, com o modo de intervir do Estado Novo, como incluem totalmente, como o modo de intervir do Processo SAAL.

⁴² Saskia Sassen nasceu na Holanda, em 1949. Estudou sociologia, especificando-se em análise de temáticas como a globalização, os processos de migração da população e a cidade global.

CAPÍTULO I

O ESTADO NOVO E A CASA ECONÓMICA

| CAPÍTULO I – ESTADO NOVO E A CASA ECONÓMICA

O Estado Novo é um período fulcral de análise para o desenrolar desta dissertação, pois é a partir da queda do governo chefiado por Salazar que acontece um ponto de viragem no país e que mudanças começam a ocorrer a nível de pensar e projetar arquitetura. Mas o que levou a que o governo denominado de Estado Novo fosse criado?

A queda da monarquia em Portugal levou a que a 1ª República Portuguesa fosse criada. A 5 de Outubro de 1910 é então implementada a 1ª República Portuguesa mas que desde logo mostrou marcas de instabilidade perante o país. Com o término da Primeira Grande Guerra essa instabilidade cresceu ainda mais, fazendo com que em apenas poucos anos, vários governos tivessem passado pela chefia do país. Sem um governo firme e com as constantes revoltas da população, acontece em 28 de Maio de 1926 um golpe militar que terminou com a 1ª República e deu origem a uma ditadura chefiada por o presidente da República Osca Carmona até Abril de 1951. Quando Carmona morre, António de Oliveira Salazar que até então tinha passado pela pasta das finanças e pela Presidência do Ministério passa a ser Presidente da República interino até Agosto do mesmo ano, altura em que Craveiro Lopes é eleito para o cargo. Salazar já tinha sido chamado em 1926 para tentar resolver a crise financeira que se sentia em Portugal, pois ele era especialista em finanças públicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Na altura, acaba por aceitar o cargo no Ministério das finanças com a condição de poder supervisionar e controlar os orçamentos de todos os outros ministérios. Um ano depois de tomar posse já tinha feito com que as contas da nação tivessem um saldo positivo. Era considerado “O salvador da pátria” por muitos, e odiado por outros tantos, devido ao regime ditatorial que aos poucos ia implementando.

Assim, pode dizer-se que os anos 30 do século XX, serviram para estabelecer e consolidar um regime político absoluto que estava contra as ideologias demoliberais e socialistas. Deste modo, o regime ditatorial que comanda o país a partir dos anos 30 até meados dos anos 70 vai ganhar o nome de Estado Novo⁴³, sendo também conhecido por Salazarismo devido ao seu fundador e líder. Portugal passa a viver uma ditadura a par do que acontecia em outros países da Europa como Espanha, Alemanha e Itália.

O modo de operar deste governo consistia essencialmente em construir obras públicas, com o intuito de difundir através delas, a apropriação e identificação de símbolos nacionais, tanto a nível histórico como de natureza vernacular recusando qualquer

⁴³ Denomina-se de Estado Novo o regime político ditatorial que vigorou em Portugal desde 1933 até 1974, mais concretamente 25 de Abril de 1974, também conhecido como “Revolução dos Cravos”. Este governo é promovido por António de Oliveira Salazar.

elemento moderno que viesse dos estilos que surgiam nessa época na Europa. A construção de obras públicas como ostentação do país é semelhante à perfectiva de Rogério de Azevedo sobre a Arquitetura Monumental. É de salientar que em qualquer obra construída esta presente a ideia de Nação.

“A instauração do regime ditatorial em Portugal, em 1933, acarretou consigo grande estagnação e isolamento do país, problemas que obviamente se estenderam ao âmbito da arquitetura. É imposta uma construção segundo valores estéticos que se identifiquem com a imagem do poder...”⁴⁴

A Nação, os símbolos nacionais e os costumes do país eram muito importantes para o Estado Novo. Portanto a família também o era, ou seja, era considerada a base da sociedade. Assim não só através das obras públicas, mas também da habitação era possível aplicar as características que eram a base da Nação e do que devia ser o conceito de família no país.

Na época do Estado Novo, a família devia ter como atributos ser humilde e modesta, proprietária da sua casa com quintal, de modo a remeter à ruralidade que caracterizava todo o país. Independentemente de estar na cidade ou no campo, a “casa” de uma família devia obedecer às características descritas para que pudessem existir pequenas “aldeias na cidade”.

No entanto, esta visão arquitetónica revelava-se um dos grandes problemas do Estado Novo: a falta de habitação para a população existente

Já desde o tempo da revolução industrial, que a população começou a deixar o campo e a ir para as cidades, que não estavam de todo preparadas para o aumento populacional que se ia verificar e as cidades portuguesas não são exceção. De 1800 a 1930 a população que habitava a Europa aumentou quase que para o quádruplo. De cerca de 150 milhões de habitantes, passou-se para 550 milhões.⁴⁵ Não existia habitação para todos. Com o fim do 2º Guerra Mundial mais pessoas se deslocaram para as cidades que agora estavam a ser reconstruídas. O problema de alojamento persistia sendo necessárias mais habitações com urgência. Os centros urbanos são cada vez mais atrativos, pois é lá que se encontram os serviços e comércios e por conseguinte os postos de trabalho. A cidade do Porto não foge a essa regra. Cada vez mais a população operária se muda do campo e periferia para a cidade à procura de melhores condições de habitabilidade mas não é isso que encontra.

⁴⁴ Tiago Henriques, A habitação social portuense do Processo SAAL, Porto-FAUP, 2010/2011, Pág. 53

⁴⁵ Fontes retiradas do livro de Francisco Keil do Amaral, “O problema da habitação”

Surgem deste modo as “ilhas” do Porto. Localizadas dentro de quarteirões existentes, com acessos condicionados pelas fachadas das casas burguesas, as “ilhas” eram locais insalubres que apesar de serem consideradas habitações serviam apenas para a população sobreviver sem as condições mínimas para tal, pagando rendas extremamente altas em comparação com a qualidade das casas em que viviam.



Figura 3 – Realidade da vida numa ilha no século XX

Estas ilhas eram construídas no terreno tardoz, geralmente lotes estreitos e cumpridos, das grandes casas burguesas e o acesso a elas era feito por um portão existente na fachada da casa que dava para a rua principal ou então por uma abertura feita posteriormente na fachada. As pequenas habitações eram então construídas em filas, por vezes tendo apenas uma das fachadas com luz natural e com um ou dois pisos, sendo que a maioria tinha apenas um. Para uso comum, construíam-se latrinas, geralmente situadas no meio das fileiras. A elaboração das “ilhas” no interior do quarteirão, permitia aos proprietários dos terrenos construir gastando menos capital e os novos habitantes (operários) estavam mais perto das indústrias. Este tipo de habitações apesar de proverem um teto às famílias de

classe mais baixa, eram consideradas insalubres e onde a falta de higiene (não existia canalização nem esgotos) era patente e tinham áreas muito pequenas (média era de 15 m² por fogo). Pode-se dizer que as famílias que habitavam nas “ilhas” viviam na miséria. Após esta análise surge uma questão. Se para o Estado Novo a família tinha muita importância e era a base da sociedade, ter grande parte da sociedade a viver em más condições e em “ilhas” não era contraditório? “Já então existia um completo divórcio entre a população e aquilo que se chama o país.”⁴⁶

O excesso populacional originou, como já foi atestado, um problema de falta de habitação grave. Enquanto que os proprietários dos terrenos onde se localizavam as “ilhas”, tiravam partido disto, cobrando rendas com valores astronómicos, a população vivia no limiar da pobreza, com fome e doenças. Keil do Amaral⁴⁷ estudou este problema questionando como “Podem o bem estar e a saúde de centenas de milhar de pessoas ser relegados à categoria de valores negociáveis?”⁴⁸

Na constituição de 1933 o modelo social foi definido de modo a que a família fosse a base da sociedade e como tal, “*base da primeira educação, disciplina e harmonia social*”⁴⁹.

Artigo 13.º

Em ordem à defesa da família pertence ao Estado e autarquias locais:

- 1.º - Favorecer a constituição de lares independentes em condições de salubridade, e a instituição do casal de família;
- 2.º - Proteger a maternidade;
- 3.º - Regular os impostos de harmonia com os encargos legítimos da família e promover a adoção do salário familiar;
- 4.º - Facilitar aos pais o cumprimento do dever de instruir e educar os filhos, cooperando com eles por meio de estabelecimentos oficiais de ensino e correção, ou favorecendo instituições particulares que se destinem ao mesmo fim;
- 5.º - Tomar todas as providências no sentido de evitar a corrupção dos costumes.⁵⁰

⁴⁶ Francisco Keil do Amaral, “O problema da habitação”, pág. 25

⁴⁷ Francisco Keil do Amaral nasceu em Lisboa, em 1910. Viveu durante o período do Estado Novo, e apesar de ter contribuído com algumas obras públicas não ia de encontro aos ideais do governo ditatorial mas também não pretendia projetar apenas baseando-se no modernismo. Acabou por explorar outra situação aliando a arquitetura tradicional portuguesa com o modernismo.

⁴⁸ Francisco Keil do Amaral, “O problema da habitação”, pág. 33

⁴⁹ Jorge da Costa, *Guia de arquitetura moderna – Porto 1901|2001 – Bairros do estado Novo*

⁵⁰ Artigo retirado da Constituição de 1933

EXCERTO DA ENTREVISTA | ARQ. ANTÓNIO MADUREIRA

Tendo em linha de conta o seu estudo panorâmico sobre a arquitetura ao longo do século XX, em Portugal, considera que a estratégia do Estado Novo, nomeadamente na localização dos bairros sociais um fator de inclusão ou de exclusão?

A estratégia do "Estado Novo" era no que respeita à habitação enquadrada na ideologia fascista que naturalmente induzia fatores de exclusão. Assim, como primeiro especto, tratava-se de ferir a capacidade reivindicativa da classe operária fornecendo habitação melhor do que as condições que tinham, a custo de uma série de condições draconianas, designadamente no campo familiar (tinham que ser casados (!), ter "bom comportamento moral e civil", em suma estarem calados e quietos no que respeita aspetos políticos e mesmo religiosos, sob pena de perder o direito à casa. Isto era real quer para o proletariado mais baixo, quer para a pequena burguesia de funcionários públicos de baixa capacidade económica que por maioria de razão teria que se manifestar absolutamente "conforme a ordem estabelecida, com ativo repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas". Os bairros de Casas Económicas tinham características adequadas às populações a que se destinavam, sendo no entanto dominante a tipologia de habitação unifamiliar, em banda (menos) ou geminada (mais), mantendo algum terreno livre, ajardinado ou para horta, nunca habitação colectiva (*).

Pro outro lado o critério de construção de bairros em zonas periféricas da cidade, era não só económico (terrenos baratos) como absolutamente ideológico - pôr essa gente fora do centro e em áreas em que, por exemplo, uma possível intervenção policial seja mais fácil e por ventura mais discreta. (Já se tinha aprendido há muito tempo, por exemplo em Paris com o bom do Haussmann...) era obviamente um fator de exclusão.

(*) Do ponto de vista tipológico há que distinguir as Casas Económicas, de produção do Ministério das Obras Públicas (e foi principalmente dessas que eu falei) dos bairros económicos de produção Municipal (o Porto é um exemplo) ou da Federação das Caixas de Previdência ou, mais tarde, do Fundo de Fomento de Habitação, em que, por razões económicas a tipologia desliza para bloco de habitação (maior concentração) e para habitação colectiva, mantendo-se sempre no entanto o critério de deslocação das populações para as periferias.

Gostava de referir já agora uma experiência tentada no Porto, em 1937 salvo erro, no âmbito do serviço de construção de casas do Ministério das Obras Públicas, por dois arquitetos que, enquanto produziam os bairros de Casas Económicas, se debruçaram sobre um conjunto de ilhas no miolo de um quarteirão da Rua de S. Vítor, no Porto, fizeram o levantamento socioeconómico da população residente, e projetaram um conjunto de edifícios a implantar na área das ilhas, com ligações viárias às ruas envolventes, espaços livres e acessos comuns, estudando simultaneamente as condições económicas das famílias para acerto entre rendas e subsídios do Estado, mantendo a mesma população no mesmo local. Esse projeto evidentemente não foi aceite.

Relativamente ao 1.º ponto do Artigo 13.º, de facto, prever habitações com salubridade é um benefício, mas ao admitir que se atribui casas apenas a casais com ou sem filhos, está-se a partir logo para um tipo de exclusão social que excluiu automaticamente todas as famílias que não preencham esses requisitos, por exemplo, (pessoas sozinhas com ou sem filhos e pessoas viúvas). Dava-se preferência total a famílias consideradas normais (pai, mãe e filhos) pelo Estado Novo porque era o homem que trabalhava e dava sustento à família. Se não houvesse alguém em casa que trabalhasse, como e de que viviam? Era esse o pensamento do governo. Nos dois pontos seguintes, 2.º e 3.º, é visível a preocupação com gerar a família “tipo” do Estado Novo. Gerar filhos e prover salários para os sustentar, dava origem a que a família crescesse e desse origem a mais descendência, que podia/devia continuar a praticar as ideias do Estado Novo. Com o 4.º ponto verifica-se mais uma maneira de educar, desde tenra idade, as pessoas a aprender e a reger-se pelas ideias do Estado. Segundo o 5.º ponto, não é possível ir contra o que o Estado definia e os costumes tradicionais que o caracterizam. Mas porque é que corromper estes costumes ia contra a defesa da família?

Deste Artigo retiram-se conclusões que espelham os ideais do Estado Novo. Ou seja, apesar de ele estar presente na Constituição de 1933 e ter como objetivo a proteção da família, o que realmente representa são objeções à defesa dela. Apresentam condicionantes que conduzem diretamente à exclusão social de parte da população em vez de fazer o contrário.

Como já foi referido, segundo o Estado Novo, cada família devia possuir a sua própria casa. Porém isso não era possível que acontecesse em todos os estratos sociais. Então, em 1933 sai um diploma legal com um programa para a construção de “casas económicas”, com o intuito de serem projetadas para famílias trabalhadoras ou para famílias com menos rendimentos mensais. Segundo o arquiteto António Madureira, para estarem habilitados a ter uma destas casas, as pessoas “...tinham que ser casadas, ter “bom comportamento moral e civil”, em suma estarem calados e quietos no que respeita aspetos políticos e mesmo religiosos, sob pena de perder o direito à casa”,⁵¹ correspondendo assim aos critérios exigidos pelo Estado Novo. Devido a este programa, o Estado podia (segundo os ideais que defendia), cumprir a promessa de proteger sempre as famílias e de elas serem a base da Nação. Desde pequenas que as crianças eram incutidas a seguir estas regras, tal como os seu pais o fazia. Por todas as escolas primárias eram afixados cartazes alusivos à vida quotidiana da família como o que se vai analisar seguidamente.

⁵¹ Excerto da entrevista realizada ao arquiteto António Madureira. Entrevista completa encontra-se em anexo.

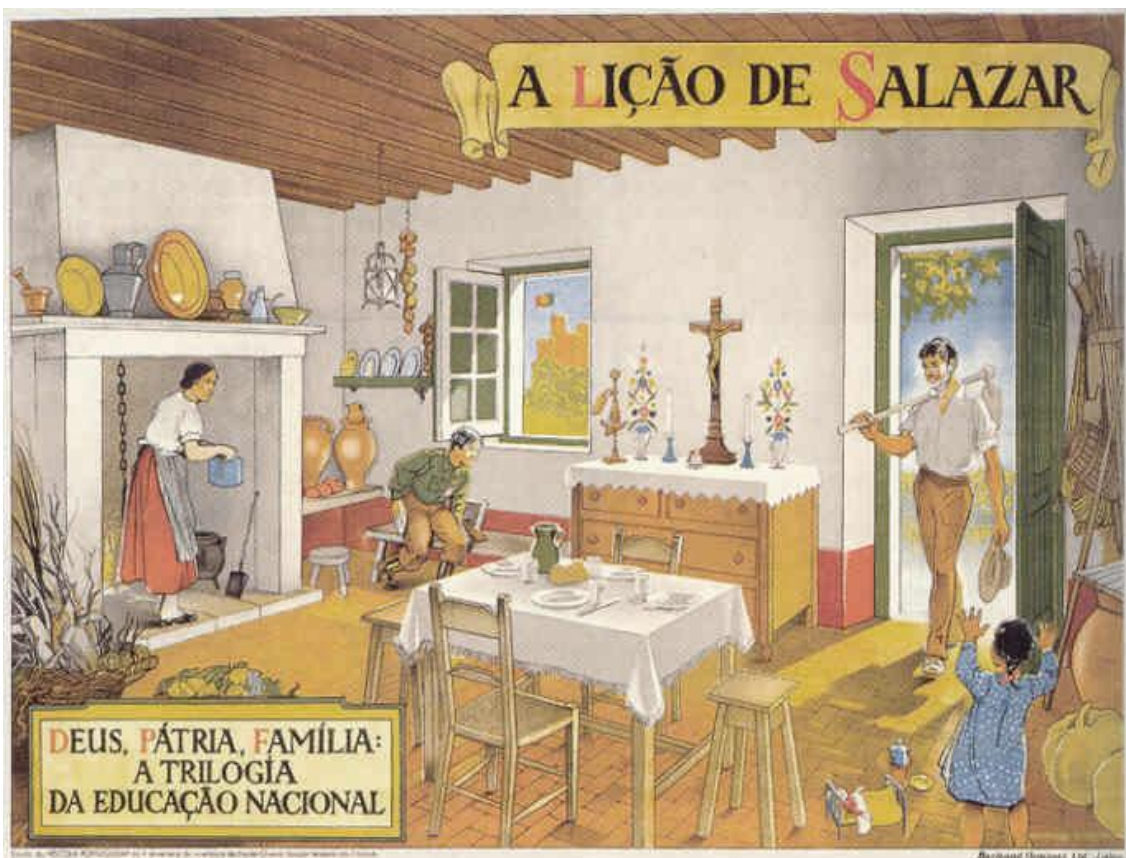


Figura 4 – Cartaz Promocional do Estado Novo

“A lição de Salazar”. Porque é que a imagem⁵² tem o nome “A lição de Salazar”, se representa uma cena da vida quotidiana de uma família? Ao olhar atentamente para ela, verifica-se que a resposta está lá. O homem, como chefe de família chega a casa a fim de um dia de trabalho. A mulher, como boa mãe e esposa, está em casa a preparar a refeição e a cuidar das crianças. Essas ficam extasiadas quando o pai chega. A mais pequena, deixa os brinquedos para correr para o pai. O mais velho, já um jovem que enverga o uniforme da Mocidade Portuguesa⁵³, levanta-se do local onde estava a ler, para também ele saudar o pai. A mesa está posta. Da janela aberta para arejar o espaço, vê-se ao longe uma bandeira do país. A casa está arrumada e limpa. Por cima da cómoda, impera a ordem. Plantas e castiçais estão dispostos em simetria com um crucifixo colocado a meio. É o

⁵² Imagem que fazia parte de um conjunto de 7 cartazes, concebidos por Maria Barata, em 1938, com o intuito de serem distribuídos nas escolas.

⁵³ A Organização Nacional Mocidade Portuguesa, mais conhecida por apenas Mocidade Portuguesa (MP), era uma organização que o Estado constituiu para os jovens. Todos eles, com idades compreendidas entre os 7 e os 14 anos, independentemente de frequentarem a escola ou não, eram obrigados a participar. Apesar de a obrigatoriedade ir até aos 14 anos, os jovens podiam permanecer nela até aos 25 anos. Tinham um hino e uniforme próprio. Pretendia-se que através daquele grupo juvenil, desenvolvessem a sua capacidade física, formassem o seu carácter e investissem na devoção à Pátria. Já na Mocidade Portuguesa Feminina (MPF), as raparigas deviam adquirir o gosto pela vida doméstica e a aprender a cumprir o papel da mulher na família, de acordo com o que o Estado achava.

cenário ideal do que a casa do Estado Novo deve ser. Tal como diz na legenda, Deus, Pátria, Família estão presentes na casa. Deus por via do crucifixo colocado num local central. A Pátria representada através da bandeira. A família com o homem como provedor de dinheiro, a mulher como dona de casa e as crianças como produto de aprendizagem do que devem ser no futuro.

Analisando a imagem a nível arquitetónico, verifica-se que a casa-tipo do Estado Novo estava também ela representada, em todo o seu cariz rural anunciado com a traça das casas económicas. Uma sala, que funcionava para a família realizar as suas atividades, confeccionar refeições e estar em família. Tudo girava em torno da família ideal. E era assim que as crianças deviam aprender a comportar-se quando fossem adultos. Daí Deus, Pátria, Família serem a trilogia da educação nacional. Numa só imagem promocional, o Estado Novo conseguia propagandar as suas ideias bases de como devia ser o comportamento e o modo de vida de uma família.

Voltando às casas económicas, o modo de aplicação deste programa consistia em que o Governo, juntamente com as Câmaras Municipais e através de financiamento por parte do Ministério das obras públicas, promovesse habitação com custos controlados (tanto a nível do preço do solo do local onde se vai implantar como a nível de projeto). Com isto, começa por todo o país, uma vaga de construção de bairros sociais, também chamados de bairros municipais, onde de facto as habitações eram em abundância mas a qualidade de construção era duvidosa.

Na tentativa de resolver este problema/dilema, o Estado Novo cria o programa de construção de “casas económicas”.

“Assim designadas as habitações destinadas às classes laboriosas e entendidas como “afirmação coerente de política de proteção à família””.⁵⁴

O ideal seria demolir as “ilhas” e as habitações insalubres e implantar as novas habitações nessas mesmas zonas. Mas a intenção do governo era outra. Ao optarem por localizar os bairros de casas económicas em zonas periféricas da cidade, ganhando mais solo edificável no centro urbano, onde podiam construir habitação destinada a outras classes sociais, a comércio e serviços.

Assim, de modo a que as casas ficassem o mais baratas possível, a localização dos novos bairros foi condicionada pelas zonas onde os terrenos eram mais baratos. Grande parte

⁵⁴ Jorge da Costa, *Guia de arquitetura moderna – Porto 1901|2001 – Bairros do estado Novo*

dos bairros foram construídos na periferia o que fez com que a população fosse afastada dos grandes centros novamente e que a ruralidade característica do país se mantivesse. É de salientar, que também é junto à periferia que se localizam as indústrias, onde geralmente os chefes de família trabalhavam. Contribuiu-se então, para que as políticas de segregação espacial da habitação social no Estado Novo continuassem. Bairros sociais na época do Estado Novo, foram implantados por todo o país, mas é nas grandes cidades onde vai existir mais concentração deste tipo de bairros. Em Lisboa, o Bairro de Santa Cruz, é um exemplo que há semelhança do Bairro Municipal em Viseu, foi construído na época do Estado Novo. Neste bairro todas as casas tinham um só piso e logradouro frontal e tardoz. No Porto, o Bairro do Ameal é também um exemplo do tipo de bairros do Estado Novo, que povoam o país.

A casa económica, tendo como público-alvo pessoas da classe laboriosa proletária, vindos dos campos, devia representar através dela os valores e modos de vida tradicional portuguesa, ou seja, trespôr o estilo rural do campo para a cidade. As casas deviam dar o mínimo de despesa possível mas garantir a criação de qualidade de vida e de conforto para os seus habitantes. O programa de cada habitação dependia do agregado familiar que nela ia habitar em relação ao número de quartos (um, dois ou três) sendo que o restante programa era composto por uma entrada, cozinha, uma sala e uma casa de banho. Geralmente a sala de estar, jantar e cozinha, localizavam-se todas no mesmo espaço. Na altura do Estado Novo não existia a vivência dos espaços de uma casa como há hoje, por isso o programa era adaptado ao tipo de vida. Se o homem estava fora todo o dia e as crianças na escola, só a mulher ficava em casa. Tinha que tratar da vida doméstica e preparar tudo para o regresso dos outros habitantes ao fim do dia. Quando chegavam, reuniam à volta da mesa, no mesmo espaço onde o jantar já tinha sido cozinhado. A mesma lareira onde o comer fora feito que aqueceria então a sala. Depois rumariam ao quarto ou quartos para descansar. Era assim que a família se devia comportar e portanto as casas planeadas pelo Estado iam de encontro às necessidades/valências do que os habitantes deviam/ podiam fazer e financiar.

Todos estes espaços, constituintes do programa que compunha a casa, eram concebidos com o mínimo de área possível.

A casa económica resulta assim da redução do modelo dominante do alojamento burguês, perpetuando a coerência ideológica do regime e reproduzindo as suas

diversas funções, em menor escala, a fim de assegurar o equilíbrio económico – ainda que essa redução pudesse esvaziar de sentido os espaços criados.⁵⁵

Estão satisfeitiísimos os moradores-adquirentes e suas famílias; está inteiramente satisfeito o Governo.

Há-de dizer-se que não é sem emoção que se toma contacto com a *vida nova* que aquelas pequenas casas, alegres e higiénicas, quasi instantaneamente fazem nascer.

Parece estar ali um elemento primário de profunda e benéfica transformação social, com larga projecção no futuro.

Os factos confirmam que a casa económica portuguesa constitue um excelente instrumento de defesa da instituição familiar e de conservação da ordem social existente.

Há que manter portanto, em toda a sua extensão, a directriz traçada no decreto n.º 23:052, procurando ainda fazer melhor, num ou noutro ponto de pormenor.

Continua assim o Governo a afastar-se de outras soluções seguidas em alguns países, na resolução do problema da habitação.

O que interessa é resolver o nosso problema e não o de outros países; e isso tem de ser feito por nós e *para nós*.

⁵⁵ | Jorge da Costa, *Guia de arquitetura moderna – Porto 1901/2001 – Bairros do estado Novo*

⁵⁶ Excerto retirado do Decreto-Lei n.º 23:052.

Com a divulgação dos cartazes promocionais do Estado Novo a mentalidade da população era moldada desde tenra idade para assumir que o que lá constava era o certo e quem não cumprisse estava a errar. Eram um contributo que para a população automaticamente começasse a excluir quem não seguisse aqueles ideais.

Pode-se dizer que o “Conceito de arquitetura nacional ou nacionalista que o regime queria continuar a impor, unificando os portugueses também pela via da imagem arquitetónica com que devia identificar-se, recusando definitivamente uma abertura às correntes modernas cuja fundamentação era reconhecidamente antagónica da ideologia retrógrada e agrária do fascismo português.⁵⁷

Apesar de as casas económicas serem propriedade do governo, era objetivo que as rendas impostas servissem como método de amortização do valor da casa, para que após 20 anos de pagamento (uma média de 240 rendas), os habitantes em vez de arrendatários, passassem a proprietários. O Estado Novo, garantia assim, uma das suas grandes intenções. A família passava a ter “casa própria”, como todas as famílias deviam ter.

Com o tipo de arquitetura utilizada, principalmente nos Bairros sociais, pretendia-se transpor uma ideia ruralizada do país. Existia uma matriz semirural como guia para a arquitetura. Deste modo o país assemelhava-se a uma “aldeia”, ideia que agradava particularmente ao Estado Novo, pois permitia continuar a recusar as correntes modernas e a manter a arquitetura tradicional portuguesa.

É neste quadro que são propostas afetações de uso de solo e delineados os bairros económicos e os bairros municipais. A partir da publicação do decreto-lei n.º 23052 de 1933, que institui o programa de “casas económicas”, por iniciativa estatal promoveu-se a construção de mais de 2000 fogos, e por esta via foi estimulado o desenvolvimento residencial nas áreas periféricas, permitindo ao Município disciplinar o loteamento... e fazer respeitar os regulamentos de construção, impedindo o uso especulativo do solo.

O modelo arquitetónico de matriz “semi-rural” e nacionalista, selecionado entre matrizes de plano-tipo, deixava pouco espaço para a intervenção consequente do arquiteto.⁵⁸

⁵⁷ Ana Patrícia dos Santos Rocha, *A casa das Marinhas: arquitetura moderna e tradição portuguesa na obra de Viana de Lima*/ Ana Patrícia dos Santos Rocha: orientador Carlos Machado, Porto:FAUP, 2009

⁵⁸ Jorge da Costa, *Guia de arquitetura moderna – Porto 1901|2001 – Bairros do estado Novo*

Casas tipo, iguais por todo o país, fizeram com que este tipo de intervenção não contribuísse para o avanço da arquitetura. Como é o caso do Bairro Municipal de Santa Comba Dão, muito semelhante ao de Viseu.

Terrenos baratos eram encontrados na periferia, local onde eram implantados os bairros do Estado Novo, e que conduziam diretamente à exclusão social da população que ia para lá viver pelo resto da cidade. A construção era feita com os materiais mais baratos também, o que levava a que a qualidade construtiva da habitação fosse duvidosa.

Com uma proposta de casa unifamiliar para bairros sociais que refletia a ruralidade do país, o Estado Novo implemento por todo o país a arquitetura do regime.

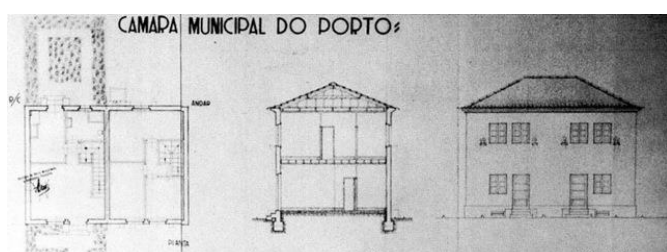


Figura 5 – Casas-tipo de bairros no Porto



Figura 6 – Bairro Municipal de Viseu



Figura 7 – Bairro de Paranhos



Figura 8 – Bairro de Paranhos



Figura 9 - Bairro de Paranhos



Figura 10 – Bairro das Condominhas

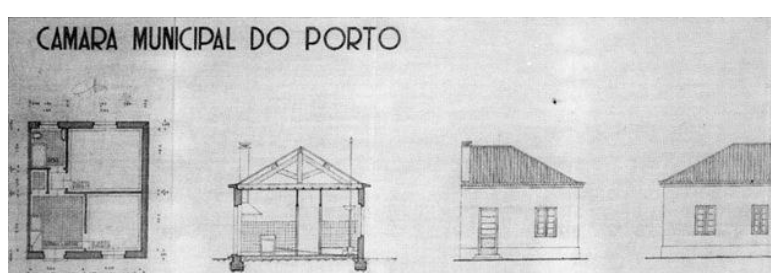


Figura 11 – Casas-tipo de bairros no Porto

| O MUNDO PORTUGUÊS

Para dar continuação a essa adoração pela nação e tendo como base o lema “ *Tudo pela nação, nada contra a nação*”⁵⁹, surge em 1940 “A grande exposição do mundo português” em Belém. O planeamento desta exposição exigia um terreno com uma grande área de implantação. Sendo a temática dos descobrimentos um ponto muito importante para Portugal e que fazia enaltecer ainda mais a nação, ficou decidido que a exposição teria que ser na zona de Belém pois foi de lá que partiram grande parte das naus e caravelas à descoberta do mundo que se conhece hoje, Mas na zona de Belém não havia espaço suficiente. É então que se procede à demolição de ruas, quarteirões e praças antigas para a construção dos pavilhões e monumentos nacionais. Segundo propaganda do Estado Novo, estava a “*demolir-se o feio para construir o belo*”.⁶⁰ A obra foi dirigida por o comissário geral, o Dr. Augusto de Castro, pelo comissário adjunto, o engenheiro Sá e Melo, e pelo arquiteto-chefe, Cottinelli Telmo.

A 23 de Julho de 1940 é então inaugurada a Exposição do Mundo Português, no âmbito das comemorações do duplo centenário da fundação e da restauração da independência de Portugal e dos descobrimentos, pelo presidente da República, o General Carmona, acompanhado pelo homem que fez com que a exposição acontecesse, António de Oliveira Salazar.

As tentativas mais explícitas de “mitopoetizar” a arquitetura portuguesa, durante a Exposição do Mundo Português de 1940, revelaram o monumentalismo cenográfico grandioso, porventura empolado, que é tão comum em todas as Expos, misturado com um vernaculismo pitoresco. Não fora o facto de sabermos que o local se encontrava historicamente carregado e, por conseguinte, instrumentalizado para a invocação de sentimentos nacionalistas, a encenação da Expo de 1940 seguiria a mesma estratégia de panem et circenses que todas as Expos seguiram no passado.⁶¹

A exposição tinha como objetivo principal enaltecer e divulgar os feitos e a história do país, mas inerente a isto tudo, estava também a divulgação e propaganda do Estado Novo. Deste modo conseguia demonstrar a grandeza do regime tanto perante a nação como perante um mundo dividido pela guerra. Esta atitude acaba por mostrar semelhanças com o que ocorreu nos jogos Olímpicos de 1936, na Alemanha, em que Hitler os aproveitou

⁵⁹ Um dos lemas que caracterizava o regime do Estado Novo.

⁶⁰ Citação retirada de um documentário sobre a Exposição do Mundo Português, <https://www.youtube.com/watch?v=2QdO6sXEoT>

⁶¹ Wilfried Wang, “A arquitetura do século XX em Portugal: A modernidade como fonte de orgulho e melancolia, IAPXX pág.47

para os transformar num ato de propaganda. Apesar de eventos em escalas diferentes, acabam por demonstrar a influência que regimes ditatoriais da Europa tinham no país.

Por isso, enquanto que no resto da Europa se vivia um clima de guerra, devido à 2ª Guerra Mundial, países como Suíça, Espanha e Portugal conseguiam escapar aos ataques alemães. Assim em Portugal estava-se num clima de paz e de comemoração em contrapartida com outros países europeus. Acabou por ser também um dos argumentos para divulgar a Exposição, assumindo que Portugal era um “oásis” numa Europa em guerra. É de salientar que no dia anterior à inauguração da Exposição, a França tinha-se rendido de uma forma humilhante aos exércitos alemães, mas mesmo assim Salazar assegura a abertura da exposição no dia seguinte pois devido à relação de grande proximidade que mantinha com a Alemanha Hitleriana podia inaugurar um grande evento sem correr os riscos da guerra.



Figura 12 – Implantação da Exposição do Mundo Português na zona de Belém

Logo na entrada verificava-se a imponência da exposição, com as estátuas enormes que vedavam o recinto. Foram erguidos edifícios e pavilhões monumentais, construídos com materiais leves de modo a que depois pudessem ser desmontados ou mesmo demolidos, como foi o caso do Padrão dos descobrimentos, com 50m de altura, 20 de largura e 46m de comprimento. Este monumento emblemático e referente aos descobrimentos feitos pelos portugueses e em honra ao Infante D. Henrique, em 1958 acabou por ser desmontado devido à sua materialidade frágil, acabando por ser erguido em 1960, mas já em betão e pedra e aí perdura até aos dias de hoje. Pode-se dizer que a exposição estava dividida em grandes espaços, sendo eles dedicados à história de Portugal, às colónias portuguesas e à etnografia.

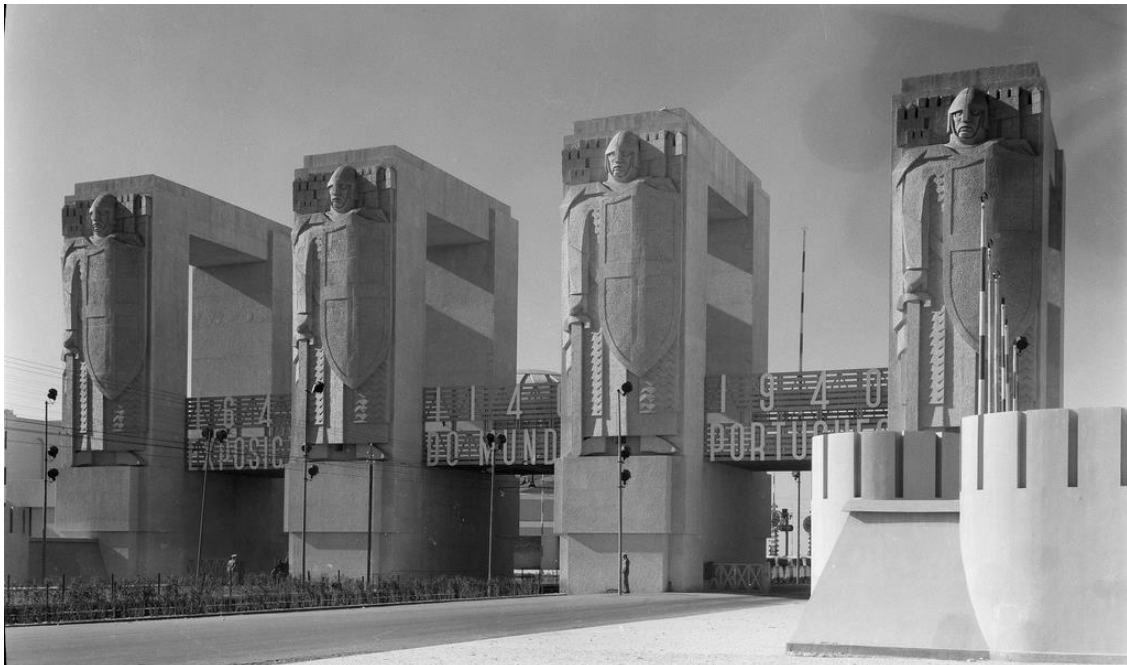


Figura 13 – Estátuas que marcavam a entrada da Exposição.

Existiam pavilhões referentes à história de Portugal, à religião, aos valores da nação, às colónias. Só a secção histórica, era composta por oito pavilhões. Espaços onde foram recriadas aldeias típicas portuguesas, com o intuito de mostrar o que de mais bonito o país tinha e realçar a ruralidade característica do país que era bastante admirada pelo regime. As aldeias eram aqui representadas como um local notável para viver, pois aliava a arquitetura tradicional portuguesa com a vida no campo. Quem na realidade vivia numa aldeia do país, sabia bem que não era esse o tipo de vida que tinham. Trabalhavam de sol a sol para puderem comer. Mas como não eram os habitantes das aldeias de Portugal, o

público-alvo para visitar a Exposição do Mundo Português, nem tinham como ter acesso a ela, as aldeias eram representadas de forma conveniente ao Estado, ou seja, mais uma “fachada” existente na Exposição.

Na secção colonial, com jardins e pavilhões, cada um dos países colonizados por Portugal estava representado e eram feitas recriações do que se passava no dia-a-dia, nessas mesmas colónias. Existiam também pavilhões de telecomunicações, comerciais e industriais, para mais uma vez celebrar, legitimar e divulgar a ação do Estado Novo. A praça do Comércio era imponente e ocupava um espaço central na implantação da exposição e acabava por ser o elemento distribuidor para as restantes atrações e pavilhões que existiam na área. Ao largo de Belém estava a nau Portugal, representativa das naus em que os portugueses tinham partido à descoberta. O único país convidado a participar nesta exposição e a ter o seu próprio pavilhão, foi o Brasil, devido às suas relações de longa data com Portugal. A arquitetura presente nos edifícios e pavilhões da Exposição era característica de um regime ditatorial. Era objetivo, que através da arquitetura, se manifestasse o poder e a superioridade do Estado Novo, por via da construção de edifícios imponentes com grandes proporções, onde as linhas retas e homogéneas eram usadas como metáfora para enaltecer o esforço físico necessário para os construir. Com a exposição, o Estado estava a ser enaltificado não só para o país testemunhar mas também o mundo, como próprio nome da Exposição sugere.

Até à data da exposição, nunca em Portugal tinha sido feito algo com aquela escala. Recebeu até ao dia 2 de Dezembro do mesmo ano, data em que encerrou, cerca de 3 milhões de visitantes. Não só portugueses de toda a nação a visitaram como também estrangeiros de variados países. Quando saíam da exposição, a ideia com que estes visitantes ficavam de Portugal, independentemente de lá viverem ou não, era de que Portugal era um exemplo a seguir, onde a família, a nação e a religião eram a base de tudo. Retinham esta ideia, porque mais uma vez, o Estado Novo propagandeava o regime de modo a esconder o que de facto se passava por todo o país: fome, miséria, degradação e falta de condições de habitabilidade. Era este o estado do país em contrapartida com o que o Estado propagandeava e estava patente em toda a exposição: “Deus, pátria, família”.

Para quem observava de fora, a Exposição do Mundo Português surgia como uma “lufada de ar fresco” num mundo que estava em Guerra. Mas para um grupo de arquitetos portugueses a imagem que tinham do país não era esta. Quem estava dentro do assunto arquitetura, sabia que o país, em relação à arquitetura, estava muito atrasado em relação aos outros países. Isto era mais uma maneira de fechar o país à Europa e de impedir que o movimento moderno se difundisse em Portugal.

O regime ditatorial continua e a arquitetura em Portugal fica estagnada em comparação com os restantes países da Europa. Com os CIAM (Congresso Internacional da Arquitetura Moderna) a decorrerem em vários locais da Europa, surgem novas tendências, estilos e documentos que apesar de serem fruto daqueles congressos representam evoluções da arquitetura a nível internacional que podem e têm como objetivo ser aplicados em vários locais distintos de modo a transpor a evolução da arquitetura a todos os lugares. Um exemplo concreto que foi redigido num CIAM foi a Carta de Atenas, que tinha como objetivo definir uma cidade que correspondesse às necessidades da sociedade a todos os níveis, sendo assim as cidades seriam separadas por áreas (residenciais, lazer e trabalho) e a construção seria em altura, pois assim permitia a criação de diversas áreas verdes à sua volta. Alguns arquitetos portugueses da época do Estado Novo, como Fernando Távora e Viana de Lima, chegaram a participar nos congressos internacionais, com o objetivo de trazer para Portugal o modernismo e de colocar o país a par da Europa, aliando os novos estilos e movimentos com a arquitetura portuguesa. Devido ao regime em que se vivia, tal não foi possível pois existia naquele ...” período uma certa demora por parte do estado na aceitação das novas propostas arquitetónicas que surgiram em determinados grupos de arquitetos, que tentavam desenvolver as bases da arquitetura moderna.” Em 1947, surge então um grupo de arquitetos no Porto com o nome Organização de Arquitetos Modernos (ODAM), que tinha como objetivo divulgar, discutir e implementar o modernismo em Portugal de modo a deixar para trás as ideologias retrogradadas estabelecidas pelo regime ditatorial.

Era fulcral investir numa mudança do panorama nacional a nível arquitetónico, sem esquecer claro a arquitetura tradicional portuguesa, mas aliada à arquitetura moderna. É deste modo que foi criada a ODAM com o intuito de discutir e resolver esta questão. Composta por um grupo de arquitetos do Porto que se organizou entre 1947 e 1952. Arquitetos como Viana de Lima, Arménio Taveiro Losa e Mário Bonito, todos eles membros do ODAM, participaram no I Congresso Nacional de Arquitetura⁶², realizado em Lisboa, em 1948.

Até arquitetos “... como Cotinelli Telmo, considerado “homem do Estado Novo”, vai no congresso de 48 juntar a sua voz às dos seus colegas modernos ara protestar contra determinações historicistas por parte de alguns sectores do aparelho do Estado.”⁶³

⁶² Os Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna, também designados CIAM, foram concebidos com intuito de serem locais a nível internacional, onde se discutia arquitetura e urbanismo.

⁶³ Pedro Vieira de Almeida, “A arquitetura no Estado Novo – Uma leitura crítica”, pág. 31

Salienta-se, que para além dos CIAM e da ODAM, outras organizações tinham como objetivo explorar a arquitetura moderna em detrimento das ideias retrógradas do Estado Novo. Um grupo de Iniciativas Culturais Arte e Técnica (ICAT) era formado em 1946 por uma organização de arquitetos de Lisboa, com o intuito de se opor ao regime do Estado Novo e de defender e arranjar soluções para o grave problema habitacional que persistia. Neste grupo foram até realizadas algumas das teses que posteriormente foram apresentadas no I Congresso Internacional de Arquitetura, em 1948. A revista *Arquitetura: Revista de Arte e Construção*, é adquirida pelo ICAT em 1947 e passa a ser dinamizada por Francisco Keil do Amaral como modo de também fazer uma crítica á arquitetura portuguesa do Estado Novo e apresentar inovações da arquitetura moderna. Foi no ICAT que o *Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal* foi conduzido, para inventariar a arquitetura vernacular⁶⁴ existente em Portugal. Keil do Amaral, não conformado com o rumo da arquitetura do Estado Novo, levou as suas perceções e convicções além do que lhe era permitido, procurando o bem-estar da sociedade e fazendo uso da arquitetura como meio para alcançar esse objetivo.

Enquanto que uns arquitetos lutavam para que a arquitetura portuguesa se aliasse à arquitetura moderna, outros arquitetos, como aconteceu no Congresso Internacional da Arquitetura Moderna de 1948, protestavam contra a fraca qualidade de construção que estava a ser feito nas “casas económicas” do Estado Novo, derivada da mão-de-obra barata e da qualidade dos materiais usados, como podemos observar com o Bairro Municipal de Viseu de 1948, que analisamos de seguida.

⁶⁴ Denomina-se arquitetura vernacular, toda a arquitetura que utiliza materiais característicos do local onde o edifício é implantado.

| A APLICAÇÃO DA MATRIZ “SEMI-RURAL” E NACIONALISTA:
BAIRRO MUNICIPAL DE VISEU, 1948

O rio Pavia surge-nos com um céu enigmático, ornamentado pelas suas margens contemplativas e misteriosas. Os lameiros, o restolho e as belas espigas, das searas douradas! A forças das suas águas, dando vida aos moinhos, moendo o grão divino que o Sol dourou! O carro dos bois, suportando a balsa que transportava as uvas de alguns cordões de videiras e as espigas à eira!

Assim eram as terras da Balsa!...⁶⁵

Com a Exposição do Mundo Português, analisou-se um exemplo concreta da arquitetura nacional relativamente a edifícios de cariz público. Agora numa escala diferente, investigasse o Bairro Municipal de Viseu, representativo da casa-tipo do Estado Novo exibida no cartaz promocional “D’a Lição de Salazar”.

A zona da Balsa pertence ao Concelho de Viseu, e situa-se a Noroeste do coração da cidade. É, até meados do século XX, uma zona baldia e longe do centro urbano. Na zona onde foi implantado, o único ponto de referência era a prisão. Naquela época, a cidade de Viseu resumia-se ao seu centro histórico e à periferia, onde se situavam quintas e os bairros de “casas para pobres” que iam aparecendo. O Bairro Municipal de Viseu ficava assim, circundado de zonas verdes e agrícolas, com vários acessos pedonais mas apenas um acesso viário. Como se pode ver na imagem em baixo, era como uma pequena aldeia rodeado de campos.



Figura 14 – Vista aérea do Bairro Municipal em 1948

⁶⁵ Retirado de um painel de azulejos na zona da Balsa

Em 1948, surge na zona da Balsa, o Bairro Municipal de Viseu, promovido pelo então regime ditatorial, que tinha como objetivo alojar as famílias mais pobres e carenciadas. De facto, os primeiros residentes eram provenientes do Centro Histórico, pois assistiu-se a um aumento demográfico e a uma consequente falta de condições de habitabilidade para suportar o aumento de população. Também reflexo do crescimento da cidade, o bairro social alojava a população vinda das aldeias próximas, maioritariamente as famílias dos funcionários da prisão que se localizava naquela zona. A dificuldade de viver apenas dos fracos rendimentos levou a que o cultivo tivesse um papel importante nestas famílias como forma de subsistência, em locais próprios para este efeito - as “belgas⁶⁶” - terrenos usados para o cultivo de produtos alimentares e para a criação de animais.

A construção do Bairro Municipal foi concluída em 1948, sendo o edificado composto por 123 fogos habitacionais: habitações unifamiliares, de apenas 1 piso, com logradouro, tanto na frente da casa, como na zona posterior. A imagem do bairro, é semelhante a uma pequena aldeia “dentro da cidade”, ou seja, característica típica de um bairro do Estado Novo transmitindo a imagem rural que se pretendia para o país.



Figura 15 – implantação do Bairro Municipal de Viseu

⁶⁶ Atualmente são ocupados pelo Bairro 1º de Maio e pelo Edifício das Magnólias, resultando, ao longo do tempo, da supressão dos hábitos do cultivo como forma de subsistência.

Sexo | feminino

Idade | 89 anos

Situação profissional | reformada

Nível de escolaridade | “não frequentei. Não sei ler nem escrever mas nem burra chego a ser.”

Há quantos anos vive no bairro?

“Desde 1948. Vim para aqui no início. Viemos estreitar isto.”

Qual a tipologia da sua casa?

“Tem 3 quartos. É um t3, não é?”

Nº de elementos do agregado familiar?

“Agora vivo sozinha. Mas criei aqui 4 filhos sozinha. Agora como vivo sozinha querem dar-me uma casa mais pequena, só com um quarto. E depois vêm os meus filhos e deitamos onde? Daqui eu não saio.”

O que acha da sua casa? Realizou obras de ampliação ou reabilitação por conta própria? Se sim, porquê?

“É preciso fazer obras. Desde que me componham o telhado fico contente, se bem que aqui dentro nem chove no inverno. Antes vivia noutra casa aqui do bairro, mas foi demolida. Esta já tem pavimentos e algumas portas novas que os que cá moravam mudaram. A porta da entrada mudei-a á pouco tempo. Tem o anexo atrás com a cozinha. Teve de ser. Há pouco espaço. A casa-de banho também tive de a compor.”

E do bairro no geral?

“O bairro original era bem melhor. A câmara não compõe nada mas agora dizem que vão compor as coberturas. Já o alcatrão e a luz pública aqui existem porque fui eu que consegui! Não deviam deitar o lixo na rua.”

Considera as atividades (reuniões, sessões participativas) recentes que têm ocorrido no bairro importantes para que a população seja integrada nas decisões do mesmo? Se sim, porquê?

“Participo sempre. O que resulta? Nada! Diz que fazem e não fazem nada.”

Qual é a relação do bairro municipal com a prisão?

“Não vejo problema nenhum em estar ali a prisão. É me igual.”

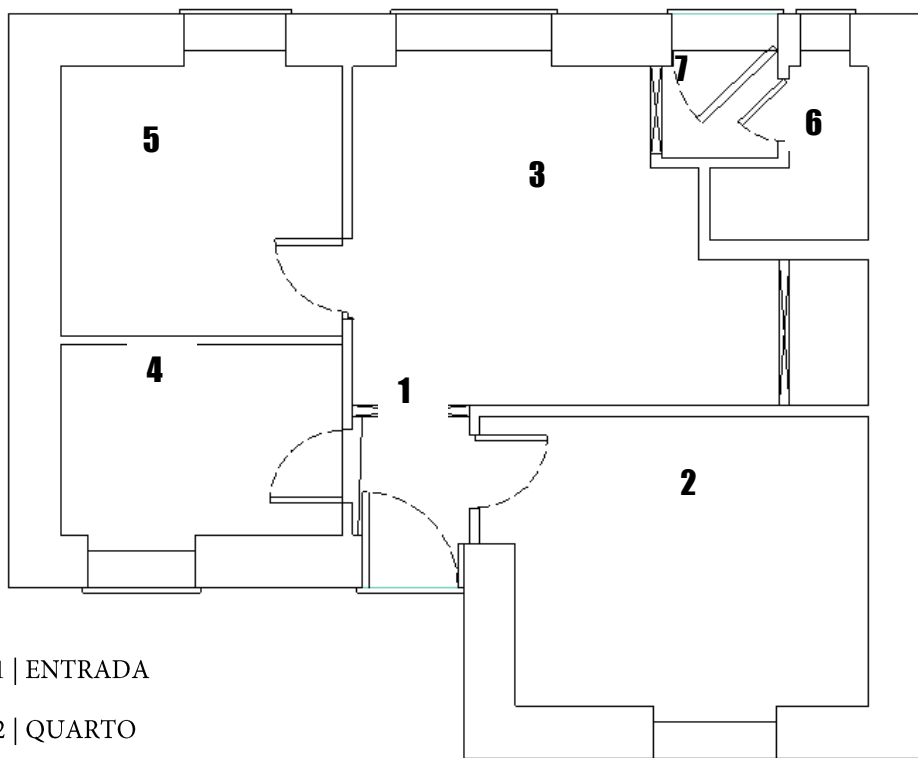
Qual é a relação do bairro municipal com a cidade? E da cidade com o bairro?

“Boa. Vou a pé para todo lado, também não tenho carta mas tenho carro.”



Relativamente à implantação, pode-se considerar que os fogos estão dispostos em quatro núcleos. Para além destes núcleos centrais, existem 3 alinhamentos distintos de fogos, que funcionam como limite do Bairro para a restante cidade. Do local onde está implantada a prisão, para a zona de implantação do Bairro Municipal, existe uma grande diferença de cota.

A nível programático, as casas deste bairro correspondiam a tipologias T2 ou T3. Tanto numa tipologia como na outra as áreas eram mínimas (variando entre 30 e 40 m² respetivamente), apesar de representarem uma grande melhoria face às habitações em que os moradores antes viviam. Relativamente à tipologia T2, a entrada ficava marcada na fachada principal entre dois vãos. Após entrar no fogo, estava-se num espaço que tinha como função ser sala de estar, sala de jantar e cozinha (tudo isto com em menos de 10m²) e que fazia a distribuição para os restantes espaços: dois quartos, a casa-de-banho e o acesso ao logradouro tardoz. No T3, a entrada era feita num recuo da fachada. Assim que se entrava, encontrava-se um quarto á direita e outro à esquerda, em frente a sala de estar, de jantar e cozinha. No T2, a entrada estava alinhada com a fachada e através de um pequeno hall , dava acesso direto à sala/cozinha. Era a partir desta área social que se distribuía para os dois quartos, casa de banho e acesso ao logradouro tardoz. Em ambas as tipologias a área que se considera como casa-de-banho e que hoje tem um programa específico, em 1948, continha apenas uma sanita e lavatório, tendo depois um ralo no chão para a água escoar, caso se colocasse um chuveiro. Além da área extremamente reduzida que dispunha, cerca de 2m², a casa de banho continha apenas uma sanita e um lavatório. Para tomar banho, os habitantes tinham que aquecer água e utilizar bacias e alguidares. Posteriormente e com a evolução das técnicas materiais e até cuidados de higiene da população, alguns dos moradores por conta própria, foram colocando sistemas de chuveiro. Enquanto que uns apenas colocavam um ralo para a água escorrer numa base de cimento, outros investiam mais e criavam zonas de duche com mais condições de acordo com a época em questão. Os materiais utilizados em ambas as tipologias eram a pedra nas paredes estruturais, a madeira para os vãos (tanto nas portas, como nas janelas e portadas) e a telha para a cobertura de duas-águas. As madeiras dos vãos tinham como cor original um castanho amarelado, que com o tempo foi-se deteriorando e perdendo a cor inicial.



1 | ENTRADA

2 | QUARTO

3 | SALA/COZINHA

4 | QUARTO

5 | QUARTO

6 | CASA-DE-BANHO

7 | ACESSO AO LOGRADOURO TARDOZ

Figura 16 – Tipologia T3 de um fogo no Bairro Municipal de Viseu

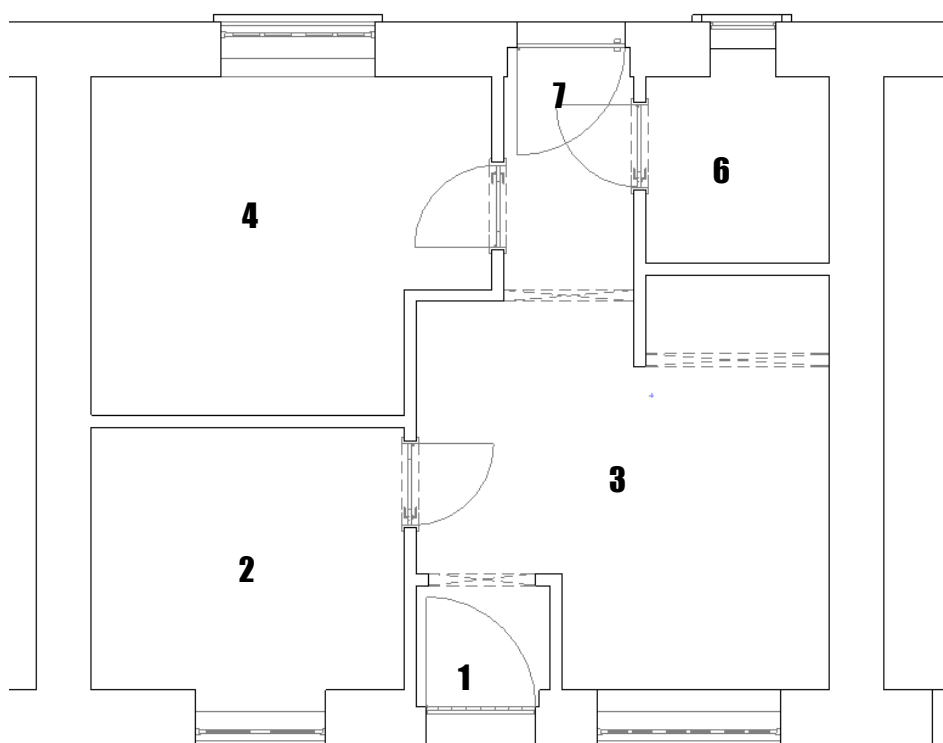


Figura 17 – Tipologia T2 de um fogo no Bairro Municipal de Viseu

Regulamento do Bairro de Casas para Classes Pobres, da Cidade de Viseu

Art. 1.º—A ocupação das casas do Bairro dos Pobres de Viseu, tipo A e B, será concedida, a título precário, mediante licença da Câmara Municipal, sob a forma de alvará.

Art. 2.º—As casas destes Bairro serão destinadas a famílias pobres e indigentes, residentes nesta cidade tendo sempre preferência aquelas que hajam sido desalojadas por efeito de demolições, relacionadas com trabalhos de Urbanização ou outros de interesse público.

Art. 3.º—A admissão de moradores será feita por deliberação da Câmara Municipal, atendendo às preferências referidas no art. 2.º, ao grau de necessidade e ao comportamento moral e civil dos pretendentes e seus familiares.

Art. 4.º—As rendas a pagar, serão as fixadas pela Câmara Municipal, depois de aprovadas por Sua Ex.ª o Senhor Ministro das Finanças, nos termos do § 1.º do Art. 3.º do Decreto-Lei n.º 34.486, de 6 de Abril de 1945, devendo, caso seja possível, ser uniformes para cada tipo de casa, e serão pagas na Tesouraria da Câmara, até ao dia 8 do mês a que respeitem.

Art. 5.º—Em caso de morte ou ausência do Chefe de família, porite a Câmara Municipal, mediante licença dos cônjuges, que lhe pertençam, por meio de novo alvará, dá a a viúva, para qualquer dos filhos ou para outro parente mais próximo que lhe suceda no encargo da sustentação da família.

Art. 6.º—É expressamente proibido aos moradores proceder a quaisquer obras ou instalações que modifiquem as condições de utilização das casas, sem autorização escrita da Câmara Municipal e consentir na sua ocupação, no todo ou em parte, por pessoas estranhas ao respectivo agregado familiar.

Art. 7.º—Os encargos de conservação e limpeza periódica das casas, compete à Câmara Municipal.

Art. 8.º—Os ocupantes das casas podem ser desalojados sempre que se verifique não terem necessidade de ocupar a casa ou se tornem indignos pelo seu procedimento do direito de ocupação que lhes foi concedido.

§ 1.º O disposto neste artigo aplica-se especialmente aos moradores:

(b) 1.º—Que deixem de efectuar o pagamento das

Viseu, Secretaria da Câmara Municipal, 29 de Setembro de 1948.

rendas dentro dos 15 dias posteriores à data do seu vencimento;

2.º—Que possuem casa própria nesta cidade e tenham possibilidade de a ocupar;

3.º—Que pelo seu comportamento provoquem escândalo público, alterem o sessego, causem dano moral ou material ou que maltratem por palavras ou por actos os habitantes do Bairro ou os encarregados da sua fiscalização;

4.º—Que se recusem a patentear a casa ao representante da Câmara Municipal incumbido de superintender no respectivo Bairro;

5.º—Que não mantenham em bom estado de asseio a casa e terreno anexo;

6.º—Que procedam de forma a criar risco para a segurança e salubridade do prédio e do Bairro;

§ 2.º—O despejo das casas será feito pela Polícia de Segurança Pública, a requisição da Câmara Municipal.

Art. 9.º—Das deliberações da Câmara sobre distribuição de casas e seu despejo, cabe recurso para o Ministro do Interior, com efeito suspensivo, o qual deverá ser interposto no prazo de 8 dias, a partir da data da sua aprovação.

Art. 10.º—Constitui especial obrigação dos moradores do Bairro:

1.º—Ter a habitação, terrenos anexos e arruamentos sempre limpos e em bom estado de conservação;

2.º—Mandar colocar à sua custa todos os vidros, louças sanitárias, bancas de cozinha, lampadas electricas, etc., que partirem ou inutilizarem, bem como responder por quaisquer estragos que derivem do mau uso que façam da habitação;

3.º—Participar imediatamente à Câmara Municipal todos os estragos que as moradias sofrem por motivos acidentais ou pelos usos próprios.

4.º—Não fazer despejos, amontoar lixo ou estrumes, dentro do Bairro;

5.º—Não danificar as árvores e os arbustos dos arruamentos;

6.º—Ser consumidor de água e energia electrica, liquidando pontualmente os respectivos fornecimentos, (a).

Art. 11.º—Em tudo o omissso neste Regulamento atender-se-á às disposições do Decreto n.º 35.105, de 6 de Novembro de 1945 e às do Código de Posturas do Municipio.

O Presidente da Câmara Municipal,

Alexandre de Lucena e Vale.

(a) 7.º—No caso de pretenderem deixór de ocupar as casas, participarem, na Secretaria da Câmara, até ao dia 15 do mês antecedente, essa intenção, sob pena de serem obrigados ao pagamento da renda do mês seguinte, se as casas não estiverem desocupadas no último dia do mês em que a participação deve ser feita.

(b) Deliberação de 13/6/956

A nível de exterior, cada casa tinha acesso principal pela frente através do logradouro frontal, e uma entrada secundária pelo logradouro tardoz. Estes logradouros remetem também para a ruralidade que caracterizava o Bairro Municipal. Apesar de não serem vedados, permitiam que os habitantes tivessem a sua própria horta, onde cultivavam o que comiam e assim remeter à vida da aldeia.



Figura 19 – Rua do Bairro Municipal de Viseu em 1948



Figura 20 – Rua do Bairro Municipal de Viseu 1948



Figura 21 – Fogos de tipologia T3 no Bairro Municipal em Viseu

Com o tempo, e devido a questões não só de posse e necessidade mas também de segurança, os habitantes foram-se apropriando dos logradouros com diferentes finalidades. Enquanto que uns tinham necessidade de colocar vedações para manter animais longe ou até impedir a entrada de estranhos no seu espaço, outros precisavam de mais um quarto ou de uma cozinha, e então construíam um anexo no logradouro tardoz. Outros pavimentavam os logradouros, que antes eram de terra. Telheiros para proteger a entrada e estruturas como espécie de garagem também apareceram por quase todas as casas. O Bairro, com estas alterações e acrescentos, foi aumentando dentro dos limites dos logradouros, mantendo no entanto os limites de implantação.

Este bairro, apesar de ser único na cidade de Viseu, no país é só mais um dos bairros municipais periférico, de cariz rural, construído por via do Estado Novo.

Através da realização de entrevistas a moradores do Bairro que lá viviam desde a sua origem, foi possível apurar de uma maneira concreta o que eles sentiam em relação à localização do bairro e à sua integração na cidade. Quando se mudaram para o bairro, os habitantes sentiram que estavam em casas com condições muito superiores às que tinham. Na altura o bairro ficava longe da cidade, mas os habitantes chegam a referir que apesar da distância quando precisavam ir à cidade, no entanto quem vivia no centro não se deslocava a um bairro, na altura na periferia, que vivia da agricultura e não tinha nenhum elemento que atraísse quem vinha do exterior. Ou seja, já desde o ano em que foi construído se denotava que era excluído socialmente, e que apesar de ser um bairro típico do Estado Novo tinha os problemas que todos os bairros tinham, excluía a população em vez de a integrar como fazia parte das suas propagandas. Mesmo excluído, as pessoas começaram a apropriar-se do bairro e a tomá-lo como seu. Prova disso, foram os anexos e as vedações que foram surgindo, dando aos logradouros um aspeto de barracas.

Faz-se agora uma pausa no estudo deste bairro, com o intuito de analisar bairros inseridos e construídos através de outros contextos, para depois voltar a analisar este Bairro mas já na atualidade.

CAPÍTULO II

PROCESSO SAAL: O QUE É?

| CAPÍTULO II – PROCESSO SAAL: O QUE É?

Aquando da intitulada “Revolução dos Cravos”, a falta de habitação era muito acentuada, principalmente para as populações mais carenciadas.⁶⁷

Respira-se liberdade em Portugal. O Estado Novo acabou e, portanto o regime ditatorial tem o seu fim. É necessário um novo regime. Aparece assim o 1º Governo provisório⁶⁸, onde se começa a romper com as políticas que o antecediam em diversas áreas, como a arquitetura. A habitação social padecia do pouco interesse que o Estado Novo lhe tinha atribuído e com a sua localização, maioritariamente na periferia, contribuía para segregação social existente. Era preciso existir uma mudança na arquitetura, mas o mais importante e que tinha mais urgência em ser tratado e resolvido era, mais uma vez, o problema da habitação social. É certo que o Estado Novo havia caído, assim como as suas políticas ditatoriais de habitação. Agora as classes mais baixas já não precisam de cumprir o ideal de família definido por Salazar para que uma casa lhes seja atribuída. No entanto, será que agora qualquer um pode viver ou até possuir uma “casa económica”? Ou as casas para classes pobres vão deixar de ter essa denominação? Mas outra questão que se coloca é se existem casas económicas ou outro tipo de casas para todos? Não. Não há habitação para toda a população existente. As pessoas que não conseguiam ter casa, viviam ainda em ilhas, bairros de lata e barracas. Por todo o país ocorriam manifestações por parte da população. As pessoas mobilizavam-se para ter uma “casa”. Por todo o lado se ouvia “Casas sim, barracas não!”.



Figura 22 – Manifestação por parte de habitação por habitações condignas com contraponto com os bairros de lata.

⁶⁷ João Baía, *SAAL e Autoconstrução em Coimbra*, pág. 14

⁶⁸ Quando ainda nem um mês tinha passado desde o 25 de Abril de 1974, surge a 16 de Maio, o I Governo Provisório em Portugal, presidido por Adelino da Palma Carlos. Até 23 de Julho de 1976, data em o que o I Governo Constitucional, chefiado por Ramalho Eanes, é constituído, vários governos provisórios governam o país.

Esta expressão, com origem no povo ecoava por toda a população. Ninguém está contente com as condições em que se vivia. A população lutava então por condições condignas de habitação. Mas não eram os únicos. Grupos de arquitetos também se uniriam em esforços para resolver o problema da habitação social em Portugal.



Figura 23 e 24 – Cartazes representativos das mudanças que a população pretendia

É deste modo que surge o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), com o intuito de ser um programa diferente de tudo que já tinha sido feito até à data a nível de habitação para classes pobres, “...confrontando-se com as políticas precedentes pela celeridade pretendida e pelo combate à especulação urbana.”⁶⁹

O SAAL tem a sua origem no Fundo de Fomento da Habitação, ainda durante o I Governo Provisório -, com Nuno Portas como secretário de Estado da Habitação e Urbanismo-, como forma de dar um novo rumo à arquitetura portuguesa e mais concretamente solucionar o problema da falta de habitação.

Em 1974, “apenas 15% da população pode dispor de uma casa sem problemas; 60% com grandes sacrifícios (...); 25%,isto é, cerca de 500 000 famílias, ou seja, dois milhões de portugueses, vivem em barracas, em tugúrios ou em refúgios que encontram...”⁷⁰.

⁶⁹ Mariana Santos, “Sobre a apropriação do espaço- Um percurso pelos bairros SAAL do Porto”, pág. 22

⁷⁰ Ibid

Com o término do Estado Novo, acontece uma mudança no país que se vai verificar a vários níveis nomeadamente na arquitetura, com o aparecimento do Processo SAAL. O que mudou a nível do projeto de bairros sociais? Tanto a nível de localização como na integração da população na tomada de decisões, antes-durante-pós projeto.

Não nos iludamos. O SAAL Serviço Ambulatório de Apoio Local, não foi o único processo de produção de habitação social nos anos da Revolução. O FFH (Fundo de Fomento de Habitação) como o seu nome sugere Fundo, uma espécie de banco público destinado à construção de habitação, tinha também os seus dispositivos de projeto e construção que com maiores ou menores problemas continuaram a produzir, e mesmo algumas Câmaras Municipais também. O SAAL não foi sequer o maior produtor de habitação nesses anos.

A grande diferença era que dizendo-o de uma forma simplista, as habitações SAAL tinham “cliente” à partida, isto é, ao contrário, da produção usual em que se construíam as casas e depois apareceriam os usuários, portanto sem nenhuma ligação entre projetistas e “clientes”, no SAAL logo no início se conheciam os moradores, que aliás desde o princípio participavam no processo, designadamente na escolha dos terrenos, na identificação do quadro sócio económico, na proposta de programas tipológicos, na relação com outras entidades, etc.

A minha experiência no processo SAAL da Bouça não me leva a majorar a participação dos moradores na elaboração do projeto; dadas as condições absolutamente miseráveis a que estavam condenados, qualquer solução era uma melhoria nunca imaginada e, naturalmente, tendia a ser acriticamente aceite. Cabia aí aos arquitetos o papel de, com a sua intuição e experiência, interpretar corretamente as situações, e principalmente, manter a população informada tentando criar assim uma qualquer base de entendimento.

As operações SAAL exigiam a participação da população envolvida, e para isso a população tinha que estar organizada a fase pós projeto envolve dois tempos, o tempo da construção e o tempo da utilização.

No tempo da construção para a população é muito duro, é o tempo da espera, desesperada e interminável, é o tempo em que é fundamental manter uma informação atempada e verdadeira, para que o processo seja compreendido e dentro do possível, aceite. É o tempo da pressão sobre o construtor e sobre o arquiteto, é o tempo do “isto nunca mais tá pronto”.

A atribuição das casas aos moradores, a criação de regras de utilização a aceitar pelo coletivo, assim como a própria gestão financeira e trabalhos de manutenção são evidentemente as grandes tarefas que cabem à organização dos moradores no tempo da utilização.

Portanto considera-se que o grande objetivo do processo SAAL eram as operações de realojamento, sendo que outros objetivos também pretendiam ser cumpridos, como melhoria das condições de habitabilidade da população e a criação de novos bairros que interligavam a população que aí passava a residir com a cidade.

Partiu-se assim, no contexto de emergência de habitação e de maior liberdade de ação proporcionada pelo fim do Estado Novo, para a prática, para a concretização imediata.⁷¹

Apesar do (SAAL) ser feito para e com a população, arquitetos, brigadas técnicas e outras equipas também estavam envolvidas na concretização dos projetos. Todos os intervenientes e a assistência técnica que foi provida pelo Fundo Fomento da Habitação (FFH) seguiam um conjunto de ações que faziam funcionar o SAAL.

Portanto, para que tudo funcionasse era necessário uma

- a) Ação fundiária: aquisição e cedência de solo necessário após exame das aptidões locais;
- b) Ação de projeto: traçado urbanístico e de loteamento, projeto de infraestruturas, fornecimento de esquemas tipo para habitações, projeto de componentes normalizados; c) Ação de assistência nas operações de construção, eventual preparação de empreitadas e sua fiscalização, treino de brigadas de trabalho locais, volantes ou de voluntariado e programação das tarefas no período previsto e aceite pelos moradores; d) Ação de assistência na gestão social: organização e preparação de estatutos das cooperativas, montagem do sistema de contabilidade, recurso ao crédito e repartição de responsabilidades entre os sócios; ações culturais e políticas com colaboração eventual de movimentos políticos, sociedades recreativas, etc, mas sempre organizadas pela população.⁷²

Tal como é dito na última frase “...mas sempre organizadas pela população”, uma das grandes novidades do Processo SAAL foi mesmo a integração da população na tomada de decisões referentes às habitações. Tal como o nome indica - Serviço de Apoio Ambulatório Local- o SAAL, apesar de se reger por regras gerais, adaptava-se ao local

⁷¹ Nuno Portas, “O Processo SAAL: Entre o Estado e o Poder Local”, pág. 636

⁷² Livro Branco SAAL, pág. 10

onde intervinha, ou seja, a vantagem passa por ser não só a integração dos bairros na malha urbana, mas também o trabalho direto com a população no local o que origina uma participação de ambas as partes. Muitas das vezes eram os moradores que trabalhavam na construção do bairro. Era usual anúncios semelhantes ao da figura 25, estarem presentes na imediações dos bairros, para que fosse também a população local a participar não só no projeto a nível teórico, mas também participando na sua construção. É comum a população que habita em bairros envolvidos no SAAL tratar o arquiteto que o projetou pelo nome e saber explicar o porquê das opções que se tomaram porque estiveram envolvidas a 100%.

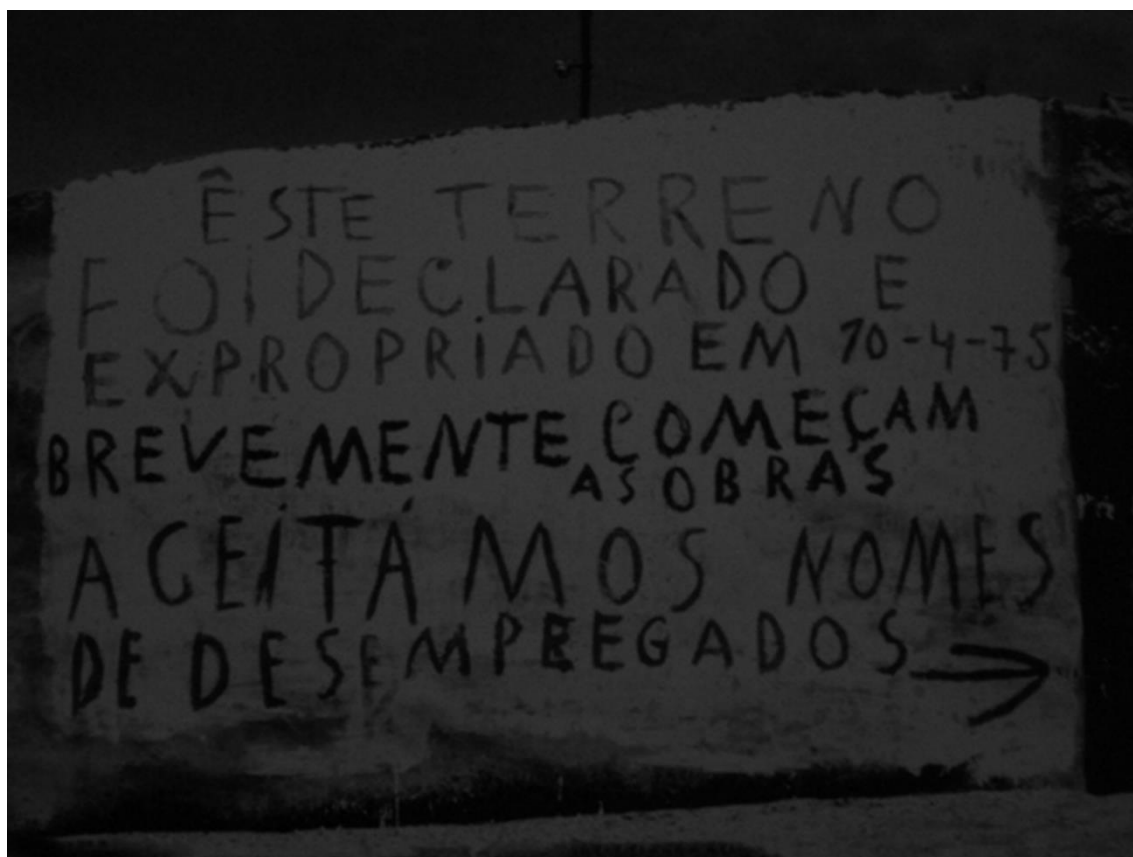


Figura 25 – Anúncio para candidatos ao trabalho num dos bairros intervencionados no SAAL.

Em contrapartida ao que acontecia durante o Estado Novo relativamente à atribuição de habitações, em que as pessoas, nomeadamente as famílias, tinham que corresponder a determinadas características definidas pelo regime ditatorial. Agora qualquer pessoa, independentemente se fazia parte de um agregado familiar, se era mãe solteira ou até se vivia sozinha, podia ter direito a uma casa. Além de poder ter casa, podia também ter voto em situações, como o tipo de fogos a construir, como se desenvolvia o programa, materiais de construção, entre outras situações que podiam ocorrer antes, durante e pós

projeto. É assim que aparece com mais afinco nos projetos a Participação, um elemento que se vai revelar essencial para a boa prática de arquitetura, pois alia a opinião e sugestão da população à parte projetual e que no Processo SAAL vai ter bastante relevância.

A questão da importância da participação é reforçada, quando “... Siza recorda o SAAL como uma experiência de debate, diálogo, encontro, confronto, todos os ingredientes de um diálogo muito vivo, muito intenso.”⁷³.

E foi de facto isto que aconteceu em todos os projetos resultantes do SAAL, em que Siza esteve envolvido. No Bairro da Bouça, localizado no centro do Porto, Siza fala com os habitantes em reuniões, relativamente ao que vai ser o Bairro e principalmente para ouvir o que as pessoas dizem do Bairro.

Afirma ainda que”... na sociedade em que vivemos é impensável projeto sem diálogo, sem conflito e encontro, sem dúvida e convicção, alternadamente, em conquista da simultaneidade e da liberdade”⁷⁴.

O SAAL, aquando do seu início, começou a ser implementado de norte a sul do país, nomeadamente - Algarve, Setúbal, Lisboa e Porto-, com intervenções em construções já existentes ou novas edificações de raiz. Alguns exemplos de bairros alvo de intervenção do SAAL, foram o Bairro da Maceda em 1975 (Alcino Soutinho), Bairro das Antas em 1975 (Pedro Ramalho), Bairro do Leal em 1976 (Sergio Fernandez), no Porto. Em Lisboa, o Bairro do Bacalhau em 1977 (Manuel Vicente) e o Bairro da Curraleira em 1976 (José António Paradela e Luís Gravata Filipe). Em Setúbal, o Bairro do Casal das Figueiras em 1976 (Gonçalo Byrne) e no Algarve, o Bairro da Meia Praia em 1975 (José Veloso). No entanto, no âmbito desta pesquisa específica, foca-se o Bairro da Bouça de 1976 e o Bairro de S. Vitor de 1975, ambos da autoria de Álvaro Siza Vieira.

Através do apoio do Estado (no financiamento, no pagamento aos profissionais envolvidos e na aquisição de terrenos, através das autarquias), de brigadas técnicas locais, de um método participado (numa relação de envolvimento dos moradores) e da recomendação de que, sempre que possível, os bairros se situassem nos sítios onde as pessoas habitavam e se aproveitassem as estruturas já existentes (casas, fundações...) pretendeu-se a construção a curto prazo como solução para os graves problemas de habitação existentes, por oposição aos planos anteriores, burocráticos, demorados, favoráveis ao zonamento e descontextualizados.⁷⁵

⁷³Luís Santiago Baptista, Joaquim Moreno, Fredy Massad e Alicia Guerrero Yeste, *Arquitetura Social – Três olhares críticos*, pág.31

⁷⁴ Ibid

⁷⁵ Mariana Santos, *Sobre a apropriação do espaço- Um percurso pelos bairros SAAL do Porto*, pág. 26

Visto o problema da falta de habitação ser uma constante no pós 25 de Abril de 1974, a grande causa da criação do Serviço de Apoio Ambulatório Local foi a de operações de realojamento, mas o que de facto importa é como é que essas operações foram feitas e o papel da população nelas. É aí que entra o processo participativo e a grande inovação do SAAL. “A movimentação da população foi... o motor que possibilitou a chegada a concretizações.”⁷⁶ As comissões de moradores foram criadas a partir da união da população que tinha interesse em participar nas decisões que a levassem a ter a sua casa. A população lutou para ter a sua casa e o seu bairro, desde o momento da escolha do terreno da implantação até ao último detalhe do projeto. A participação torna-se benéfica não só para os moradores, mas também para os intervenientes nas brigadas. Gera-se uma troca de conhecimentos, pois enquanto uns dominam a parte projetual – brigadas –, outros – moradores –, contribuem dizendo o tipo de vivência que têm e do que precisam para que a habitação satisfaça as suas necessidades básicas.

Este interesse em que a população participa-se estava também patente nas brigadas e nos arquitetos intervenientes.

Pretendeu-se que as pessoas fossem participantes ativas desde o arranque da operação, discutindo inclusivamente a forma como aquela deve ser conduzida e ainda a caracterização da sua própria casa e utilização dos espaços livres ou de serviços comuns.⁷⁷

As operações SAAL entraram em vigor num clima político de mudança, em que o regime que vigorava era um governo provisório, por isso ter sido permitido agir com tanta celeridade. Tal como referido o governo era provisório, por isso quando volta a mudar, questões políticas são impostas e os processos que decorrem nessa altura sofrem ou mudam com a mudança. O Serviço de Apoio Ambulatório Local não é exceção. Por isso, após Novembro de 1975, o processo SAAL, vê o seu fim a aproximar-se porque começa a sofrer dificuldades na autorização de empréstimos aos moradores, retenção dos processos de expropriação de terrenos pelas Câmaras Municipais ou pela Secretaria de Estado e dificuldade no financiamento das operações que estavam a decorrer e nas que já estavam planeadas.

⁷⁶ Mariana Santos, *Sobre a apropriação do espaço- Um percurso pelos bairros SAAL do Porto*, pág. 26

⁷⁷ Nuno Portas, *Por uma nova Política da Habitação*, pág. 84

O SAAL acabou por ser praticamente extinto, no dia 27 de Outubro de 1976, por um despacho emitido pelo I Governo Constitucional, despacho que conferia às Câmaras Municipais o controlo e a definição das operações em curso.⁷⁸

Para desgosto de todos os intervenientes e da população, o Processo SAAL acaba.

Hoje fica a memória de um Processo que veio dar ânimo a uma população mais carenciada com a criação e aproveitamento de bairros que supriam as necessidades básicas de quem os habitava. José António Bandeirinha reforça esta ideia, quando diz que,

Mais do que simples operações de realojamento, os bairros do SAAL do Porto expressam também a satisfação, ainda que efémera, de mais um direito, conquistado em pleno ardor do quotidiano de luta de moradores pobres e inscrito no território e na história das práticas urbanas como renúncia ao entendimento exclusivamente mercantil da conceção e da construção dos espaços: o direito à arquitetura.⁷⁹

Tal com Bandeirinha refere, a população não ganha só uma casa. Ganha a hipótese de participar avidamente no projeto, tendo assim uma voz ativa naquilo que é um direito seu segundo a constituição. O direito a uma casa. O direito à arquitetura. Automaticamente, com a sua participação está a ser integrada não só no núcleo relacionado ao projeto, mas também na cidade. É com o intuito de analisar o Processo SAAL na questão das vantagens que a participação traz e o que muda com ela no modo de projetar, que se vai investigar o Bairro de S. Victor e o Bairro da Bouça.

⁷⁸ João Baía, *SAAL e Autoconstrução em Coimbra*, pág. 16

⁷⁹ José António Bandeirinha, *Guiã de arquitetura moderna – Porto 1901|2001 – Processo SAAL*

O bairro de S.Victor é um dos primeiros bairros resultantes do Processo SAAL, tendo a sua construção ter sido iniciada ainda em 1974. S.Victor⁸⁰ foi uma área de intervenção apetecível para o SAAL por se encontrar localizada na zona oriental da cidade do Porto, local onde se verificou a maior concentração de construção de “ilhas”. Ora sendo o SAAL um serviço de apoio local que visava realojar a população sem casa, tem naquela área o local ideal. Antes da intervenção, S. Victor, era um local insalubre para onde as classes trabalhadoras da cidade foram morar. Os habitantes que ali habitavam viviam no limiar da pobreza. Foi naquelas “ilhas” que foi registado o maior número de mortalidade infantil. O crescimento rápido de habitações na zona, deveu-se à concentração de oficinas na zona do Bonfim, perto da zona de S.Victor.

O Bairro de S. Victor localiza-se mais concretamente no interior de um quarteirão, tirando proveito duma pré-existência, a ilha da *Senhora das Dores*, para a integrar juntamente com a construção nova que vai surgir por via da autoria de uma brigada coordenada por Álvaro Siza Vieira⁸¹.



Figura 26 – Fachada principal dos fogos de S. Victor

⁸⁰ No início do século XIX, esta área era ainda uma quinta, a Quinta da Fraga, pertencente o Alexandre José da Costa. O proprietário começou por dividir parte do terreno da quinta, em lotes, para posteriormente os alugar. Vários tipos de pessoas alugaram lotes, mas é me 1818, quando a Rua de S. Victor é planeada, que o crescimento daquela área é desencadeado.

⁸¹ Álvaro Siza Vieira nasceu em 1933. Frequentou a escola de Belas-Artes do Porto, onde mais tarde chegou a lecionar. Desenvolveu uma grande amizade com Fernando Távora e que resultou em parcerias para resolver problemas como a falta de habitação durante o Estado Novo, e posteriormente durante o Processo SAAL.

Este quarteirão é limitado a oeste pela Rua da Senhora das Dores e a este pela Rua de S. Victor. Estas são as ruas principais que delimitam o quarteirão, no entanto existem ruelas secundárias que fazem a ligação entre a “ilha” e o exterior do quarteirão. Siza inicialmente desenhou um projeto que enquadrava a construção de 20 fogos, no entanto só uma fileira de 12 foi erguida.

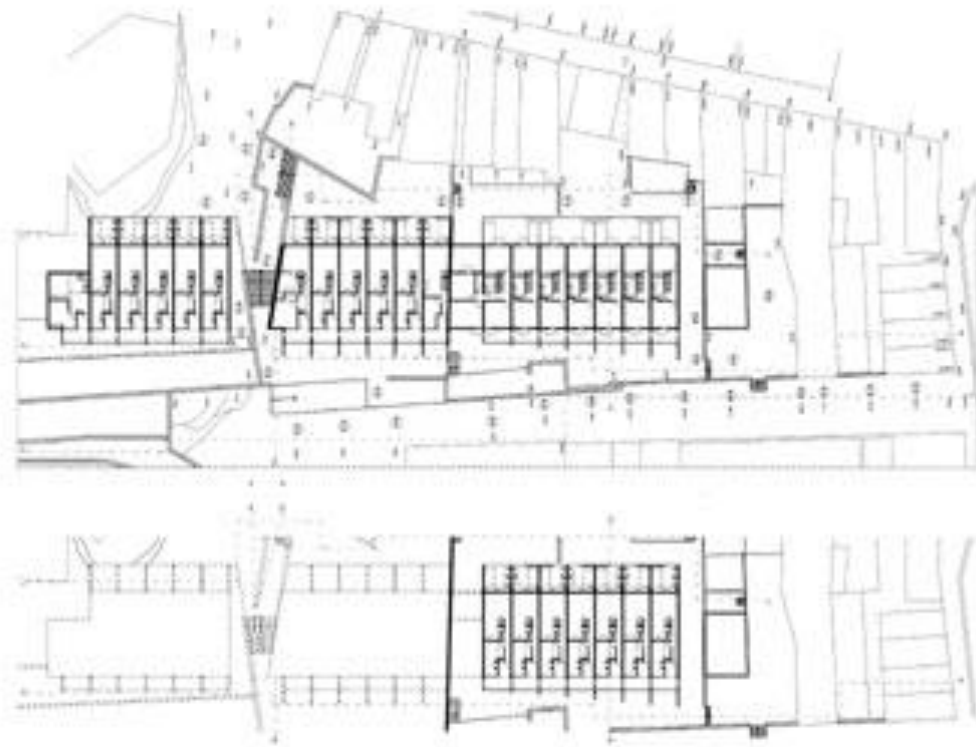


Figura 27 – Planta de implantação de S.Victor. Estão representados todos os fogos que inicialmente estavam planeados.

Neste Bairro, o acesso a cada fogo era individual e direto e a nível programática a distribuição era feita em dois pisos. Para delimitar os logradouros que cada fogo tinha existiam muros baixos que davam um carácter privado ao mesmo, mas devido à sua altura permitiam na mesma uma permeabilidade visual para o interior do logradouro e serviam como bancos ou zonas de encontro entre a vizinhança.

A entrada principal, tinha acesso pelo logradouro da parte da frente da casa e era marcada no alçado frontal, com um recuo na fachada na localização da porta de entrada. Deste

modo criava-se assim uma entrada resguarda e ao mesmo dinâmica na fachada. Álvaro Siza Vieira, para além de S.Victor, projetou outros bairros do SAAL no Porto, nomeadamente o Bairro da Bouça. Por isso denotam-se semelhanças projetuais nos dois bairros, particularmente a nível de opções do programa e de imagem exterior.

Semelhante à solução implementada na Bouça, o primeiro quarto está posicionado no espaço adjacente à entrada, sendo o lado oposto reservado à sala, mas desta vez a cozinha está localizada num ponto diferente, no centro da unidade, permitindo à sala uma total abertura para o logradouro. A solução para o piso superior repete-se, existindo um quarto virado para cada uma das fachadas e uma casa de banho ao centro.⁸²

O acesso entre o piso térreo e o primeiro piso, era feito por uma escada central, que tinha ao mesmo tempo a função de acesso vertical mas também de funcionar como elemento divisor dos espaços.

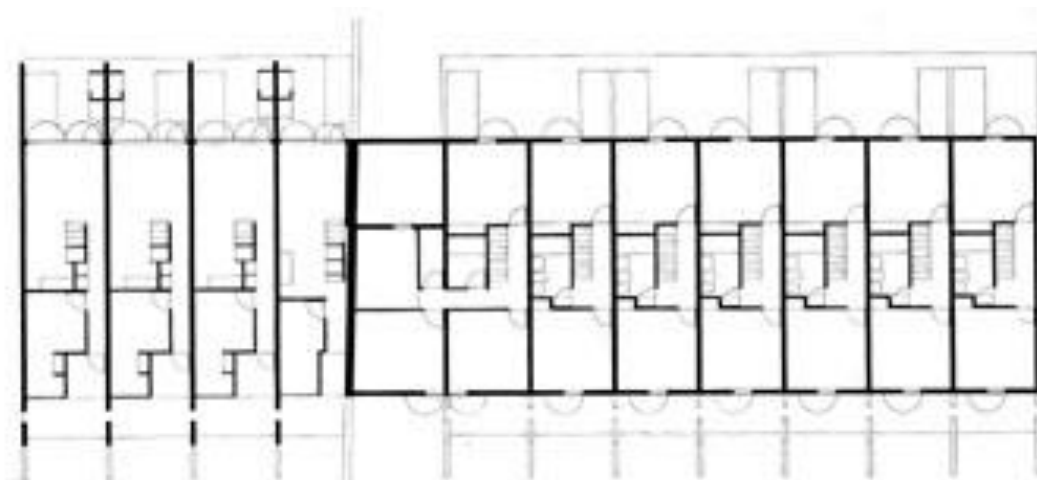


Figura 28 – Planta tipo do fogo de S.Victor

Semelhante também a uma das soluções da Bouça, o arquiteto opta também em S. Victor, por no piso superior utilizar para o vão de cada fogo, uma porta-janela de batente, alinhada no centro do alçado frontal. As dimensões deste vão são repetidas para a porta de entrada e para os vãos dos envidraçados do alçado tardoz.

⁸² Tiago Henriques, *A habitação social portuguesa do Processo SAAL*, Pág. 97

Sexo | feminino

Idade | 60 anos

Situação profissional | reformada

Nível de escolaridade | licenciatura

Há quantos anos vive no bairro?

“Já vivo aqui à perto de 50 anos. Antes de o bairro ter sido renovado. Ainda vivi na ilha.”

Qual a tipologia da sua casa?

“Vivo num t2.”

Nº de elementos do agregado familiar?

“Dois. Eu e o meu marido.”

O que acha da sua casa? Realizou obras de ampliação ou reabilitação por conta própria? Se sim, porquê?

“é por conta própria que vou fazendo as reformas na casa.”

E do bairro no geral?

“é bom, muito seguro. Não vejo problemas nenhuns aqui. Conhece-se toda a gente e a vizinhança dá-se toda bem. Antes o bairro estava fechado entre edifícios, agora já não. E é melhor está mais arejado e tem o parque ali à frente.”

Considera as atividades (reuniões, sessões participativas) importantes para que a população seja integrada nas decisões do mesmo? Se sim, porquê?

“Aqui no bairro de s.victor isso agora não acontece, pelo menos que eu saiba. Sei que depois do 25 de abril houveram reuniões e isso para mudar o bairro. Porque isto era uma ilha sem condições nenhuma.”

Qual é a relação do bairro com a cidade? E da cidade com o bairro?

“Olhe eu gosto muito. Vamos a pé ao centro facilmente. Agora se me pergunta se pessoas de fora cá vêm? Isso não. É muito raro. Não é que não seja seguro porque até é muito seguro, mas as pessoas não têm conhecimento disso. Um coisa é certa, isto são só casas, não há cá mais nada, logo se as outras pessoas não vivem cá, vêm para cá fazer o quê?”

Tal como na parte frontal, na zona tardoz também existe um logradouro privado delimitado por muros e com acesso direto privado à rua. Era objetivo que a fachada da zona tardoz, a nível do piso térreo fosse toda envidraçada dando a ideia de que o interior da casa se prolongava para um pequeno pátio interior. No entanto, quando a população se mudou para as habitações, apesar do novo espaço que dispunham, procuravam ter sempre mais área disponível por isso com o tempo foi-se verificando uma apropriação do logradouro da parte tardoz, que em quase todos os casos foi coberto e os muros baixos passaram a paredes de modo a funcionar como área complementar à casa. Esta apropriação não se verifica apenas por necessidade de mais espaço mas também por causa da insegurança que os habitantes de S.Victor sentiam. Como o projeto não foi totalmente acabado, oito fogos e zonas de serviços que estavam planeados para integrar o Bairro não foram construídos. Isto levou a que doze fogos ficassem implantados num local exposto sem limites, e como havia vulnerabilidade nos fogos (envidraçados a nível do piso térreo), as pessoas começaram a colocar nos vãos, janelas e portas de alumínio, a colocar persianas e a fechar o tal pátio tardoz. A apropriação da população pelas coisas também se verificava no acrescento de estores, na colocação de vasos nos parapeitos e nas zonas de acesso e nos estendais nos alçados que iam aparecendo como adorno às fachadas.



Figura 29 – Logradouros de S.Victor onde se denota a apropriação por parte dos moradores.

A nível de materialidade, e tendo em conta que se estava a construir para habitação social, Siza optou pelo uso de materiais de baixo custo, como é o caso das paredes em bloco de betão, gesso para revestimentos, e a madeira para os vãos (portas e janelas). Pode-se dizer que não é só por ser habitação de baixo custo que se utilizam estes materiais, mas também por o atraso a nível de técnicas construtivas e de novos materiais que existia em Portugal até 1974.

É de salientar que, estando a reconversão da “ilha” para o Bairro de S.Victor integrado no SAAL, todo o processo de tomada de decisões antes-durante projeto foi acompanhado pela população. Foi a população que lutou pelos seus direitos a uma habitação condigna e que opinou sobre as opções a tomar. Em 1974 foram tidas diversas reuniões entre arquiteto, população envolvida e brigadas responsáveis pela construção deste bairro.

Tendo em vista a análise de outro caso resultante do SAAL, analisa-se agora o Bairro da Bouça, pois tal como S. Vitor, é da autoria de Siza, mas ao contrário de tirar partido de uma pré-existência, é construído de raiz.

| O BAIRRO DA BOUÇA

Resultante também do SAAL e localizado no Porto, aparece o Bairro da Bouça, da autoria também de Siza Vieira. Este Bairro tem como local de implantação a Bouça, na cidade do Porto, e é delimitado a Norte pela linha férrea, e a Sul por uma das ruas mais importantes do Porto, a Rua da Boavista que dá acesso direto ao Bairro. Visto isto, verifica-se que a localização de inserção do Bairro é favorável pois está muito próxima do novo centro urbano do Porto e vai ao encontro das novas políticas urbanísticas que tinham como objetivo inserir os bairros sociais na cidade e não na periferia como era hábito no estado novo. A área da Bouça era e é um das zonas nobres da cidade do Porto.



Figura 30 – Bairro da Bouça visto da Rua de Boavista

Tal como o arquiteto António Madureira diz,

...o critério de construção de bairros em zonas periféricas da cidade, era não só económico (terrenos baratos) como absolutamente ideológico – pôr essa gente fora do centro e em áreas que que, por exemplo, uma possível intervenção policial seja mais fácil e porventura mais discreta.... Era obviamente um fator de exclusão social.⁸³

⁸³ Excerto da entrevista realizada ao arquiteto António Madureira

Ou seja, quanto mais longe as pessoas estivessem do centro e do resto da população, mais fácil era controlá-las.

O projeto de Siza para a Bouça abrange a construção 128 fogos habitacionais divididos por quatro edifícios.

Estes seriam implantados perpendicularmente a um muro pré-construído (figura 5) na fronteira entre o lote e a linha de caminho-de-ferro, configurando pátios alargados entre si. O muro funcionava como um elemento de proteção que conferia uma maior privacidade não só ao conjunto edificado, mas também aos pátios.⁸⁴



Figura 31 – Planta de implantação inicial do Bairro da Bouça. Contudo, por via do SAAL, apenas os dois primeiros conjuntos foram construídos.

Este tipo de implantação, com os quatro conjuntos separados, permitia não só a criação de eixos visuais, mas também criar pátios e espaços livres entre eles com mais luz natural e que favoreciam a relação entre a vizinhança.

O remate dos quatro volumes com a rua era pensado de modo a que nessa área do edifício se situassem serviços e comércio, para servir não só as necessidades dos habitantes do bairro mas também para que existisse interação entre os moradores e os restantes habitantes da cidade que pudessem usufruir das mesmas. Apesar da proposta dos 128 fogos, no âmbito do processo SAAL apenas 56 fogos foram concretizados, dispostos em

⁸⁴ Pedro Moreira, "O SAAL, "as ilhas" e a Cidade", página 35

dois conjuntos, sendo que os restantes acabariam por ser construídos três décadas depois, assim como os edifícios de fecho com a Rua das Águas Férreas e a Rua da Boavista.

Na sua versão atual, cada bloco é composto por fogos habitacionais de tipologia T2 e T3, em que ambas a nível programático se organizam em duplexes. Como as tipologias se repetem, o edifício organiza-se em duas filas sobrepostas de duplexes (edifício com 4 pisos) que acaba por ser um modo de se integrar e relacionar com a envolvente, que é caracterizada por ser uma zona onde a maioria do edificado é habitação unifamiliar. Indo de encontro ao edificado envolvente, estava-se também, a mudar o tipo de fogo tipo que existia antes do 25 de Abril de 74. Enquanto que antes não se apostava na construção em altura, dando ênfase a casas de um ou dois pisos, representativas do caráter rural que se pretendia para o país, agora construía-se em altura adaptando o bairro à escala da cidade.

É através de escadas exteriores individuais, que se faz o acesso aos fogos com entrada principal no primeiro andar. O acesso aos fogos superiores é feito através de uma galeria que se acede por escadas comuns ao bairro. Esta galeria que dá acesso às entradas dos fogos superiores é um elemento de distribuição mas também um elemento que permite criar relações interior-exterior diretas com o fogo e espaços de lazer e interação social entre vizinhos. Acaba por ser o elemento novidade neste projeto, pois construir com este sistema de acesso não era nada usual em Portugal.



Figura 32 – Galeria e acesso individual a cada fogo.

Os apartamentos têm entre 74 a 80 m² e devido ao programa se dividir pelos dois pisos é possível fazer uma clara distinção entre zonas públicas e zonas privadas. Esta divisão do programa por dois pisos dá a ilusão de que se trata de uma habitação unifamiliar, semelhante à imagem que se pretendia para o exterior. No piso onde se faz o acesso principal ao fogo, encontram-se a sala, cozinha, lavandaria e um quarto e no outro piso ficam os restantes quartos e a casa de banho. A zona de estar, de comer e cozinha têm uma relação direta entre elas o que remete ao conceito moderno de “open space”. Visto tratar-se de habitação social, onde o valor disponível para cada fogo é muito limitado, Siza pensou estes apartamentos da Bouça como uma célula mínima, onde a área foi aproveitada ao máximo e uma das opções que demonstra isso é a colocação de armários embutidos. No entanto, relativamente à área que a casa-económica do Estado Novo tinha, pode-se dizer que neste projeto, Siza, consegue duplicá-la. É uma grande mudança, pois enquanto que no estado Novo, a vida da família girava em torno da mesma divisão, nos fogos da Bouça, já era permitido ter áreas distintas definidas e outro tipo de espaços, nomeadamente a casa-de-banho aproximada da ideia que hoje se tem do que é uma casa-de-banho.

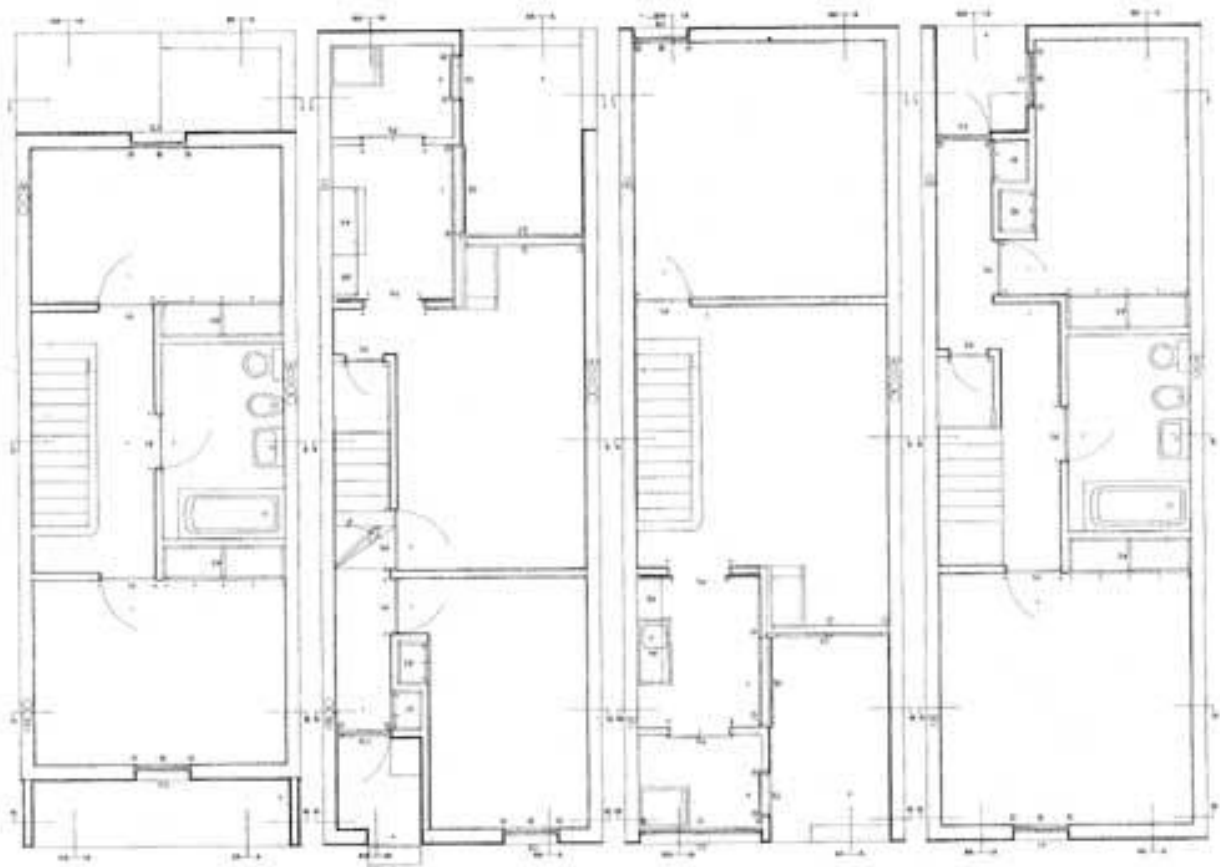


Figura 33 – Planta do fogo tipo do bairro da Bouça

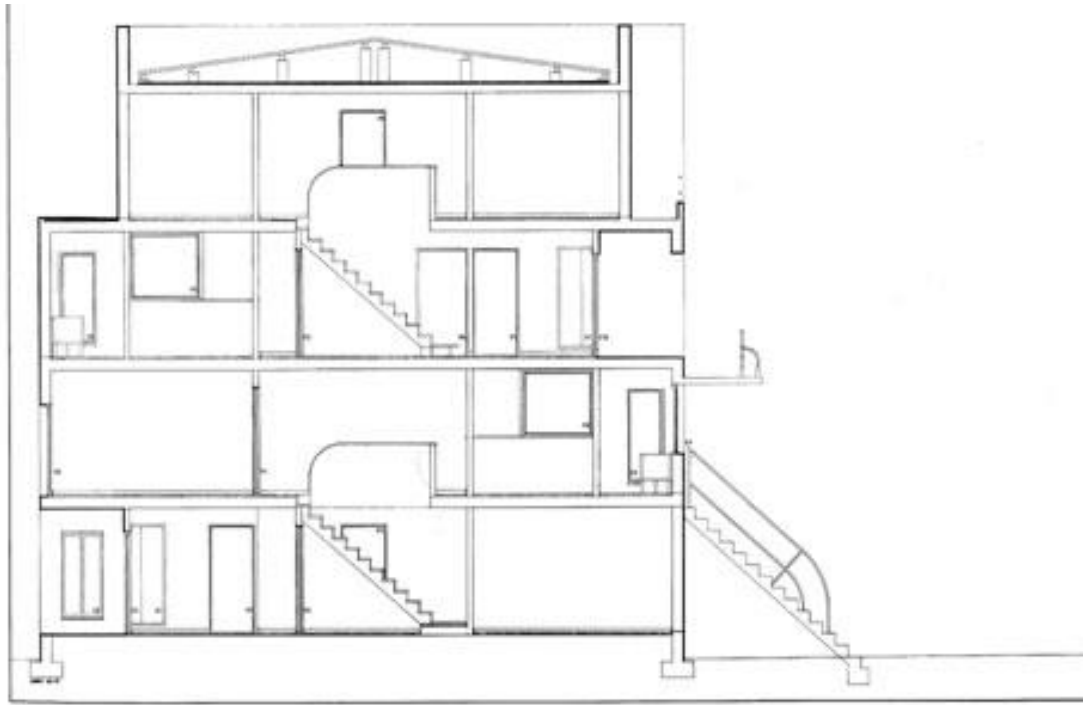


Figura 34 - Corte

Este projeto torna-se inovador não só por estar integrado no Processo SAAL, mas também por abordar conceitos que até à data não eram utilizados em Portugal. Siza inova com a exploração do conceito de célula-mínima aliada ao programa em duplex, assim como a galeria ao ar livre como elemento distribuidor dos acessos. São estes pormenores do projeto que vão tornar o Bairro da Bouça conhecido por vários arquitetos, tanto nacionais como internacionais e que vão impulsionar o trabalho do arquiteto Siza Vieira noutros países Europeus. O Bairro da Bouça é um ponto de partida para projetos também de habitação social que vai projetar em países como a Alemanha e a Holanda⁸⁵. Mas não são só as inovações arquitetónicas que vai levar para estes projetos no estrangeiro. O método da participação adquirido com o Processo SAAL vai também transpor para os outros projetos de Siza.

⁸⁵ O sucesso que Siza tem com o projeto de habitação social no Bairro da Bouça, promove a sua carreira arquitetónica para o estrangeiro. É em Berlim, com o edifício de habitação social Kreuzberg, e em Haia, com a construção de edifícios de habitação social, que o arquiteto vai aprofundar e aplicar conhecimentos adquiridos com o SAAL e ao mesmo tempo adquirir conhecimentos que depois vai transpor nos seus projetos posteriores a esses.

CONCLUSÃO

O BAIRRO – FUTURO: UMA CONCLUSÃO EM ABERTO

Até agora analisaram-se casos específicos de bairros sociais enquadrados em diferentes períodos, nomeadamente no Estado Novo e após a revolução do 25 de Abril no âmbito do Processo SAAL, bairros estes que foram construídos de acordo com as respetivas políticas habitacionais da época em que se inseriram. Tendo sido edificados em contextos diferentes, o objetivo primordial era sempre o mesmo: combater a falta de habitação que se verificava no país. A sua construção foi uma vitória da população porque não só contribuiu para a criação de habitações como também as integrou no processo projetual. Entretanto, como o decorrer dos anos, o que aconteceu a esses mesmos bairros com o passar do tempo? Existiram melhorias? A situação da exclusão social foi resolvida ou persiste? É com o intuito de perceber o que ocorre nos bairros casos de estudo hoje, que se parte para uma análise atual do Bairro da Bouça e do Bairro de S.Victor, no Porto, e do Bairro Municipal em Viseu.

Estes bairros, nomeadamente os inseridos no Processo SAAL, incorporaram inovações tanto a nível arquitetónico como a nível de políticas sociais.

Como referido anteriormente, o Bairro da Bouça integrava um conjunto de edificado que ocupava a maior parte da área de implantação, no entanto nunca chegou a ser acabado. Depois de uma pressão contínua por parte dos moradores para que o projeto fosse concluído, o arquiteto Álvaro Siza Vieira nunca perdeu a esperança de que isso fosse de facto acontecer. E aconteceu no ano de 2003.

Apesar de a população ansiar a conclusão do projeto, ao mesmo tempo tinha alguns receios em relação a ela. Desde 76 que se falava que o bairro poderia vir a ser terminado, e os moradores enquanto que por um lado almejavam por isso, por outro tinham receio do que iria mudar se isso acontecesse. Primeiro porque o que estava planeado consistia em construir os edifícios em falta mas também reabilitar os que já estavam construídos, uniformizando a parte exterior e para isso os moradores tinham de renunciar às alterações e acrescentos (portas alteradas, persianas no exterior, pavimentos no exterior...) que tinham feito com o tempo. Em segundo lugar, havia uma grande preocupação com um possível aumento de rendas.

Por isso, a participação dos moradores originais ao longo do processo, os diálogos frequentes entre eles e o arquiteto foram essenciais para que decisões fossem tomadas. Do projeto inicial poucas alterações foram feitas pois era necessário manter uma coerência estética entre o existente e o novo. Transigências e mudanças que foram feitas, resultaram num projeto singular, onde antigo e novo se fundiram num só. No entanto não foi fácil chegar a um resultado final. Continuar um projeto começado em 76, mas agora aplicando as regras e exigências construtivas do século XXI foi uma tarefa difícil. O próprio Siza disse que na altura se debatia com “dúvidas e dificuldades”:

De uma forma geral, o que pensa da participação no processo de decisão antes-durante-pós projeto como modo de inclusão da população? Torna-se um processo produtivo? Quais as melhorias que podem ser feitas para que se torne mais benéfica e/ou mais efetivo?

A participação da sociedade civil no processo de tomada de decisão pública representa um valor e um instrumento. Enquanto valor, por mim, a participação implica o envolvimento de cada cidadão para a melhoria da democracia. A democracia não acaba com o exercício do direito de voto. A democracia é, pelo contrário, um processo de construção perpétua que visa, ou deveria visar, a um crescimento da sua qualidade. Enquanto instrumento a participação torna-se tal quando operacionalmente eficaz, isto é quando é planeada para alcançar determinados objetivos. Quando as duas vertentes - a do valor e a do instrumento - se encontram, então a participação é produtiva.

Quanto à questão do antes-durante-depois, tudo depende do objetivo da participação. Não existe um modelo que diga se a participação é melhor numa fase ou em outra. Contudo, existem estudos que demonstram que quanto mais abrangente é o processo participativo na tomada de decisão, tanto mais as pessoas se podem sentir mais "capacitadas" e incluídas. Portanto, diria que uma participação é tanto mais inclusiva quando consegue envolver os sujeitos desde a definição da medida pública a ser adotada até à sua implementação.

Por fim, quanto às melhorias para a participação, mais uma vez não existe um modelo válido para todos os processos. Diria, de uma forma mais geral, que um processo participativo tem que ser acima de tudo honesto. Honesto nos pressupostos (quais são os recursos reais disponíveis?), honesto nos objetivos (o que será possível de alcançar) e honesto nos resultados (o que foi conseguido?).

A revisão do projeto obrigava a considerar a evolução profunda da população residente, em relação ao contexto anterior à revolução de 1974 (era então impensável a necessidade de uma garagem, ou a preocupação em demarcar espaços público e privado, impossível prever o grau de exigência dos regulamentos atuais.)⁸⁶

Tal como avançado anteriormente, o projeto inicial do Bairro da Bouça remetia ao ano de 1973 por meio do Fundo Fomento Habitação. Tinha como local de implantação uma zona nobre da cidade e destinava-se a habitação de classe média e a consultórios médicos. Só que só em 1976, por via do Processo SAAL é construída uma parte. Dois conjuntos são erguidos, com destino à habitação social, compostos por dois volumes retangulares com cobertura de duas águas. Já naquele tempo foi usada cor nas paredes superiores.

Como não podia deixar de ser naquela altura e estando integrado no SAAL, este projeto tinha os custos bastante controlados. Ora em 2003, quando o projeto é concluído e em 2006 quando as obras são terminadas, verifica-se que melhoramentos, embora pontuais, a nível de aumento de qualidade de vida e segurança tinham sido feitos. É de salientar que foi graças à população estar envolvida no projeto que se conseguiu chegar aos problemas para posteriormente os resolver, dando origem a estes ajustes no projeto.

Em 2000, com a retoma dos trabalhos no Bairro, com a coordenação deles por parte do arquiteto original (Siza Vieira), procede-se à construção dos volumes retangulares em falta pois em 1976 apenas dois blocos tinham sido erguidos. Os outros dois blocos que faziam parte da implantação original, assim como os edifícios com a função de remate com a Rua Águas Férreas e com a Rua da Boavista, são concluídos só em 2006.

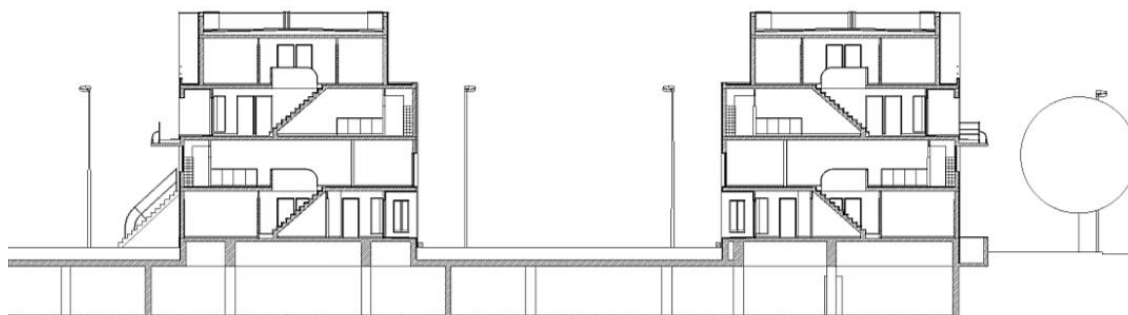


Figura 35 – Corte transversal.

⁸⁶ Álvaro Siza Vieira, "01 Textos!", pág. 362

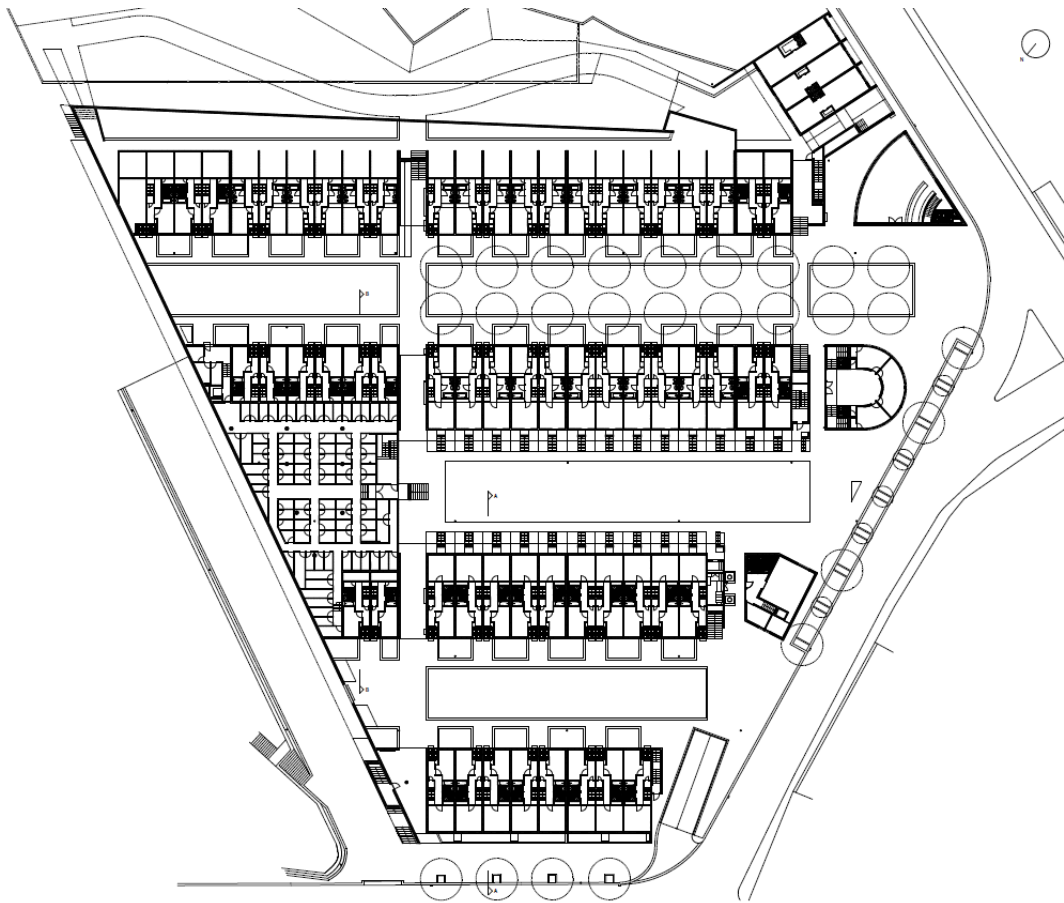


Figura 36 – Planta atual da implantação da Bouça



Figura 37 – Bairro da Bouça antes da intervenção de 2003.



Figura 38 – Bairro da Bouça atualmente.

Nesta duas imagens, que representam um antes e depois do Bairro da Bouça, 1976 e 2015 respetivamente, verificam-se claramente várias das intervenções a que foi sujeito. É visível a grande diferença a nível de espaço público. Enquanto que em 76 os dois blocos foram implantados e o espaço público foi descurado, dando origem a zonas alcatroadas de estacionamento, sem distinção entre passeio e estrada, em 2003 existiu um cuidado em

colmatar essa falha. Os edifícios existentes passam a estar enquadrados num conjunto lógico, onde edifícios mais pequenos fazem o remate com a rua. A questão do estacionamento é resolvida com um parque subterrâneo, como se vê no corte da figura 36, para os habitantes e assim ganha-se área para o espaço público. Os carros passam a ter um local próprio onde estacionar, e o espaço público do bairro passa a ser todo pedonal, o que é uma vantagem para o encontro e convívio entre a vizinhança. É desta forma que surgem entre os blocos, áreas verdes enquadradas por percursos que passam por todo o bairro, onde agora o peão pode não só circular com conforto e segurança mas também usufruir de espaços verdes de descanso e lazer.

Onde antes existia um parque de estacionamento dos habitantes, passa a haver edifícios com um tipo de programa que até então, não existia no bairro. Comércio e serviços, nomeadamente ateliers de arquitetura, se instalam nos novos blocos de serviço com o intuito de trazer outra dinâmica para o Bairro da Bouça.

A nível de programa interno dos fogos, as mudanças que ocorreram foram poucas relativamente à planta original. A casa de banho existente passa a ser dividida em duas casas de banho distintas, sendo que uma é de serviço (sanita e lavatório) e outra contém a zona de banho (banheira e lavatório). Considera-se esta uma mudança benéfica, porque duplica o número de casas-de-banho no fogo e como têm usos distintos permite que possam estar a ser utilizadas em simultâneo. Outra mudança que ocorreu, foi a localização da cozinha, que passou a ter só o balcão como separação da sala de modo a ter um espaço open-space.



Figura 39 – Interior de um fogo da Bouça atualmente

Com este tipo de intervenção, cria-se um espaço mais alargado em contrapartida às áreas mínimas que caracterizam a habitação social. Esta mudança foi possível, porque do plano original estava planeada uma cozinha pequena inserida na sala. Ao lado da cozinha, e pertencente também ao fogo, encontrava-se um espaço exterior ligado à galeria de circulação por um vão aberto, com a função de secador. Em 1976, Siza, desenhou aquele espaço com o intuito de servir para secar a roupa no exterior num espaço coberto e no Verão ser possível colocar uma mesa para fazer refeições. No entanto este tipo de opção não funcionava para os habitantes do Bairro.

...Na parte de cima em que ele projetou uma zona exterior para secar a roupa sem qualquer vedação. Muitas vezes acordei de noite com pessoas ali metidas. Por várias vezes nas reuniões lhe disse que não tínhamos segurança nenhuma e que se ninguém fizesse nada, eu ia fechar a parte do secador com um caixilho e por uma grade. O Siza disse que eu não podia fazer isso. Em 2006 acabou por fechar essa zona em todos os apartamentos para ficar igual no Bairro...mesmo assim coloquei persianas elétricas por dentro para dar mais segurança.⁸⁷

Como verificado neste testemunho real, o arquiteto Álvaro Siza, alterou partes do projeto original para satisfazer os desejos/necessidades dos habitantes. Portanto ao fechar esse espaço, ele passa a ser parte integrante do programa da casa, criando o tal espaço social open-space referido anteriormente. A população também demonstrava outras preocupações, como é o caso da entrada dos fogos originais pelo rés-do-chão, no piso do quarto(s). Tal como na zona do secador, nesta entrada também existia um recuo na fachada. É certo que deste modo permitia uma entrada resguardada para o fogo, mas se naquele espaço convergia também a janela do quarto (vão de laje a laje com porta), não se tornaria perigoso para quando a janela estivesse aberta? Foi um tema bastante debatido nas reuniões com o arquiteto, pois era necessário de algum modo fechar aquele espaço. Na 2.º fase das obras da Bouça, Siza sugeriu colocar um portão com uma altura aproximada de 90 cm. No entanto aquilo para os moradores não era suficiente. Grande parte deles, apropriando-se do espaço, até já tinham colocado uma grade a vedar de laje a laje para proteção. Acabaram por chegar a um consenso, em que iria ser colocado um portão a fechar a totalidade do vão criando assim uma zona de entrada exterior protegida.

⁸⁷ Testemunho de uma habitante do Bairro da Bouça original, à cerca de 35 anos. Entrevista integral pode ser lida na tese – Entrevista 4 #Bairro da Bouça.

Sexo | feminino

Idade | 70 anos

Situação profissional | empregada

Nível de escolaridade | 3º classe

Há quantos anos vive no bairro?

“35 anos.”

Qual a tipologia da sua casa?

“Eu vivo num dos blocos originais, num t2. Nesse bloco na parte de baixo é tudo t2, na de cima e no outro é tudo t3. E no canto deste edifício existe um t4.”

Nº de elementos do agregado familiar?

“Viva neste casa com o meu pai, agora vivo sozinha.”

O que acha da sua casa? Realizou obras de ampliação ou reabilitação por conta própria? Se sim, porquê?

“Sim, as obras é tudo por conta própria. Ainda agora ando a pintar a casa toda. De 3 em 3 anos pinto a casa. Fora as obras que faço para que fique tudo impecável. Quando vim para aqui, em 1980 o bairro era novinho a estrear. Para pessoas que vinham de casas muito pobres, como eu, sem condições nenhuma isto parecia um palácio. E se hoje aqui estou tenho de dar graças ao 25 de abril. O único problema foi que apesar de o projeto inicial do siza ter ficado a meio por falta de verbas, as casas que estavam acabadas em 1980 ainda não tinham água nem luz. Foi uma luta para conseguirmos. Outra coisa foi a segurança. Como vê nas entradas agora existe esta grade que protege o acesso. No início isto não existia. Era tudo aberto, tanto é que um dia fui ao pão deixei esta janela que está ao lado da porta aberta e quando cheguei tinha sido assaltada. Assim como na parte de cima em que ele projetou uma zona exterior para secar a roupa sem qualquer vedação. Muitas vezes acordei de noite com pessoas ali metidas. Por várias vezes na reuniões lhe disse que não tínhamos segurança nenhuma e que se ninguém fizesse nada eu ia fechar a parte do secador com um caixilho e por uma grade. O siza disse que eu não podia fazer isso. Tanto lutei que aquando das obras em 2003, nas reuniões ele disse que ia por meio portão. Mas isso não ia resolver nada. Com muita insistência de toda a população lá se decididiu por a grade inteira. Eu tinha persianas por fora e pavimento cerâmico e tive que tirar tudo porque tinha de ficar tudo igual no bairro. Agora coloquei persianas eléctricas por dentro para dar mais segurança. Parecendo que não este vidro é fraco e a minha casa tem duas entradas, por baixo e por cima. A casa antes não era minha, mas agora tive oportunidade de a comprar e por isso tenho de zelar por ela.”

E do bairro no geral?

“No geral está bom é calmo. Se vier aqui no s.joão está toda a gente cá fora com mesas.”

Considera as actividades (reuniões, sessões participativas) importantes para que a população seja integrada nas decisões do mesmo? Se sim, porquê?

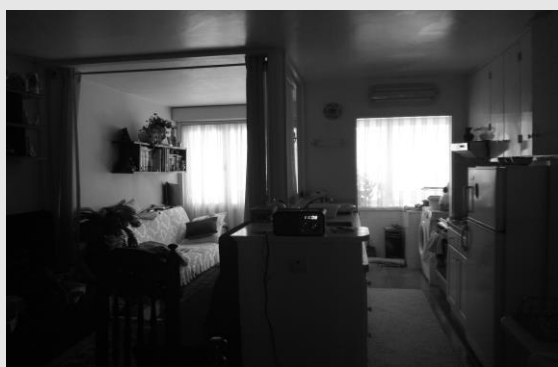
“Muito importantes mesmo. Participo desde sempre e lutei muito por este bairro. Fui muitas vezes a lisboa para ter reuniões com ffh porque aqui não se resolvia nada. Muitas vezes nas reuniões me enervei com o siza. Sou a primeira a falar bem destas casas, com muita arrumação, áreas grandes, muito bom mesmo. Mas quando algo está mal ou não funciona é preciso falar. Tudo bem que em 76 existiram uma data de reuniões e a população foi ouvida mas a palavra final e a ideia que perdurou foi a do arquiteto. Por isso é que com as obras recentes ele remendou uma data de coisas que não tinham ficado bem feitas e mesmo assim estava reticente em fazê-lo. Mas se essas obras foram feitas também foi graças a ele, que insistiu para que o projeto fosse concluído.”

Qual é a relação do bairro com o metro?

“Valorizou muito esta zona.”

Qual é a relação do bairro com a cidade? E da cidade com o bairro?

“É favorável a quem cá habita. Rapidamente vamos a qualquer lado. As pessoas de fora vêm de passagem, saem ou entram aqui no metro ou então vêm aqui a um dos ateliers que há. Isto já não é o bairro social que era antigamente. O bairro para onde só vinha quem tinha mesmo muita necessidade. Antes o lugar era conhecido como o bairro social da bouça. Agora é o bairro da bouça. É diferente.



Numa entrevista realizada no Bairro da Bouça, com um habitante dos fogos originais conseguiu-se apurar uma opinião sobre esta mudança.

Como vê nas entradas agora existe esta grade que protege o acesso. No início não existia. Era tudo aberto, tanto é que um dia fui ao pão, deixei esta janela que está ao lado da porta aberta e quando cheguei tinha sido assaltada. Tanto lutei que aquando das obras em 2003, nas reuniões ele disse que ia por meio portão. Mas isso não ia resolver nada. Com muita insistência de toda a população lá se decidiu por a grade inteira.⁸⁸

Percebe-se, mais uma vez, que as mudanças que ocorreram desde o plano original foram de acerto de problemas que surgem só quando alguém habita e vive um espaço. Adequou-se assim os volumes originais às necessidades dos moradores e construíram-se os novos à imagem dos primeiros, já com estes acertos feitos. As obras ocorrem não só a nível volumétrico, mas também de planeamento urbano. O bairro é agora servido por um conjunto de zonas verdes que integra os acessos aos fogos. As operações urbanísticas ocorreram em três níveis diferentes. Criação de uma zona com pavimento empedrado, onde se realizam festas do Bairro, como é o caso do S. João. As restantes zonas criadas, enquadram-se todas na parte dos jardins, se bem que umas são compostas só por relva e outras com conjuntos arbóreos. Além de atribuírem outro especto ao Bairro, funcionam como enquadramento dos edifícios no terreno, e servem para as crianças brincarem, ou qualquer pessoa, quer seja do bairro ou não, usufruir daqueles espaços verdes na cidade. A pintura das fachadas antigas, assim como a utilização de cor em partes dos edifícios e a uniformização de portas, janelas e gradeamentos no Bairro realizadas na 2º fase de intervenção, contribuíram também para que o Bairro tivesse outro aspeto na cidade do Porto.

Finalizada a obra surge uma questão. Com os melhoramentos feitos, pode este bairro continuar a ser considerado habitação social como foi denominado no âmbito do Processo SAAL? A resposta é que o bairro passa a ter vários tipos de classes. Nos edifícios existentes continuam a habitar as famílias que já lá viviam, com a hipótese de poderem comprar o imóvel, e os edifícios novos podiam ser habitados por quem estivesse interessado na sua compra ou arrendamento. Agora o público-alvo já não eram famílias de classes baixas mas sim jovens e famílias pequenas, elementos essenciais e característicos da cidade atual para que a mesma evolua. Naturalmente que os habitantes

⁸⁸ Testemunho de uma habitante do Bairro da Bouça original, à cerca de 35 anos. Entrevista integral pode ser lida na tese – Entrevista 4 #Bairro da Bouça.

que lá viviam puderam permanecer, dando origem a um bairro intergeracional e com diferentes classes sociais propício à inclusão social. Mas os habitantes do Bairro da Bouça original não ficaram contentes com esta mudança. Para eles não devia ser permitido pessoas de outras classes que não as deles, tivessem oportunidade de viver em casas que eram para quem tinha dificuldades e não tinha casa. Os moradores lutaram tanto para ter aquelas casas em 76, mas como só dois conjuntos tinham sido edificados grande parte da população que vivia na ilha não se mudou para ali, por isso em 2006 deviam ter tido a oportunidade de ocupar as casas para que tanto lutaram ter. Estavam habituados a um tipo de vivência e apropriação do bairro, que tinham receio que tivesse de mudar com os novos habitantes.

É por isso, que com esta nova dinâmica que se pretendia para o bairro, despoletaram opiniões a favor e opiniões contra, como é possível verificar no excerto abaixo transcrito de uma notícia no jornal Público.

O destino de parte das casas resultantes da retoma das obras no Bairro da Bouça em 2000, com conclusão em 2006, é dos episódios que continua a dividir mais opiniões. Sábado, alguns participantes criticaram a venda de muitos dos novos apartamentos a pessoas de classes mais favorecidas, que não estiveram no SAAL. Para uns, como Siza e Nuno Grande, isso gerou um bairro interclassista e intergeracional, “como devia ser toda a cidade”. Para outros, esta quase glamourização da Bouça tornou-o num caso de gentrificação: uma das primeiras moradoras argumentou que as casas “não foram entregues a quem lutou por elas”, por falta de poder de compra, desvirtuando o objetivo primordial do SAAL.⁸⁹

É verdade que o carácter do projeto original acaba por ser perder. Mas por outro lado ganha-se e muito. De um terreno descampado, com apenas dois volumes erguidos em 1976, que apesar de estar perto do centro do Porto se vivia a uma “distância” perceptível do mesmo, é agora um espaço urbanizado na cidade, ligado à mesma por a nova estação de metro do Bairro.

⁸⁹Retirado do site público <http://www.publico.pt/culturaipilon/noticia/as-discussoes-eram-de-uma-sinceridade-absoluta-muitas-vezes-conflituosas-mas-nunca-ninguem-bateu-em-ninguem-1675682>

Isto já não é o bairro social que era antigamente. O bairro para onde vinha quem tinha mesmo muita necessidade. Antes o lugar era conhecido como o Bairro social da Bouça. Agora é o Bairro da Bouça. É diferente.⁹⁰

Confirma-se assim, que é possível, através de mudanças quer arquitetónicas quer sociais, modificar a visão que se tem de um bairro social. Com a recentralização que os bairros sociais têm sofrido devido ao crescimento da cidade e com as melhorias, o estigma da palavra social no conjunto “bairro social” acaba por cair, dando origem a uma apropriação no bairro pós segregação social. O nome Siza Vieira, arquiteto português conceituado, associado ao projeto também é uma mais valia porque grande parte da população conhece e visita o bairro por Siza ter sido o arquiteto. Aliás, é o que faz com que o bairro seja tão visitado quer por estudantes de arquitetura nacionais quer internacionais, conduzindo a um relacionamento entre os habitantes e os visitantes, o que permite a troca de informações sobre o bairro e por conseguinte a inclusão dos moradores. Através da partilhada de informações com gente de fora, como foi atestado aquando da realização das entrevistas, os moradores sentem que fazem parte do bairro e portanto perfeitamente integrados.

A colocação da estação de metro no Bairro da Bouça foi a intervenção que mais mudanças causou. Claro que a nível arquitetónico causa sempre impacto, mesmo estando perfeitamente integrada. A mudança que aqui se fala é a nível “social”. A população do Bairro sente-se integrada na cidade a partir da colocação da estação de metro. Podem-se deslocar mais facilmente, mas pessoas de fora também vêm com mais frequência ao bairro. Quem chega e vai para o metro atravessa o Bairro. Há agora “... *um fluxo de gente que atravessa o terreno*”⁹¹ pois o Bairro agora está aberto á cidade.

Desde 1976 que já existia no bairro, uma Comissão de Moradores. Com as mudanças que ocorreram, nomeadamente a nível do tipo de habitação do bairro, a Comissão é dissolvida e é criado uma associação do condomínio, sendo os responsáveis habitantes do bairro e quem quisesse fazer parte tinha de se tornar sócio da associação. Ao fazer parte, podem participar nas reuniões existentes de modo a tomar decisões relativamente ao bairro.

Numa conclusão invulgar, o arquiteto conseguiu concluir o complexo entre 2000 e 2006 com muito poucas alterações ao esquema original. O complexo foi concluído

⁹⁰ Testemunho de uma habitante do Bairro da Bouça original, à cerca de 35 anos. Entrevista integral pode ser lida na tese – Entrevista 4 #Bairro da Bouça.

⁹¹ Álvaro Siza, “Textos 01”, pág.362

com algumas melhorias, incluindo paredes vermelhas que se diz que foram inspiradas no projeto habitacional de Britz, em Berlim, de Bruno Taut (1925).⁹²

Numa situação completamente diferente desta em que se encontra o Bairro da Bouça II, está o Bairro de S. Victor.

Em 1974, quando foi intervencionado pelo SAAL, deixou de ser uma ilha para ser um Bairro onde a população esteve sempre presente na tomada de decisões. S.Victor era um Bairro “apetecível” mas hoje isso já não acontece.



Figura 40 – Vista do conjunto habitacional de S.Victor

Atualmente já não há uma organização que cuide do bairro e dos interesses do mesmo como antigamente, o que de certa forma leva a que o Bairro esteja mais degradado do que seria de esperar. Como uma habitante do Bairro de S. Victor diz, a participação,

⁹² Philip Jodidio, *Álvaro Siza- Complete Works 1952-2013*, pág. 61

Aqui no bairro de S.Victor isso agora não acontece, pelo menos que eu saiba. Sei que depois do 25 de abril houveram reuniões e isso para mudar o bairro. Porque isto era uma ilha sem condições nenhuma.⁹³

Ou seja, a participação de facto foi fulcral porque modificou totalmente o modo de vida e da qualidade de habitação a que as pessoas ficaram sujeitas. Mas essa participação não continuou pós projeto. E os resultados estão à vista. S.Victor é agora um bairro no centro da cidade do Porto, tal como a Bouça, mas ao mesmo tempo isolado da mesma, diferente do que acontece hoje com o bairro da Bouça. Como as pessoas que lá habitam dizem,

...Vamos a pé ao centro facilmente. Agora se me pergunta se pessoas de fora cá vêm? Isso não. É muito raro. Não é que não seja seguro porque até é muito seguro, mas as pessoas não têm conhecimento disso. Um coisa é certa, isto são só casas, não há cá mais nada, logo se as outras pessoas não vivem cá, vêm para cá fazer o quê?⁹⁴

É necessário que algum tipo de intervenção, quer arquitetónica quer social, seja tomada, semelhante ao que ocorreu na Bouça em 2003, para que o bairro faça parte do “circuito” de quem anda pelo Porto. É preciso criar dinâmica em S.Victor para que a “distância” fictícia que o separa do resto da cidade deixe de existir e retome a dinâmica que tinha em 1974, quando foi intervencionado pelo SAAL.

⁹³ Excerto de uma entrevista feita a uma moradora de S.Victor. A entrevista integral pode ser consultada na tese.

⁹⁴ Ibid

O bairro da Bouça e o bairro de S.Vcitor, foram ambos implantados no centro da cidade. Passa-se agora para uma realidade completamente diferente. Analisa-se agora o bairro Municipal de Viseu que foi implantado na periferia, mas com o crescimento da cidade ficou rodeado por ela, ficando tal como os outros, no centro. Portanto, enquanto que antes se falava de bairros construídos praticamente de raiz, pós Estado-Novo, agora vai se falar de um Bairro tipo do Estado Novo. O Bairro Municipal de Viseu, erguido em 1948, ao longo do tempo não sofreu nenhuma intervenção semelhante aos outros Bairros do Porto. Passou assim, a ser um Bairro que com o tempo foi rodeado pela cidade, mas que ao mesmo tempo continuou fechado e isolado como quando foi construído. As intervenções que se verificaram até à data foram feitas pelos moradores e representam medidas de apropriação do bairro por parte deles. Construção de anexos nos logradouros para aumento da tipologia da casa, vedações e mudança do tipo de vãos são algumas das medidas que se verificaram no Bairro Municipal. Isto é, não tendo havido obras e manutenção do Bairro, de uma maneira menos conseguida, os moradores foram feitos ajustes que consideravam necessários para a sua permanência naquele bairro.

Decorre o ano de 2015 e nunca na cidade de Viseu se falou tanto do Bairro Municipal como agora. Mas qual a justificação? Principalmente se o Bairro já ali está implantado há cerca de 67 anos? No entanto, após a análise dos acontecimentos recentes da cidade, a resposta é fácil e simples. Desde que em 2013 as eleições legislativas fizeram com que o governante, que governava na Câmara Municipal de Viseu mudasse, que o destino do Bairro também mudou. O antigo governante defendia, suportado por um plano de pormenor realizado aquando o seu governo, que não fazia sentido ter numa zona central da cidade um Bairro Municipal, quando se podia construir em altura com mais qualidade e de modo a rentabilizar o preço do solo daquele local. Sendo o Bairro constituído de início por 108 fogos e pela escola primária do Bairro, o plano definia que apenas as casas junto à escola e a escola deviam permanecer como memória histórica e no futuro ter como programa a sede de organizações sociais de apoio. Os restantes fogos seriam demolidos para dar lugar a volumes, que não ultrapassavam os 4/5 pisos, destinados a habitação social com custos controlados e a habitação com custos mais elevados. Urbanisticamente ia resultar na criação de novos parques na zona e áreas de estacionamento. Este plano chegou a ser iniciado, pois alguns fogos foram demolidos na zona de entrada do Bairro e um dos volumes planeados chegou mesmo a ser construído.



Figura 41 – Planta de implantação do Bairro Municipal de Viseu, antes das primeiras demolições.

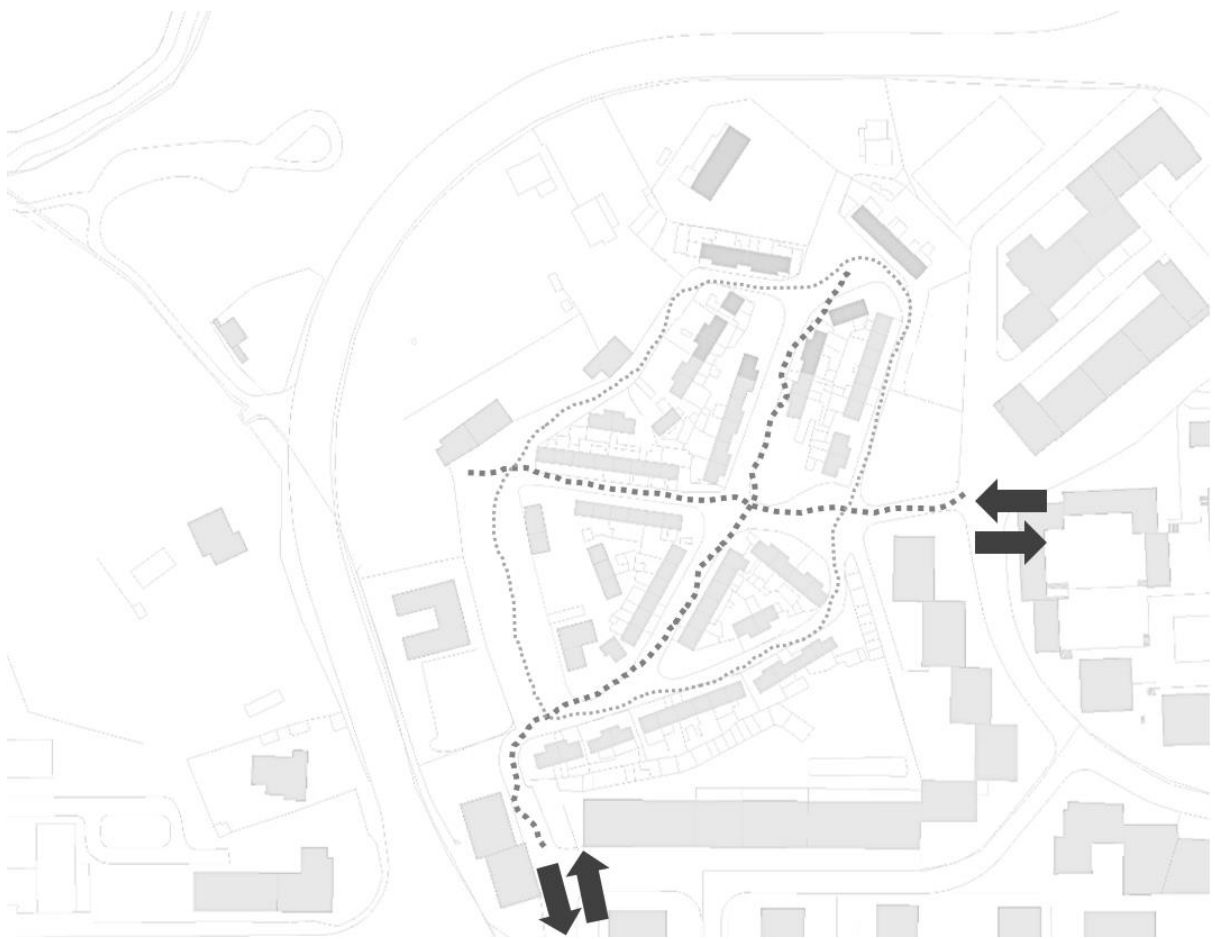


Figura 42 - Circulação no Bairro Municipal – Alguns fogos já foram demolidos para que o primeiro bloco de fogos seja construído.



Figura 42 – Implantação do edificado planeado no Plano de Pormenor de 2003



Figura 43 – Primeira notícia que revela a suspensão da demolição do bairro.

Em Setembro de 2013, quando um novo governo, com o Dr. Almeida Henriques como presidente da Câmara de Viseu, toma posse este plano é imediatamente parado, para posteriormente, mais concretamente em Janeiro do ano seguinte ser cancelado.

O volume em construção está a ser finalizado, mas as demolições no Bairro param e a população respirou de alívio.

Tendo conhecimento do estado atual do Bairro Municipal, considera que a população que lá habita esteja satisfeita com o mesmo? Os habitantes do bairro têm a intenção de permanecer nas suas casas ou demonstram o desejo de mudar para uma casa mais recente?

Os moradores do Bairro Municipal, estão na sua generalidade,

Satisfeitos com:

- a) A localização privilegiada do bairro (a sensivelmente 1 km do centro da cidade);
- b) O facto de as casas terem jardim e logradouro;
- c) O valor quase irrisório das rendas que pagam (a maioria paga pouco mais de 1€ de renda).

Insatisfeitos com:

- a) O avançado estado de degradação das habitações (telhados, caixilharias, pavimentos, equipamentos de cozinha e wc, rede elétrica, etc.);
- b) Os níveis de conforto da habitação (sobretudo o mau comportamento térmico das casas e a muito reduzida dimensão da cozinha e instalação sanitária).

Os moradores, na sua maioria, pretendem permanecer nas habitações, desde que estas sejam totalmente reabilitadas e garantam os níveis de segurança. Salubridade e conforto condizentes com as exigências atuais.

Considera as atividades (reuniões, sessões participativas) recentes que têm ocorrido no bairro, importantes para que a população seja integrada nas decisões do mesmo? Se sim, porquê?

De uma forma geral, o que pensa da participação no processo de decisão antes-durante-pós projeto como modo de inclusão da população? Torna-se um processo produtivo? Quais as melhorias que podem ser feitas para que se torne mais benéfica e/ou efetivo?

No processo de reabilitação do bairro é importante e decisivo que todos os atores sejam chamados a intervir, pelo que todas as atividade que sirvam este fim são importantes neste processo. Uma vez que os principais destinatários e beneficiários desta intervenção são os próprios moradores do bairro (os atuais e os futuros=, é de crucial importância ouvir as suas opiniões e tomar conhecimento mais aprofundado daquilo que são as suas expectativas para o futuro do bairro.

À vontade e anseios da população residente, há que juntar o *know-how* das Pessoas e Entidades com experiência e competências na área e consideradas relevantes para o processo de reabilitação do Bairro Municipal.

A conjugação de todas estas visões e experiências, resultará seguramente num processo mais participado, integrado e inclusivo e conduzirá certamente a melhores soluções para o futuro do bairro.

Qual é a relação do Bairro Municipal com a prisão?

Se no início havia uma relação intrínseca entre o bairro e a cadeia, uma vez que parte das casas do bairro serviam de morada para alguns funcionários da prisão, atualmente, para além da proximidade física, não existe qualquer relação entre estas duas realidades.

Qual é a relação do Bairro Municipal com a cidade? E da cidade com o Bairro?

Embora totalmente envolvido pela cidade, o Bairro Municipal é um espaço relativamente fechado, como o são muitos dos moradores do bairro.

Efetivamente, quase todos os Visienses têm conhecimento da existência do Bairro Municipal, mas poucos o frequentam ou visitam e, seguramente, muitos deles nunca lá estiveram.

Pese embora o bairro se situe quase no centro da cidade, alguns moradores continuam a dizer coisas como: “Amanhã vou à cidade”.

Conclui-se daqui que a reabilitação do Bairro Municipal, deverá também apontar para a prossecução do estreitamento de laços entre a cidade e o bairro e vice-versa.

Todos os habitantes do Bairro, alguns desde a sua origem outros mais recentes, aguardavam ansiosamente para que esta decisão fosse tomada.

Ninguém queria abandonar o seu Bairro. A casa onde viveu toda a vida, onde criou a sua família. Alguns consideram que vivem num “jardim dentro da cidade”. Só a ideia de terem de abandonar as casas do Bairro para um edifício sem varandas, com vãos apertados provoca-lhes medo, receio e ao mesmo tempo repúdio. Não querem abandonar as casas (que na maior parte se encontram a precisar de obras urgentes, sendo mesmo que em algumas o telhado já ruiu) para um sítio que entre eles denominam de “gaiolas”. São casas que apesar de muito pequenas e sem condições, se localizam no atual centro da cidade e têm logradouro tanto frontal como tardoz. Não seria esta questão do logradouro tão importante, se a população ao longo do tempo não se tivesse apropriado deles.

É um facto que a área de implantação do Bairro Municipal é atualmente um terreno apetecível para construção, em Viseu. Naturalmente que o preço do solo poderia ser valorizado e otimizado com a construção em altura em vez de casas de um só piso, como o plano de pormenor viabilizava. Mas seria essa a melhor opção? Analisando o local em questão hoje, e tendo em conta que o Bairro agora é património de Interesse Municipal, deixa de fazer sentido a sua demolição. No entanto existem na área espaços livres que seria mais fácil de expropriar do que de demolir fogos do bairro. De uma maneira meramente especulativa, analisa-se assim uma possibilidade de os novos fogos terem sido realmente construídos, sem a necessidade de eliminar o bairro Municipal, e de modo a criar dinâmicas semelhantes ao Bairro da Bouça II em Viseu. Uma possibilidade seria a construção na zona situada entre o Bairro Municipal e a via rápida. Estando o bairro fechado em parte, por meio dessa via, até poderia ser um modo de estender o novo tipo de construção para além da via, até ao rio do outro lado. Com a criação de habitação diversificada, comércio e serviços, dava-se origem a um bairro intergeracional e com uma dinâmica completamente diferente da atual, mas já mais próxima da do bairro da Bouça atualmente. O tipo de fogos a construir não teria necessariamente de ser em altura, podendo até ser semelhantes aos atuais fogos do Bairro Municipal, indo assim de encontro ao carácter rural daquela zona e indo buscar também o carácter rural do espaço junto ao rio em contraponto com a urbanidade do resto da cidade. A passagem por cima ou por baixo da via rápida como elemento de conexão dos dois espaços fechados, tornando todo o espaço fluído poderia também ser uma estratégia. A ideia de manter o carácter rural baseia-se na medida que o bairro é património municipal, portanto uma mais valia para a cidade preservá-lo dando mais dinâmica à zona, mas mantendo a traça original.

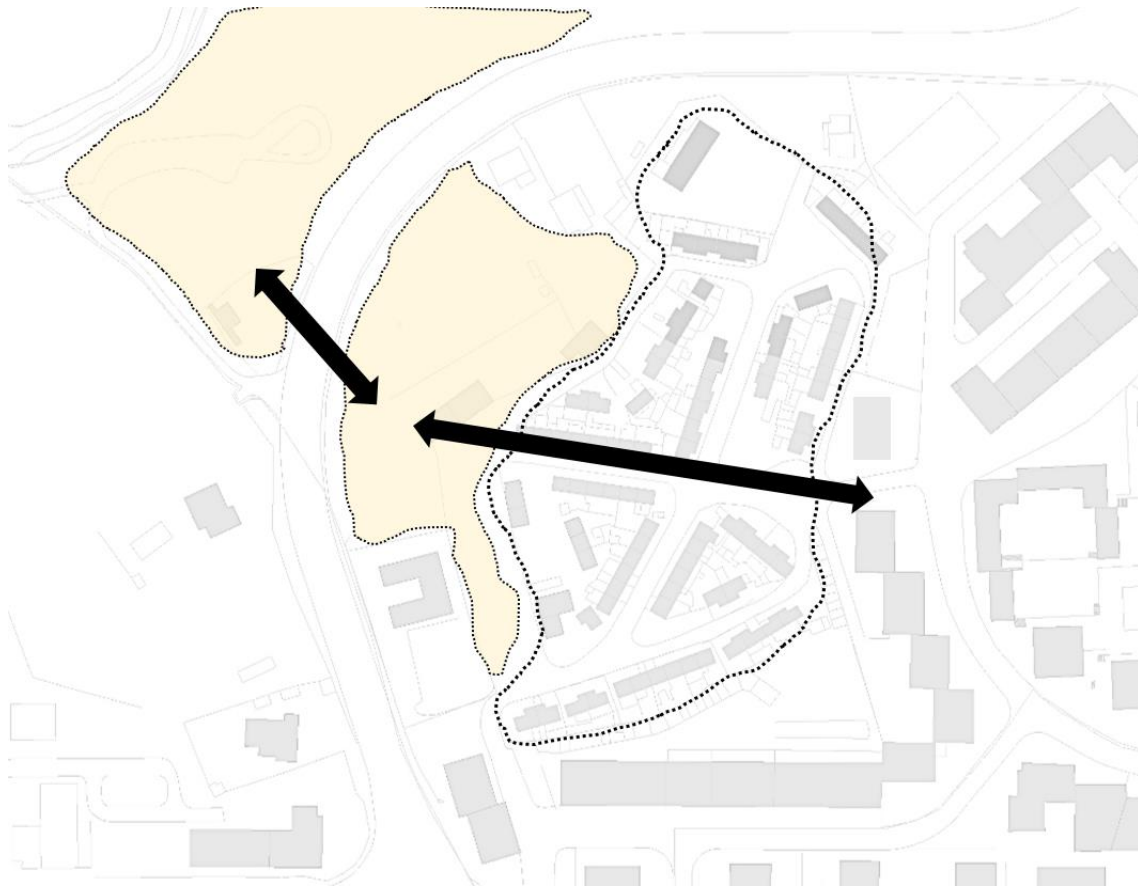


Figura 44 – Especulação do que poderia ser um modo de abrir o bairro Municipal ao resto da cidade.

O que se pretende não é dizer o que se tem de fazer ou não no bairro, para que os problemas que lá persistem sejam resolvidos. Discute-se apenas de um modo totalmente especulativo o que possivelmente poderia ter um resultado diferente do atual. Como já atestado, os habitantes sentem que vivem num bairro na cidade, mas que a cidade pouco ou nada sabe dele. Como já referido, medidas de integração já estão a ser tomadas. A população é integrada nas decisões do bairro por via de reuniões que ocorrem regularmente na escola primária situada no local. Com a candidatura vencedora do orçamento participativo de Visu em 2015, conseguiu-se contribuição monetária para que 8 casas fossem reabilitadas a nível de cobertura e dos vãos, com a condição de manter sempre a traça original do bairro.

Para já apenas existe fundos para a reabilitação de 8 casas. No entanto, depois da realização de uma mesa redonda no Porto, sobre o Bairro Municipal de Visu, o atual presidente da Câmara Municipal de Visu, anunciou que se prevê a reabilitação total do Bairro através de fundos comunitários.

Com o apoio da Habisolvis como entidade responsável e do movimento criado por habitantes e pessoas interessadas em melhor o bairro, o bairro Municipal está de fato a

mudar. Aos poucos a população da cidade também participa nas sessões participadas do bairro com o intuito de perceber o que se passa naquele local e também para participarem na procura de soluções para a inclusão social. Tendo sido um bairro que nasceu com todas as características que conduziam à exclusão social, tem vindo aos poucos a combatê-la. Apesar de ainda estar longe de estar ao mesmo nível, a realidade atual do bairro Municipal está a ir mais ao encontro do que aconteceu na Bouça em 1974 e em 2003, do que aconteceu com S.Victor após a intervenção do SAAL.

Os moradores do bairro em Viseu apropriaram-se do bairro onde vivem mas estão dispostos a que mudanças ocorram nele, desde que possam permanecer nas suas casas.

Chega-se assim à conclusão que casos de estudo concretos, de bairros sociais que foram feitos para uma função, mas que após várias intervenções, quer a nível construtivo, quer a nível social, podem sofrer alterações a nível de dinâmica e de vivência de um local. S.Victor é um exemplo de um bairro que foi construído integrado num Processo participado, mas que hoje espelha um isolamento do resto da cidade, mesmo estando no centro, em contrapartida com o bairro Municipal que foi implantado num local que conduzia diretamente à exclusão social, mas que hoje devido ao envolvimento dos moradores, passa a ser uma parte ativa da cidade. Portanto o “bairro social” não pode ser definido à partida como um elemento a excluir da cidade assim como a sua população. Quem lá habita, aliado ao envolvimento do resto da população, é que tem o poder de mudar o bairro e o que se pensa dele. Não só a cidade tem de integrar o bairro, mas também o bairro tem de incluir a cidade.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Pedro Vieira, “ A arquitetura no Estado Novo – uma leitura crítica”, Livros Horizonte, 2002
- AMARAL, Keil, “O problema da Habitação”, Livraria Latina editora, Porto, 1945
- BAÍA, João, “SAAL e Autoconstrução em Coimbra-Memórias dos moradores do Bairro da Relvinha 1954-1976”, 100LUZ, 2012
- BANDEIRINHA, José António, “O Processo SAAL e a arquitetura no 25 de Abril de 1974”, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007
- BAPTISTA, Luís Santiago, MORENO, Joaquim, MASSAD, Fredy e YESTE, Alicia Guerrero, “Arquitectura Social – Três Olhares Críticos”, CCB 2014
- CREMASCOLI, Roberto, “Alcino Soutinho”, Lidergraf-Artes Gráficas, 2013
- FERREIRA, Vitor Matias, “Movimentos Sociais Urbanos e Intervenção Política - A intervenção do SAAL em Lisboa”, Edições Afrontamento, 1975
- HENRIQUES, Tiago Manuel Dias, “ A habitação social portuense do Processo SAAL – Uma leitura do experimentalismo tipológico a partir de Operadores Projetuais”, Porto-FAUP, 2010/2011
- JACOBS, Jane, “Morte e Vida de grandes cidades”, EEditora WMF Martins Fontes Ltda, São Paulo, 2000
- JODIDIO, Philip, “Álvaro Siza – Complete Works: 1952-2013”, Taschen, 2013
- MOREIRA, Pedro Carvalho, “O S.A.A.L., as “ilhas” e a Cidade”, 2004
- PORTAS, Nuno, “O Processo SAAL: Entre o Estado e o Poder Local, Revista Crítica das Ciências Sociais, 18/19/20, 1986
- PORTAS, Nuno, “A Cidade como Arquitectura”, Livros Horizonte, 1969
- PORTAS, Nuno, “ A Habitação Social”, Porto: FAUP, 2004
- PORTAS, Nuno, “Processo SAAL: Entre o Estado e o poder local” em Revista crítica de Ciências Sociais n.º 18/19/20, 1986
- ROSSI, Aldo, “The Architecture of the City”, Cambridge, Mass: MIT Press, 1982
- SANTOS, Mariana, “Sobre a apropriação do espaço- Um percurso pelos bairros SAAL do Porto”,2004
- SIZA, Álvaro, “01 Textos”, Civilização Editora, 2009
- TEIXEIRA, Manuel C., “Habitação popular cidade oitocentista - as ilhas do Porto”, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1996
- TOSTÕES, Ana, GRANDE, Nuno, “Nuno Teotónio Pereira – Nuno Portas”, Lidergraf-Artes Gráficas, 2013

- Vários autores, “Do outro lado da linha”, Centro social do bairro 6 de Maio, 2003
- Vários autores, “Guia de arquitetura moderna – Porto 1901|2001”, Civilização, 2001
- Vários autores, “IAPXX – Inquérito à Arquitetura do século XX em Portugal”, Ordem dos arquitetos, Lisboa, 2006
- Vários autores, “Teoria e Crítica de arquitetura – Século XX”, Caleidoscópio, 2010
- VIEIRA, Pedro Almeida, “Arquitetura no estado novo – uma leitura crítica”, Livros Horizonte,
- IV Conselho Nacional do SAAL, “Livro Branco do SAAL 1974-1976”, FAUP Publicações, 1976

| FONTES ELECTRÓNICAS

<http://infohabitar.blogspot.pt/2006/04/finalmente-concluso-da-boua-de-siza.html> acedido em 24/04/2015

http://www.jn.pt/opiniao/default.aspx?content_id=4315991 acedido em 1/05/2015

http://issuu.com/lisahmoura/docs/opera__es_saal__n_mero_0_ acedido em 4/05/2015

http://www.revistapunkto.com/2015/01/quanto-do-teu-saal-sao-lagrimas-de_75.html acedido em 12/05/2015

<http://www.publico.pt/culturaipilon/noticia/a-revolucao-portuguesa-explicada-aos-canadianos-1695504> acedido em 15/05/2015

<https://www.flickr.com/photos/biblarte/sets/72157621817098955/> acedido em 23/05/2015

<https://www.flickr.com/photos/kuartzo/3984189774/in/photostream/> acedido em 4/06/2015

<http://www.rtp.pt/programa/episodios/tv/p27233/2> acedido em 10/06/2015

<http://visao.sapo.pt/jornaldeletras/artesvisuais/saal-arquitetura-de-abril=f800449> acedido em 15/06/2015

<http://ensina.rtp.pt/artigo/exposicao-do-mundo-portugues/> acedido em 20/07/2015

<http://www.archdaily.com.br/br/01-67362/moma-exibira-trabalhos-de-siza-vieira-em-nova-exposicao> acedido em 24/07/2015

<http://www.culturanorte.pt/pt/noticias/mesa-redonda-dedicada-ao-bairro-municipal-de-viseu/> acedido em 22/09/2015

ICONOGRAFIA

Figura 1 – Autoria própria

Figura 2 - Autoria própria

Figura 3 - retirado do site

<http://yoursporto.com/pt/wpcontent/uploads/sites/4/2014/01/Arquitectura-Filipa-5.jpg>

Figura 4- retirado do site http://ditaduras.no.sapo.pt/portugal/portugal_licao_dpf.htm

Figura 5- retirado do site <http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010/12/os-bairros-sociais-no-porto-iii.html>

Figura 6- autoria própria

Figura 7- retirada do site <http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010/12/os-bairros-sociais-no-porto-iii.html>

Figura 8- retirada do site <http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010/12/os-bairros-sociais-no-porto-iii.html>

Figura 9- retirada do site <http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010/12/os-bairros-sociais-no-porto-iii.html>

Figura 10 – retirada do site <http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010/12/os-bairros-sociais-no-porto-iii.html>

Figura 11-retirada do site <http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010/12/os-bairros-sociais-no-porto-iii.html>

Figura 12- retirada do site <http://www.leme.pt/imagens/portugal/lisboa/exposicao-do-mundo-portugues/0002.html>

Figura 13-retirada do site <https://www.flickr.com/photos/biblarde/2679905048>

Figura 14- retirada do site Viseu com Z.

Figura 15- retirada do site Viseu com Z

Figura 16- Planta fornecida pela Habisolvis

Figura 17 - Planta fornecida pela Habisolvis

Figura 18 – Regulamento fornecido pelo Movimento do Bairro Municipal de Viseu

Figura 19- fornecida pelo Movimento do Bairro Municipal de Viseu

Figura 20 - fornecida pelo Movimento do Bairro Municipal de Viseu

Figura 21 - fornecida pelo Movimento do Bairro Municipal de Viseu

Figura 22 - retirada do site <http://addict.pt/concertoperformance-sobre-fotografias-do-processo-saal-do-arq-alexandre-alves-costa-09-nov-2014/>

Figura 23 – autoria própria

Figura 24 – autoria própria

Figura 25 – retirada do site <http://umbigomagazine.com/um/2015-01-22/o-processo-saal-em-serralves.html>

Figura 26 – autoria própria

Figura 27 – retirada do site http://www.housingprototypes.org/project?File_No=POR002

Figura 28 - retirada do site http://www.housingprototypes.org/project?File_No=POR002

Figura 29 – autoria própria

Figura 30 - retirada do site
<https://www.flickr.com/photos/kuartzo/3984189774/in/photostream/>

Figura 31 - retirada do site
<https://www.flickr.com/photos/kuartzo/3984189774/in/photostream/>

Figura 32 – retirada do site
<https://www.flickr.com/photos/kuartzo/3984189774/in/photostream/>

Figura 33 - retirada do site
<https://www.flickr.com/photos/kuartzo/3984189774/in/photostream/>

Figura 34 - retirada do site
<https://www.flickr.com/photos/kuartzo/3984189774/in/photostream/>

Figura 35 – Planta fornecida pelo professor Emanuel

Figura 36 – Corte fornecida pelo professor Emanuel

Figura 37 - retirada do site
<https://www.flickr.com/photos/kuartzo/3984189774/in/photostream/>

Figura 38 – autoria própria

Figura 39 – retirado do site <http://infohabitar.blogspot.pt/2006/04/finalmente-concluso-da-boua-de-siza.html>

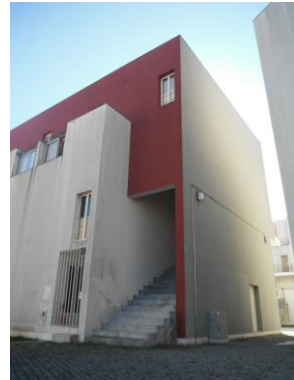
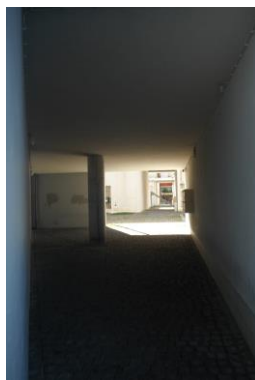
Figura 40 – autoria própria

Figura 41 – autoria própria

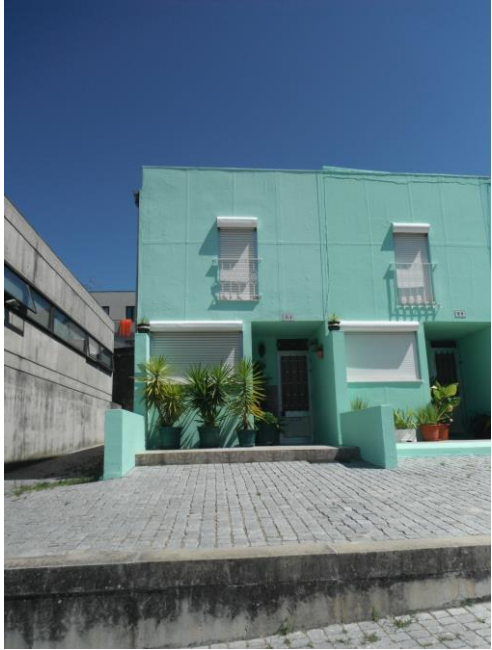
Figura 42 – autoria própria

Figura 43 – autoria própria

Figura 44 – autoria própria







BAIRRO MUNICIPAL DE VISEU



Sexo | feminino

Idade | 89 anos

Situação profissional | reformada

Nível de escolaridade | “não frequentei. Não sei ler nem escrever mas nem burra chego a ser.”

Há quantos anos vive no bairro?

“Desde 1948. Vim para aqui no início. Viemos estrear isto.”

Qual a tipologia da sua casa?

“Tem 3 quartos. É um t3, não é?”

Nº de elementos do agregado familiar?

“Agora vivo sozinha. Mas criei aqui 4 filhos sozinha. Agora como vivo sozinha querem dar-me uma casa mais pequena, só com um quarto. E depois vêm os meus filhos e deit-os onde? Daqui eu não saio.”

O que acha da sua casa? Realizou obras de ampliação ou reabilitação por conta própria? Se sim, porquê?

“É preciso fazer obras. Desde que me componham o telhado fico contente, se bem que aqui dentro nem chove no inverno. Antes vivia noutra casa aqui do bairro, mas foi demolida. Esta já tem pavimentos e algumas portas novas que os que cá moravam mudaram. A porta da entrada mudei-a á pouco tempo. Tem o anexo atrás com a cozinha. Teve de ser. Há pouco espaço. A casa de banho também tive de a compor.”

E do bairro no geral?

“O bairro original era bem melhor. A câmara não compõe nada mas agora dizem que vão compor as coberturas. Já o alcatrão e a luz pública aqui existem porque fui eu que consegui! Não deviam deitar o lixo na rua.”

Considera as atividades (reuniões, sessões participativas) recentes que têm ocorrido no bairro importantes para que a população seja integrada nas decisões do mesmo? Se sim, porquê?

“Participo sempre. O que resulta? Nada! Diz que fazem e não fazem nada.”

Qual é a relação do bairro municipal com a prisão?

“Não vejo problema nenhum em estar ali a prisão. É me igual.”

Qual é a relação do bairro municipal com a cidade? E da cidade com o bairro?

“Boa. Vou a pé para todo lado, também não tenho carta mas tenho carro.”

Sexo | feminino

Idade | 71 anos

Situação profissional | reformada

Nível de escolaridade | 4º classe

Há quantos anos vive no bairro?

“Vivo aqui há já mais de 50 anos.”

Qual a tipologia da sua casa?

“É um t3.”

Nº de elementos do agregado familiar?

“Vivo com a minha filha. Somos só as duas.”

O que acha da sua casa? Realizou obras de ampliação ou reabilitação por conta própria? Se sim, porquê?

“Tive de fazer melhoramentos por nossa conta. O chão e nas paredes. Também fizemos um anexo para a cozinha. Perdemos terreno atrás, mas também ainda temos muito aqui à frente.”

E do bairro no geral?

“É preciso melhorar a limpeza do bairro. Antes era diferente. Agora parece mais sujo.”

Considera as atividades (reuniões, sessões participativas) recentes que têm ocorrido no bairro importantes para que a população seja integrada nas decisões do mesmo? Se sim, porquê?

“Eu não vou, mas a minha filha vai. O que me chega aos ouvidos é que falam e depois quando chega a hora da verdade não fazem nada.”

Qual é a relação do bairro municipal com a prisão?

“No geral não me incomoda nada. Mas às vezes fazem muito barulho quando alguém passa. Não podem ver ninguém passar que é logo uma festa.”

Qual é a relação do bairro municipal com a cidade? E da cidade com o bairro?

“Para mim é boa. Está perto de tudo.”

Sexo | feminino

Idade | 56 anos

Situação profissional | desempregada

Nível de escolaridade | 4º classe na escola do bairro

Há quantos anos vive no bairro?

“Há 53 anos.”

Qual a tipologia da sua casa?

“Vivo numa casa com 3 quartos, um t3.”

Nº de elementos do agregado familiar?

“Somos 5. Eu, o meu marido e três filhos.”

O que acha da sua casa? Realizou obras de ampliação ou reabilitação por conta própria? Se sim, porquê?

“A casa precisa de obras. As promessas são muitas mas não fazem nada. Continuamos à espera mas a câmara não compõe. Nem anexos eu tenho. Os poucos melhoramentos tivemos que fazer nós mas ainda falta muito para a casa estar boa.”

E do bairro no geral?

“Havia de ter mais luz pública. Assim tem pouca e torna-se perigoso pela noite.”

Considera as atividades (reuniões, sessões participativas) recentes que têm ocorrido no bairro importantes para que a população seja integrada nas decisões do mesmo? Se sim, porquê?

“Até costumo ir. O que se decide até vai resultando mas pouco. Demoram muito a agir. Fala-se, fala-se mas nada.”

Qual é a relação do bairro municipal com a prisão?

“Não há mal nenhum em a prisão estar ali. Até é melhor para a segurança do bairro. Só tem um problema. A gente passa e os presos estão sempre a provocar as pessoas. Mas nós também lhes respondemos à letra. Devia haver era mais controlo lá dentro da prisão, ou então que fechem as janelas.”

Qual é a relação do bairro municipal com a cidade? E da cidade com o bairro?

“Muita gente de fora gostava de viver cá e passa para ver o bairro.”



Sexo | feminino

Idade | 86 anos

Situação profissional | desempregada

Nível de escolaridade | 3º classe

Há quantos anos vive no bairro?

“Há 50 anos. Mais ou menos desde 1965.”

Qual a tipologia da sua casa?

“É um t2.”

Nº de elementos do agregado familiar?

“Agora vivo sozinha. Antigamente vivia com o meu marido e com 3 filhos. Além deles, criei aqui mais três miúdos. No verão fico com a casa cheia porque vem a família de fora.”

O que acha da sua casa? Realizou obras de ampliação ou reabilitação por conta própria? Se sim, porquê?

“Tive de fazer obras à minha conta para melhorar o aquecimento e o isolamento. Precisei de fazer um anexo para a cozinha. Já não tinha espaço dentro da casa para ela. Fiquei sem terreno atrás mas ao menos já tenho cozinha. A casa de banho também tivemos de ser nós a fazer.”

E do bairro no geral?

“O bairro original era diferente, melhor. As zonas públicas deviam voltar a ser como dantes. E ter praças e parques para os miúdos.”

Considera as atividades (reuniões, sessões participativas) recentes que têm ocorrido no bairro importantes para que a população seja integrada nas decisões do mesmo? Se sim, porquê?

“É importante e costumo participar. Acho que tem tido resultados positivos.”

Qual é a relação do bairro municipal com a prisão?

“Não me incomoda. Nem me lembro que ali está.”

Qual é a relação do bairro municipal com a cidade? E da cidade com o bairro?

“É benéfica. Estamos perto de tudo. E é um espaço verde na cidade.”



Sexo | masculino

Idade | 82 anos

Situação profissional | reformado.

Nível de escolaridade | “não andei na escola. Mas fui ferreiro metalúrgico e estive à frente de uma oficina.”

Há quantos anos vive no bairro?

“Há quase 40 anos.”

Qual a tipologia da sua casa?

“É das maiores. Tem 3 quartos.”

Nº de elementos do agregado familiar?

“Vivo com a mulher e dois netos.”

O que acha da sua casa? Realizou obras de ampliação ou reabilitação por conta própria? Se sim, porquê?

“Ainda precisa de muitas obras. A câmara fez-me um anexo na parte de trás para a cozinha. Ocupou o terreno todo. Mas ficou em condições, não é como o daquelas casas ali da frente.”

E do bairro no geral?

“Agora está pior. Agora dizem por aí que antes era uma lixeira, mas eu acho que não. Agora andam sempre aí a lavar e isto ainda fica pior.”

Considera as atividades (reuniões, sessões participativas) recentes que têm ocorrido no bairro importantes para que a população seja integrada nas decisões do mesmo? Se sim, porquê?

“Só fui a uma. Um berra para um lado, outro para o outro e resultados nada. A outra fala e nem diz nada. Nem sabe ler. Pensa que pode falar por todos.”

Qual é a relação do bairro municipal com a prisão?

“Não faz mal nenhum. Não incomoda nada. Até ajuda á segurança. Mete medo ao pessoal que possa vir para aqui fazer asneiras.”

Qual é a relação do bairro municipal com a cidade? E da cidade com o bairro?

“a localização é boa. Está quase no centro. Mas há coisas más...”

ENTREVISTA PRÉ-FABRICADO 1| BAIRRO MUNICIPAL DE VISEU

Sexo | feminino

Idade | 73 anos

Situação profissional | reformada

Nível de escolaridade | 4º classe

Há quantos anos vive no bairro?

“Há 42 anos. E sempre na mesma casa.”

Qual a tipologia da sua casa?

“Só tem 2 quartos. É um t2.”

Nº de elementos do agregado familiar?

“Vivemos aqui 5 pessoas. Eu, a minha filha, o meu genro e os netos.”

O que acha da sua casa? Realizou obras de ampliação ou reabilitação por conta própria? Se sim, porquê?

“Tivemos que fazer alguns melhoramentos com os anos, mas tudo por conta própria. Não tenho anexo nem para trás, nem para a frente. Mas tive de fazer aquele aumento ali de lado. É muito pouco espaço para tantos.”

E do bairro no geral?

“Os passeios estão maus. Deviam tratar de compor isso.”

Considera as atividades (reuniões, sessões participativas) recentes que têm ocorrido no bairro importantes para que a população seja integrada nas decisões do mesmo? Se sim, porquê?

“Fui só uma vez. Agora quem vai é a minha filha e a minha neta. Elas depois dizem-me o que se lá passa. Não sei bem é se o que se decide depois é feito.”

Qual é a relação do bairro municipal com a prisão?

“Não tem problema nenhum. É melhor até.”

Qual é a relação do bairro municipal com a cidade? E da cidade com o bairro?

“É perto do centro. Quem cá passa e anda é gente do bairro. De fora raramente cá vem alguém, tirando gente da câmara e isso.”

Sexo | feminino

Idade | 92 anos

Situação profissional | reformada

Nível de escolaridade | 3º classe

Há quantos anos vive no bairro?

“Vivo no bairro à 66 anos. Praticamente desde o início que aqui estou”

Qual a tipologia da sua casa?

“Tinha 3 quartos, mas agora como estou sozinha, fiz o meu quarto e dos outros dois salas.”

Nº de elementos do agregado familiar?

“Agora vivo sozinha. Mas criei aqui 3 filhas com o meu marido.”

O que acha da sua casa? Realizou obras de ampliação ou reabilitação por conta própria? Se sim, porquê?

“Sim tive de fazer obras. Como o chão estava todo estragado era só ratos a entrar. Uma porcaria. Um neto meu como põe pavimentos, colocou desta tijoleira em toda a casa. Foi o melhor. Agora não há ratos e para limpar é só passar a esfregona. Anexo antes tinha, mas depois fui obrigada pela câmara a deitá-lo abaixo. Como estou sozinha o espaço extra já não me faz diferença. No outro dia, já em maio, disseram-me para tirar os candeeiros todos e os quadros porque vinham compor as coberturas e as janelas e portas. Ainda bem que não os tirei todos, porque hoje ainda estou à espera e assim estava sem luz. As portas e as janelas são as do início mas precisam de ser compostas. As portadas caíram e meti perssianas, mas estas também não funcionam bem. Têm que voltar a meter portadas e compor as janelas. À frente da casa tenho essa vedação em buxo como todos vedaram. É o meu pequeno jardim.”

E do bairro no geral?

“É uma miséria. Está tudo a cair. No início do bairro era outra conversa. Estava tudo limpo e organizado. Há pessoas que dizem que não é seguro mas eu acho que é. Nunca se ouviu falar aqui de assaltos. Só há vandalismo às vezes nas casas vazias. Mas se as ocupassem já não se passava nada.”

Considera as atividades (reuniões, sessões participativas) recentes que têm ocorrido no bairro importantes para que a população seja integrada nas decisões do mesmo? Se sim, porquê?

“Fui uma vez, mas não ligo muito. Pelo que ouço, eles não fazem mais porque não podem. Ouvi dizer que as obras que ganhamos pelo prçamento participativo só ainda não começaram porque não há empresa nenhuma que faça as obras todas só por aquele valor.”

Qual é a relação do bairro municipal com a prisão?

“Não tem problema nenhum. Nenhum mesmo. Além de não incomodarem ainda acho que traz mais segurança para aqui.”

Qual é a relação do bairro municipal com a cidade? E da cidade com o bairro?

“ No meu ver é boa. Vou a pé à cidade, e as pessoas usam o bairro como passagem. “



ENTREVISTA CASA 76 | BAIRRO MUNICIPAL DE VISEU

Sexo | feminino

Idade | 59 anos

Situação profissional | empregada

Nível de escolaridade | 3º classe

Há quantos anos vive no bairro?

“Vivo no bairro à 40 anos.”

Qual a tipologia da sua casa?

“Era um t2, tinha dois quartos. Mas com os filhos era preciso mais espaço e por isso para trás fizemos mais dois quartos e a cozinha. Pode-se dizer que agora tenho um t4, se bem que agora já não precisava de tanto espaço.”

Nº de elementos do agregado familiar?

“Atualmente vivo só com a minha mãe e o meu filho.”

O que acha da sua casa? Realizou obras de ampliação ou reabilitação por conta própria? Se sim, porquê?

“Tive mesmo de fazer obras por minha conta. Primeiro precisava de espaço. E depois tinha tudo a cair. Meti pavimento novo e fiz obras nas casas-de-banho. Para além de ter ficado com a casa com o dobro do tamanho ainda tenho a garagem. A minha mãe é doente e tive de por pavimento no exterior da parte da frente da casa. O eng. João pedro quando veio cá disse que depois eu vou ter de tirar isto, que não posso por o chão assim fora de casa. A minha mãe é doente, e teve de ser, senão a cadeira de rodas não vinha cá fora.”

E do bairro no geral?

“Já esteve bom. Quando eu vim para cá era uma maravilha. Agora há insegurança nas pessoas, ainda ouvi que no outro dia andaram aí a assaltar. Também é mais casas vazias que ocupadas.”

Considera as atividades (reuniões, sessões participativas) recentes que têm ocorrido no bairro importantes para que a população seja integrada nas decisões do mesmo? Se sim, porquê?

“Participo às vezes, nas festas e isso. Na minha opinião não fazem nada. É esperar para ver.”

Qual é a relação do bairro municipal com a prisão?

“Não incomoda nada. Às vezes passa por aqui a ciganada toda quando vão às visitas da prisão, mas não se metem connosco.”

Qual é a relação do bairro municipal com a cidade? E da cidade com o bairro?

“Passam muitas pessoas da cidade por aqui. Está perto de tudo. E os moradores também rapidamente vão à cidade. Só não vem cá mais gente porque também não há cá nada. Só casas. E muitas estão vazias. Antes as pessoas tinham medo de passar aqui, agora já acho que não. Se bem que durante a noite não se vê ninguém por aqui.”



Sexo | feminino

Idade | 48 anos

Situação profissional | empregada

Nível de escolaridade | 9º ano

Há quantos anos vive no bairro?

“Vivo aqui á cerca de 15 anos, nas primeiras casas.”

Qual a tipologia da sua casa?

“Vivo num t2.”

Nº de elementos do agregado familiar?

“Nesta casa somos eu, o marido e filhos.”

O que acha da sua casa? Realizou obras de ampliação ou reabilitação por conta própria? Se sim, porquê?

“É assim, o bairro há pouco tempo sofreu obras. Na parte estética foi tudo mudado, para ficar tudo igual. Por dentro temos de ser nós a compor. Vai-se compondo com o tempo.”

E do bairro no geral?

“Está bom no geral. Às vezes há vandalismo mas nos carros. Nas casas não acontece nada.”

Considera as actividades (reuniões, sessões participativas) importantes para que a população seja integrada nas decisões do mesmo? Se sim, porquê?

“Sim muito. E aqui no bairro acontece isso. Quase toda a gente é sócia da comissão de moradores.”

Qual é a relação do bairro com o metro?

“Não vejo problema nenhum em estar ali o metro. Até tem vantagens. Traz mais gente para aqui.”

Qual é a relação do bairro com a cidade? E da cidade com o bairro?

“Isso é o melhor do bairro. Vou a pé para todo lado. E as pessoas de fora também vêm ao bairro.”

Sexo | feminino

Idade | 67 anos

Situação profissional | reformada

Nível de escolaridade | licenciatura

Há quantos anos vive no bairro?

“À cerca de 30 anos.”

Qual a tipologia da sua casa?

“Vivo num t2.”

Nº de elementos do agregado familiar?

“Sou eu e o meu marido.”

O que acha da sua casa? Realizou obras de ampliação ou reabilitação por conta própria? Se sim, porquê?

“Está mais ou menos. Vou fazendo obras por mim.”

E do bairro no geral?

“Está muito bem arranjado. Antes era descampado, agora há passeios e espaços verdes.”

Considera as atividades (reuniões, sessões participativas) importantes para que a população seja integrada nas decisões do mesmo? Se sim, porquê?

“Sim. Eu não participo, o meu marido é que é sócio, ele é que participa e vai às reuniões. Penso que na questão da participação nos até opinamos e somos ouvidos, mas quando chega a hora da verdade as escolhas são os arquitetos que fazem. Damos opinião, mas não podemos escolher/decidir nada. Já o foi em 76 e quando foram as obras foi igual.”

Qual é a relação do bairro com o metro?

“Veio melhorar bastante. Traz muito mais gente para aqui. É outra dinâmica. E tem a vantagem de a população do bairro também poder chegar mais rapidamente ao resto da cidade.”

Qual é a relação do bairro com a cidade? E da cidade com o bairro?

“é bastante central. Apesar de os volumes originais ainda serem de habitação social, isto não parece de todo um bairro social. Há muita segurança e não há receio em outras pessoas virem aqui.”

Sexo | feminino

Idade | 30 anos

Situação profissional | desempregada

Nível de escolaridade | 9º ano

Há quantos anos vive no bairro?

“27 anos.”

Qual a tipologia da sua casa?

“É num t2 que vivemos.”

Nº de elementos do agregado familiar?

“Vivo com os meus pais, o meu marido e os miúdos.”

O que acha da sua casa? Realizou obras de ampliação ou reabilitação por conta própria? Se sim, porquê?

“Como ainda somos das casas antigas, obras só por fora. Se quiser obras em casa temos de ser nós a fazer. Fazem-se pequenos arranjos, mas nada de mais. Por dentro está praticamente igual desde o início.”

E do bairro no geral?

“Está bom. Só não gosto desta relva aqui, destes jardins. Podia ser outra coisa. Jardins em condições com parques e isso.”

Considera as atividades (reuniões, sessões participativas) importantes para que a população seja integrada nas decisões do mesmo? Se sim, porquê?

“Nem por isso. Os meus pais é que vão e já participam nisso desde as reuniões de 76, quando aqui ainda não havia nada. É importante podermos ser ouvidos. Agora se resulta ou não, isso já não sei.”

Qual é a relação do bairro com o metro?

“Melhorou muito porque vem trazer mais gente para aqui e também com mais facilidade nos podemos deslocar.”

Qual é a relação do bairro com a cidade? E da cidade com o bairro?

“o melhor é que tem tudo aqui à volta. Desde pequena que se preciso de ir ao pão ou a uma loja que vou a pé. Antes das obras era mais complicado, porque havia um ambiente pior (mais drogas), agora toda a gente aqui passa sem medo.”

Sexo | masculino

Idade | 68 anos

Situação profissional | reformado

Nível de escolaridade | frequentei o liceu

Há quantos anos vive no bairro?

“Desde 1979. Praticamente que o bairro foi feito e nos mudamos para cá.”

Qual a tipologia da sua casa?

“Neste edifício onde vivo é tudo t3.”

Nº de elementos do agregado familiar?

“Agora estou sozinho.”

O que acha da sua casa? Realizou obras de ampliação ou reabilitação por conta própria? Se sim, porquê?

“É assim antes isto não era nosso e toda a gente se queixava das casas. Agora que a maior parte foi comprada, continuaram a queixar-se mas cada um tem que fazer as suas obras! Ainda há uns tempos se descobriram aí umas infiltrações de água. Cada pessoa teve de resolver os problemas da sua casa, não tem de ser o condomínio.”

E do bairro no geral?

“O problema maior é a segurança e os atritos que acontecem por vezes. Não é que não seja seguro, porque agora até bastante. Mas por vezes grupos de miúdos vêm para aqui e causam descatos. Aproveitam os espaços de acesso às galerias para se esconderem quando fazem assaltos no metro e para a droga. Nos tentamos sempre espantá-los. Por outro lado, e como prova que é seguro, vem muita gente, autocarros e tudo, com visitantes de todos os países para ver o bairro.”

Considera as actividades (reuniões, sessões participativas) importantes para que a população seja integrada nas decisões do mesmo? Se sim, porquê?

“Sim claro. Aliás faço parte do condomínio e tento estar sempre dentro dos assuntos do bairro, do que é preciso ou não relativamente aos espaços comuns. Por exemplo, ficou decidido que na zona entre dois volumes o piso ficava empedrado para eventos aqui do bairro. Festas e isso como o s.joão. No entanto alguns habitantes só querem pôr tudo em relva porque é melhor. Não percebem que tem gastos para eles e não é funcional. As pessoas querem sempre mais. Acho que pensam que com as reuniões podem dizer e pedir tudo e tudo tem de ser feito. Mas não é e não pode ser assim.”

Qual é a relação do bairro com o metro?

“Sinceramente é melhor. Posso até dizer que devido à relação que tenho com o Siza desde as primeiras sessões e reuniões que lhe sugeri que podia ali haver uma estação de metro. Até porque o cunhado dele, o Souto Moura estava envolvido nas estações do porto. Parece que a minha ideia foi ouvida porque a estação está lá. É um facto que traz outra dinâmica e mais gente. Mas é também um “pau de dois bicos”. Faz também com que grupos se juntem aí em partes das galerias a passar droga e a arranjar problemas.”

Qual é a relação do bairro com a cidade? E da cidade com o bairro?

“Agora é outra coisa. Vem gente de todo o lado, desde gente do porto até estrangeiros para visitarem o bairro. Toda a gente circula aqui durante o dia sem qualquer receio. À noite já é outra conversa, mas pronto.”

Tendo em linha de conta o seu estudo panorâmico sobre a arquitetura ao longo do século XX, em Portugal, considera que a estratégia do Estado Novo, nomeadamente na localização dos bairros sociais um fator de inclusão ou de exclusão?

A estratégia do "Estado Novo" era no que respeita à habitação enquadrada na ideologia fascista que naturalmente induzia fatores de exclusão. Assim, como primeiro especto, tratava-se de ferir a capacidade reivindicativa da classe operária fornecendo habitação melhor do que as condições que tinham, a custo de uma série de condições draconianas, designadamente no campo familiar (tinham que ser casados (!), ter "bom comportamento moral e civil", em suma estarem calados e quietos no que respeita aspetos políticos e mesmo religiosos, sob pena de perder o direito à casa. Isto era real quer para o proletariado mais baixo, quer para a pequena burguesia de funcionários públicos de baixa capacidade económica que por maioria de razão teria que se manifestar absolutamente "conforme a ordem estabelecida, com ativo repúdio do comunismo e de todas as ideias subversivas". Os bairros de Casas Económicas tinham características adequadas às populações a que se destinavam, sendo no entanto dominante a tipologia de habitação unifamiliar, em banda (menos) ou geminada (mais), mantendo algum terreno livre, ajardinado ou para horta, nunca habitação colectiva (*).

Pro outro lado o critério de construção de bairros em zonas periféricas da cidade, era não só económico (terrenos baratos) como absolutamente ideológico - pôr essa gente fora do centro e em áreas em que, por exemplo, uma possível intervenção policial seja mais fácil e por ventura mais discreta. (Já se tinha aprendido há muito tempo, por exemplo em Paris com o bom do Haussmann...) era obviamente um fator de exclusão.

(*) Do ponto de vista tipológico há que distinguir as Casas Económicas, de produção do Ministério das Obras Públicas (e foi principalmente dessas que eu falei) dos bairros económicos de produção Municipal (o Porto é um exemplo) ou da Federação das Caixas de Previdência ou, mais tarde, do Fundo de Fomento de Habitação, em que, por razões económicas a tipologia desliza para bloco de habitação (maior concentração) e para habitação colectiva, mantendo-se sempre no entanto o critério de deslocação das populações para as periferias.

Gostava de referir já agora uma experiência tentada no Porto, em 1937 salvo erro, no âmbito do serviço de construção de casas do Ministério das Obras Públicas, por dois arquitetos que, enquanto produziam os bairros de Casas Económicas, se debruçaram sobre um conjunto de ilhas no miolo de um quarteirão da Rua de S. Vítor, no Porto, fizeram o levantamento socioeconómico da população residente, e projetaram um conjunto de edifícios a implantar na área das ilhas, com ligações viárias às ruas envolventes, espaços livres e acessos comuns, estudando simultaneamente as condições económicas das famílias para acerto entre rendas e subsídios do Estado, mantendo a mesma população no mesmo local.

Esse projeto evidentemente não foi aceite, mas existe e tanto quanto sei, faz agora parte de um conjunto de casos em estudo na Faculdade de Letras da UP. A propósito, um dos arquitetos era meu Pai, Joaquim Madureira e o outro era o Arq. Amoroso Lopes Filho

Com o término do Estado Novo, acontece uma mudança no país que se vai verificar a vários níveis nomeadamente na arquitetura, com o aparecimento do Processo SAAL. O que mudou a nível do projeto de bairros sociais? Tanto a nível de localização como na integração da população na tomada de decisões, antes-durante-pós projeto.

Não nos iludamos. O SAAL Serviço Ambulatório de Apoio Local, não foi o único processo de produção de habitação social nos anos da Revolução. O FFH (Fundo de Fomento de Habitação) como o seu nome sugere Fundo, uma espécie de banco público destinado à construção de habitação, tinha também os seus dispositivos de projeto e construção que com maiores ou menores problemas continuaram a produzir, e mesmo algumas Câmaras Municipais também. O SAAL não foi sequer o maior produtor de habitação nesses anos.

A grande diferença era que dizendo-o de uma forma simplista, as habitações SAAL tinham “cliente” à partida, isto é, ao contrário, da produção usual em que se construíam as casas e depois apareciam os usuários, portanto sem nenhuma ligação entre projetistas e “clientes”, no SAAL logo no início se conheciam os moradores, que aliás desde o princípio participavam no processo, designadamente na escolha dos terrenos, na identificação do quadro sócio económico, na proposta de programas tipológicos, na relação com outras entidades, etc.

A minha experiência no processo SAAL da Bouça não me leva a majorar a participação dos moradores na elaboração do projeto; dadas as condições absolutamente miseráveis a que estavam condenados, qualquer solução era uma melhoria nunca imaginada e, naturalmente, tendia a ser acriticamente aceite. Cabia aí aos arquitetos o papel de, com a sua intuição e experiência, interpretar corretamente as situações, e principalmente, manter a população informada tentando criar assim uma qualquer base de entendimento.

As operações SAAL exigiam a participação da população envolvida, e para isso a população tinha que estar organizada a fase pós projeto envolve dois tempos, o tempo da construção e o tempo da utilização.

No tempo da construção para a população é muito duro, é o tempo da espera, desesperada e interminável, é o tempo em que é fundamental manter uma informação atempada e verdadeira, para que o processo seja compreendido e dentro do possível, aceite. É o tempo da pressão sobre o construtor e sobre o arquiteto, é o tempo do “isto nunca mais tá pronto”.

A atribuição das casas aos moradores, a criação de regras de utilização a aceitar pelo coletivo, assim como a própria gestão financeira e trabalhos de manutenção são evidentemente as grandes tarefas que cabem à organização dos moradores no tempo da utilização.

Tendo em conta a experiência do SAAL, mas também de uma forma geral, o que pensa da participação no processo de decisão antes-durante-pós projeto como modo de inclusão da população? Torna-se um processo produtivo? Quais as melhorias que podem ser feitas para que se torne mais benéfica e/ou mais efetivo?

Creio já ter respondido à primeira parte da questão. Para ser produtivo é fundamental que a população esteja para isso organizado e parece-me que o quadro político atual dificulta a organização popular, e mais ainda recusa a ideia de que qualquer tipo de poder poderá ser atribuído a organizações populares. Para tornar mais efetivo? Talvez uma outra revolução, mas confesso que no quadro atual não consigo ver como.

CRONOLOGIA BAIRRO DA BOUÇA

1974, 15 maio - tomada de posse do I Governo Provisório; julho - o arquiteto Nuno Portas, então Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, apresenta o "Programa de ações prioritárias a considerar pelos serviços do Fundo de Fomento da Habitação" (FFH) *1; este programa procurava definir uma política de atuação para a Habitação, destinado à populações mais carenciadas, mas com capacidade de auto-organização, concedendo o Estado ajuda na implantação dos novos bairros de realojamento, infraestruturas, apoio técnico e financiamento; o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) pressupunha, quer a avaliação das potenciais localizações para operações de "autoconstrução" e a possibilidade de um sistema de crédito concedido pelo FFH a grupos de moradores ou cooperativas, quer a preparação de pessoal técnico de enquadramento da mão-de-obra local, desempregada, ou em sistema de voluntariado, para se constituírem Brigadas de Construção, Saneamento e Urbanização.

1974, 24 junho - após a tomada de posse do II Governo Provisório, o arquiteto Nuno Teotónio Pereira desenvolve o "Estudo Interpretativo dos Objetivos a Prosseguir através do SAAL", no qual se estabelece que o apoio dado pelo FFH, extensível à totalidade do território nacional, excluía as áreas dos Planos Integrados, a seu cargo (Monte da Caparica, Zambujal, Setúbal, Aveiro, Matosinhos, Guimarães); neste documento definia-se também o perfil das Brigadas de Construção, que se constituíam um mecanismo de ligação entre as populações, as autarquias e o FFH, e que detinham uma função operativa no acompanhamento de todo o processo.

1974, 6 agosto - criação do SAAL por despacho conjunto (DG, 1.ª série, n.º 182 de agosto 1974) do Ministério da Administração Interna e da Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo.

1974, 2 agosto - é proposta a criação de um Grupo de Trabalho integrado no FFH para assegurar a estruturação do programa SAAL e acompanhar a ação das diferentes Brigadas de Apoio Local; este serviço ficava sob a dependência direta do Vice-Presidente do FFH, procurando nele integrar técnicos de áreas de especialização (arquitetura, engenharia, arquitetura paisagística, serviço social; ciências humanas, gestão financeira e ciências jurídicas); dada a urgência do Grupo de trabalho entrar em contacto direto com as populações, foi proposta a criação de equipas de prospeção de zonas a intervir: uma na zona centro, que abrangia a região de Lisboa; outra que analisaria o resto do país.

1975, 8 fevereiro - ocupação organizada de quatro prédios do Ministério da Justiça, num total de 32 fogos, na rua do Melo, pelos moradores da rua da Bouça, Burgães, Peneda e Marques Marinho; a Assembleia de Moradores da Bouça, aborda o problema da ocupação de casas devolutas há mais de 10 anos.

1975, 4 julho - constituição da Associação de Moradores da Bouça.

1975, 20 setembro - publicação dos estatutos no Diário da Republica.

1976, 27 outubro - Despacho ministerial (DR, 1.ª série, n.º 253/76 de 27 outubro 1976) conferindo o controlo das operações SAAL às autarquias.

1977 - Início da obra; construção parcial do projeto global (dos quatro blocos projetados, edificaram-se apenas dois), no âmbito do plano de habitação de emergência SAAL.

1999 - Surge a ideia de retomar o processo de construção, associado ao movimento cooperativo *2.

2004, abril - lançamento da primeira pedra para construção das 72 novas habitações.

2004 - 2006 - Obras de conclusão do projeto e reabilitação dos blocos construídos na 1.ª fase.

2005, 29 setembro - Despacho de abertura do projeto de instrução relativo à eventual classificação do conjunto.

2006, abril - inauguração.

2011, 5 dezembro - procedimento de classificação prorrogado até 31 de Dezembro de 2012 pelo Decreto-Lei n.º 115/2011, DR, 1.ª série, n.º 232; 2009, 23 outubro - caduca o processo de classificação conforme o Artigo n.º 78 do Decreto-Lei n.º 309/2009, DR, 1.ª série, n.º 206, alterado pelo Decreto-Lei n.º 265/2012, DR, 1.ª série, n.º 251 de 28 dezembro 2012, que faz caducar os procedimentos que não se encontrem em fase de consulta pública.⁹⁵

⁹⁵ Cronologia do Bairro da Bouça retirada do site http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=25032

|CONCEITOS

CIDADE

1. Localidade de importância superior à vila, com determinadas infraestruturas necessárias a essa condição
2. Meio geográfico e social caracterizado por uma forte concentração populacional que cria uma rede orgânica de troca de serviços (administrativos, comerciais, profissionais, educacionais e culturais); metrópole
3. Tipo de vida e de hábitos socioculturais do meio urbano, por oposição ao campo
4. Conjunto de habitantes daquele meio⁹⁶

BAIRRO

1. Aglomerado de habitações homogêneas e com características próprias dentro de uma povoação
2. Conjunto de pessoas que habita nesse aglomerado de habitações
3. Área administrativa ou fiscal em que se dividem algumas cidades⁹⁷

EXCLUSÃO

1. Ato ou efeito de excluir ou de ser excluído
2. Não inclusão; exceção

SOCIAL

1. Pertencente ou respeitante à sociedade
2. Que vive em sociedade
3. Que gosta de viver em sociedade, sociável
4. Referente a uma sociedade comercial ou industrial
5. Diz-se dos problemas relativos à organização e à satisfação das necessidades dos indivíduos em sociedade⁹⁸

EXCLUSÃO SOCIAL

Afastamento ou tratamento injusto de pessoa (s) por se considerar que não se enquadra (m) nos padrões convencionais da sociedade, marginalização⁹⁹

APROPRIAÇÃO

Ato ou efeito de apropriar ou de apropriar-se¹⁰⁰

⁹⁶ cidade in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015. [consult. 2015-09-08 11:32:39]. Disponível na Internet: <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/cidade>

⁹⁷ *bairro* in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015. [consult. 2015-09-08 11:53:33]. Disponível na Internet: <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/bairro?express=bairro+social>

⁹⁸ social in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015. [consult. 2015-09-08 11:53:36]. Disponível na Internet: <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/social?express=bairro+social>

⁹⁹ exclusão in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015. [consult. 2015-09-08 12:01:27]. Disponível na Internet: <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/exclusão?express=exclusão+social>

¹⁰⁰ apropriação in Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015. [consult. 2015-09-08 12:05:18]. Disponível na Internet: <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/apropriação?express=apropriação+social>

